



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO**

ROSA MARIA MARTINS CARVALHO DUTRA

**UM OLHAR SOBRE A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NOS ANOS FINAIS
NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE JAGUARÃO-RS**

**Jaguarão
2018**

ROSA MARIA MARTINS CARVALHO DUTRA

**UM OLHAR SOBRE A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NOS ANOS FINAIS
NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE JAGUARÃO-RS**

Relatório Crítico-Reflexivo apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Curso de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação

Orientadora: Prof^a. Dra. Ana Cristina da Silva Rodrigues.

Linha de Pesquisa: LP2-Política e Gestão da Educação.

**Jaguarão
2018**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

D978o Dutra, Rosa Maria Martins Carvalho

Um olhar sobre a avaliação da aprendizagem nos
anos finais nas escolas da rede municipal de
Jaguarão-RS / Rosa Maria Martins Carvalho Dutra.
127 p.

Dissertação (Mestrado)-- Universidade Federal do
Pampa, MESTRADO EM EDUCAÇÃO, 2018.
"Orientação: Ana Cristina da Silva Rodrigues".

1. Avaliação. 2. Aprendizagem. 3. Formação de
professores. I. Título.

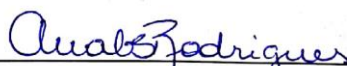
ROSA MARIA MARTINS CARVALHO DUTRA

**UM OLHAR SOBRE A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NOS ANOS
FINAIS NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE JAGUARÃO-RS**

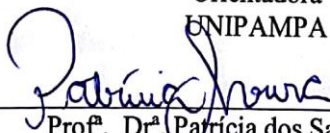
Relatório Crítico-Reflexivo apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Curso de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação

Orientadora: Prof^ª. Dra. Ana Cristina da Silva Rodrigues.
Linha de Pesquisa: LP2-Política e Gestão da Educação.

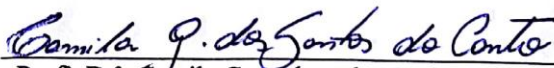
Relatório Crítico-Reflexivo defendido em: 25 de julho de 2018.
Banca examinadora:




Prof^ª. Dr^ª. Ana Cristina da Silva Rodrigues
Orientadora
UNIPAMPA



Prof^ª. Dr^ª. Patrícia dos Santos Moura
UNIPAMPA



Prof^ª. Dr^ª. Camila Gonçalves dos Santos do Canto
UNIPAMPA



Prof^ª. Dr^ª. Ana Lúcia Souza de Freitas
UNISINOS

Dedico este trabalho ao meu esposo, Gabriel Affonso Dutra, que me apoiou, que me incentivou e que esteve ao meu lado nos momentos mais difíceis no decorrer desse trabalho, nunca deixou que meu cansaço e minha desmotivação me fizessem desistir. Foi amigo, confidente e sempre representou meu porto seguro.

AGRADECIMENTOS

À professora Ana Cristina Rodrigues, minha orientadora e amiga, que pela sua maneira peculiar de orientação fez com que eu crescesse e chegasse até aqui. Obrigada pela paciência, pela confiança e pela amizade que conquistamos dia a dia. Obrigada por ter estado comigo durante todo o processo de escrita desse trabalho me incentivando e partilhando das angústias que enfrentei.

Aos professores do programa de mestrado, por todos os conhecimentos que me proporcionaram, pelo incentivo, pela disposição que sempre mostraram durante esta trajetória e pela disponibilidade que dispensaram durante os diálogos e reflexões que tivemos, além das valiosas contribuições.

Aos membros da banca examinadora que, na data da minha qualificação, leram atenciosamente o meu projeto e trouxeram excelentes contribuições para que eu continuasse minha pesquisa.

Aos meus pais, José (in memoriam) e Neusa, por serem os meus exemplos e sempre me incentivarem a melhorar, a conquistar meu espaço como cidadã. Obrigada pelo amor que sempre me dispensaram, obrigada por me oportunizarem estar nessa passagem terrena.

Aos meus irmãos por acreditarem que eu seria capaz de realizar este sonho.

Aos colegas da minha turma de mestrado, nesse período compartilhamos discussões acerca das pesquisas, angústias, foram momentos de risos e cheios de esperança e incentivo. Sentirei saudades!!

Agradeço as professoras, sujeitos de pesquisa, que tornaram possível este trabalho. Agradeço pela dedicação e por todas as reflexões que fizemos juntas.

Ao amor da minha vida, meu esposo Gabriel, por sua existência, por estar caminhando ao meu lado nessa jornada terrena, por acreditar em mim, no meu potencial e, sobretudo, por entender todos os momentos de angústia e todas as vezes que estive distante para poder estudar.

A Deus por ter me dado a oportunidade da reencarnação, de me aprimorar enquanto espírito, de acreditar na vida eterna e me dar a oportunidade de melhorar minhas ações um pouquinho a cada dia.

“Mudar é preciso, ainda que permanecer seja sempre mais fácil; avaliar plenamente é imprescindível, ainda que medir seja extremamente confortável”
(Celso Antunes).

“Só o riso, o amor e o prazer merecem revanche. O resto, mais do que perda de tempo, é perda de vida”
(Chico Xavier).

RESUMO

O presente relatório crítico-reflexivo, intitulado “Um olhar sobre a avaliação da aprendizagem nos anos finais nas escolas públicas da rede municipal de Jaguarão-RS” teve como objetivo geral descrever e analisar como se dá o processo de avaliação da aprendizagem nos anos finais visando, através de formação com as professoras, proporcionar alternativas de avaliação que impactem sobre o planejamento e sobre as condições de aprendizagem, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar. O processo de construção deste projeto envolveu pesquisa diagnóstica do tipo exploratória com análise de questionário aplicado a todos os sujeitos e análise documental, produzindo o corpus para o Plano de Ação, sendo constituído do planejamento, da execução e da avaliação de ações, organizado em rodas de conversa. Nesses encontros foram discutidas temáticas previamente planejadas que propiciaram reflexões e discussões em torno da temática e, por fim, o monitoramento e avaliação das ações dos sujeitos. A metodologia adotada para a pesquisa pautou-se em uma abordagem intervencionista com a proposta de continuar esses momentos de reflexão em outros momentos e espaços. Foi uma pesquisa relevante uma vez que pode contribuir para a melhoria da qualidade de educação de nosso município e, principalmente, qualificar o trabalho pedagógico e de avaliação com os alunos.

Palavras chave: Avaliação. Aprendizagem. Formação de professores.

ABSTRACT

This critical-reflexive report entitled "A look at the assessment of learning in the final years in the public schools of Jaguarão-RS" had a general objective to describe and analyze how the process of learning in the final years occurs, through training with teachers, to provide alternative evaluation that impacts on planning and learning conditions, reducing school failure and school dropout. This project construction involved exploratory diagnostic research with questionnaire analysis applied to all subjects and documentary analysis, producing the corpus for the Action Plan, consisting of planning, execution and evaluation of actions, organized in conversation meetings. In these meetings, previously planned themes were discussed, which led to reflections and discussions around it and, finally, the monitoring and evaluation of the subject's actions. The adopted methodology for the research was based on an interventionist approach with the proposal to continue these moments of reflection in other moments and spaces. It was a relevant research since it can contribute to the improvement of the education quality in our county and, mainly, to qualify the pedagogical work and evaluation with the students.

Keyword: Evaluation. Learning. Formation the teacher.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Índices de distorção idade-série em Jaguarão.....	29
Quadro 2 - Estratégias relativas à avaliação no PME de Jaguarão	53
Quadro 3 - Médias municipais de IDEB esperadas no PME	53
Quadro 4 - Participantes da pesquisa diagnóstica	59
Quadro 5 - Caracterização dos professores envolvidos	59
Quadro 6 - Caracterização dos supervisores envolvidos	60
Quadro 7 - Cronograma dos encontros de formação	75
Quadro 9 - Conceitos apresentados aos participantes	82
Quadro 10 - Registro de um dos momentos da intervenção	87
Quadro 11 - Dados do IDEB.....	97

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - IDEB nos anos iniciais	29
Figura 2 - IDEB nos anos finais.....	29
Figura 3 - As múltiplas dimensões da aprendizagem	32
Figura 4 - Charges apresentadas (1).....	77
Figura 5 - Charges apresentadas (2).....	77
Figura 6 - Charges apresentadas (3).....	77
Figura 7 - Charges apresentadas (4).....	78
Figura 8 - Registro da primeira Roda de Conversa.....	80

LISTA DE SIGLAS

AEE - Atendimento Educacional Especializado
ANA - Avaliação Nacional da Alfabetização
APAIE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
BNCC - Base Nacional Comum Curricular
CECAR - Colégio Estadual de Ensino Fundamental e Médio Carlos Alberto Ribas
CESUSC - Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina
CME - Conselho Municipal de Educação
EJA - Educação de Jovens e Adultos
EMEB - Escola Municipal de Educação Básica
EMEF - Escola Municipal de Ensino Fundamental
EMEI - Escola Municipal de Educação Infantil
ENADE - Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
FURG - Universidade Federal de Rio Grande
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB - Desenvolvimento da Educação Básica
IFSUL - Instituto Federal Sul-rio-grandense
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
METODISTA - Universidade Metodista de São Paulo
PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais
PIBID - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PME - Plano Municipal de Educação
PNE - Plano Nacional de Educação
PPP - Projeto Político-Pedagógico
PROCERGS - Cia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul
SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica
SMED - Secretaria Municipal de Educação e Desporto
UAB - Universidade Aberta do Brasil
UCPel - Universidade Católica de Pelotas
UNIPAMPA - Universidade Federal do Pampa

UNOPAR - Universidade Norte do Paraná

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	23
2	CONTEXTO DA PESQUISA INTERVENÇÃO.....	27
2.1	A realidade educacional das escolas do município de Jaguarão	27
2.2	O contexto das escolas com ensino fundamental anos finais	31
3	REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL.....	36
3.1	Avaliação da aprendizagem: perspectivas e contradições	36
3.2	Bases legais sobre avaliação da aprendizagem	44
3.2.1	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	45
3.2.2	Parâmetros Curriculares Nacionais.....	47
3.2.3	Plano Nacional de Educação.....	50
3.2.4	Plano Municipal de Educação de Jaguarão	52
4	REFERENCIAL METODOLÓGICO	55
4.1	Resultados da Pesquisa Diagnóstica	57
4.1.1	Caracterização dos participantes da pesquisa	59
4.1.2	Análise dos Documentos.....	61
4.1.3	Achados da pesquisa.....	61
5	PROJETO DE INTERVENÇÃO: DESCRIÇÃO E ANÁLISE DAS AÇÕES .	74
5.1	Justificativa da intervenção	74
5.2	Plano de Intervenção	74
5.2.1	Primeira Roda de Conversa – Apresentação do Projeto e da proposta de intervenção	76
5.2.2	Segunda Roda de Conversa – Estudos e reflexões sobre avaliação formativa..	82
5.2.3	Terceira Roda de Conversa – Bases legais da avaliação	86
5.2.4	Quarta Roda de Conversa – Análise dos Projetos Político-Pedagógicos das Escolas.....	91
5.2.5	Quinta Roda de Conversa – Avaliação em Larga Escala – IDEB.....	95

5.2.6 Sexta Roda de Conversa – Avaliações externase dúvidas a respeito da temática	98
5.2.7 Sétima Roda de Conversa – Matriz de referência.....	100
5.2.8 Oitava Roda de Conversa – Avaliações Municipais.....	107
5.2.9 Nona Roda de Conversa – Construção de uma proposta de avaliação.....	110
6 AVALIAÇÃO GERAL DA INTERVENÇÃO	116
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
REFERÊNCIAS	123
APÊNDICE A – Slides apresentados na terceira roda de conversa	128
APÊNDICE B – Mensagem entregue às participantes na sétima roda de conversa	129
APÊNDICE C – Slides usados na sétima roda de conversa	130

1 INTRODUÇÃO

Minha trajetória de vida escolar foi muito simples, nasci e cresci em Jaguarão/RS, no bairro Pindorama. Venho de uma família simples, tenho quatro lindos irmãos. Minha Mãe sempre foi do lar e dedicou-se inteiramente à família. Meu pai após trabalhar anos na zona rural aperfeiçoou-se em chapeamento e pintura, sempre teve uma vida difícil e de muito trabalho. Eles são muito importantes em minha vida, um esteio, ensinaram-me a dar valor às pequenas coisas e que minha maior herança seria a educação e o estudo. Ambos tinham muito pouco conhecimento “acadêmico e didático”, mas sempre dedicaram um tempo do dia para, com muitas limitações, tentar nos auxiliar nos estudos e nos temas. Não esqueço jamais esses momentos. Minha infância foi muito feliz e sinto muitas saudades das brincadeiras de criança, das pequenas viagens que pareciam eternas, das lições de meus pais e, hoje, principalmente sinto imensamente a falta de meu pai que já está no plano espiritual.

Morei dos nove aos dezessete anos de idade na cidade de Herval/RS, localidade muito pequena, de poucos recursos, mas uma cidade acolhedora e tranquila. Lá cursei quase todo meu tempo de escola. Enquanto estudante recordo de situações nas quais ficávamos sentados enfileirados, professor falando e nós escutando sem nenhuma interação dialógica. Nunca notei que houvesse uma relação significativa entre o que aprendíamos e o que estudávamos. Ainda lembro, com assombro, das angústias e dos medos pelos quais passava na véspera das provas, pois me considerava uma boa aluna, esforçada, mas com algumas dificuldades inerentes a minha idade cognitiva.

Fiz meu primeiro vestibular em janeiro 1989 e fui aprovada, o que muito orgulhou minha família. Entrei na faculdade Letras oferecida pela Universidade Católica de Pelotas (UCPel). Essa graduação foi muito significativa, pois me ofereceu subsídios para ampliação de meus conhecimentos no campo da educação e me proporcionou o início de minha carreira profissional como educadora.

Ao ingressar na Universidade como estudante, continuava sentindo as mesmas inquietações e angústias, nada havia mudado. Eram aplicadas as mesmas provas e avaliações que me deixavam insegura. Iniciei minha prática docente em 1992, no Colégio Estadual de Ensino Fundamental e Médio Carlos Alberto Ribas (CECAR), lecionando Língua Portuguesa e Redação Dois anos após, formei-me em Letras – Licenciada pela Universidade Católica de Pelotas e fui contratada pelo Colégio Nelson Wortmann. Lá permaneci trabalhando até maio de 2004.

Em outubro de 1999, participei de um processo seletivo na Universidade Federal de Rio Grande (FURG) e fui aprovada para a Especialização em Educação Brasileira. Durante o curso, desenvolvi meus trabalhos relacionando-os à produção textual.

Em abril de 2010 fui contratada pelo estado para atuar no Instituto Estadual de Educação Espírito Santo, onde permaneci por quatro anos. No mesmo ano concluí minha segunda especialização, pela Faculdade de Ciências Sociais de Florianópolis, mantidas pelo Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina (CESUSC), em Leitura e Produção Textual. Em julho de 2011, concluí minha terceira especialização, pela mesma Faculdade, agora em Psicopedagogia Clínica e Institucional.

Desde minha formatura em Letras até minha tão esperada nomeação em um concurso público foram incontáveis participações em seminários e cursos relacionados à educação. Fui nomeada para a rede municipal de ensino em julho de 2012, para Professor Área II – Ensino Fundamental e lotada na Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Ceni Soares Dias. Atuei na escola como Orientadora Educacional, Supervisora e Vice-diretora. Ministrei, em maio de 2012, como professora convidada, a disciplina de Metodologia do Ensino em Leitura e Produção Textual na CESUSC, no curso de Especialização em Práticas Pedagógicas Interdisciplinares com Ênfase em Áreas da Educação, na cidade de Arroio Grande.

Participei do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) Língua Materna, da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), como Supervisora por dois anos. Essa oportunidade me trouxe inúmeras possibilidades de aprimoramento e me proporcionou novas vivências, uma vez que atuei junto a alunas bolsistas em um mesmo espaço de formação. Sem dúvida, uma de minhas grandes realizações como profissional foi, no ano de 2014, ter trabalhado na UNIPAMPA como Professora Substituta, aprovada mediante Processo Seletivo Simplificado. Durante esse período, ministrei as disciplinas de Estudos Psicopedagógicos, Psicologia e Aprendizagem (Curso de Letras e Curso de História), Práticas de Linguagem I e II e Políticas Públicas. Nesse mesmo período, tive a oportunidade de atuar junto a Coordenação do Curso de Licenciatura em Letras-Português na Modalidade de Distância, na UNIPAMPA. Atualmente, atuo no setor pedagógico da Secretaria Municipal de Educação e Desporto (SMED) como Assessora Pedagógica.

Minha temática e interesse de pesquisa surgiram em 2015, quando fui selecionada como aluna em regime especial do Mestrado Profissional em Educação da UNIPAMPA, na disciplina de Metodologias Participativas de Avaliação e Intervenção. Durante as aulas que assisti, lembrei de minha trajetória até o momento e de todos os medos e angústias que carreguei por muito tempo sobre avaliação. Também comecei a refletir sobre todas as queixas

que ouvi durante anos por parte de meus colegas de trabalho, professores que como eu não concordam com a forma de avaliar. Sempre achei inadequada minha forma de avaliar, de constatar dificuldades e superar os erros de meus alunos. Observava meus colegas e eu como meros reprodutores de conhecimentos, discutindo notas, indisciplina e pareceres sem levar em consideração uma verdadeira análise sobre a realidade do nosso aluno, como estava se desenvolvendo sua aprendizagem e como poderíamos fazer para mudar a realidade do fracasso escolar.

Com essas reflexões resolvi elaborar um projeto que me permitisse refletir e analisar alguns questionamentos dentro do processo de avaliação, para que pudesse entender o que está sendo feito pelo aluno, analisando como ele chegou ao erro ou ao acerto, que fatores estão relacionados às avaliações dos alunos, que medidas poderiam ser adotadas para garantir qualidade de ensino sem levar em conta os resultados obtidos nas notas e, sim, ressaltando, o meio utilizado pelo aluno para aquisição dos conhecimentos, avaliando-o de maneira formativo-mediadora e não classificatória. Assim, assumindo novas características, um novo enfoque e uma nova perspectiva, que sejam condizentes com o novo perfil de aluno que temos nas escolas hoje.

A avaliação deve ser contínua e clara, pois não se trata aqui de avaliar os conteúdos ensinados, mas avaliar as formas como esse processo de aprendizagem está se dando. Nessa perspectiva, foi que surgiu a pesquisa intitulada “Um olhar sobre a avaliação da aprendizagem nos anos finais nas escolas públicas da rede municipal de Jaguarão-RS”, tendo como objetivo geral descrever e analisar como se dá o processo de avaliação da aprendizagem nos anos finais visando, através de formação com as professoras, proporcionar alternativas de avaliação que impactem sobre o planejamento e sobre as condições de aprendizagem, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar.

A reflexão se dará sobre uma avaliação de forma contínua e formativa, considerando objetivos de aprendizagem com base na idade e critérios de interesse do processo de ensino. É necessário propor práticas de avaliação que estimulem nossos alunos a pensar com criticidade e espaços para qualificação e problematização junto aos supervisores e professores da rede municipal de ensino de Jaguarão por meio de ações de intervenção, em uma perspectiva crítico-reflexiva, coletiva e contextualizada.

Visando alcançar o objetivo geral apresento ainda os seguintes objetivos específicos:

- a) Investigar as concepções docentes de avaliação da aprendizagem através da aplicação de questionários;

- b) Identificar no regimento da escola as orientações sobre avaliação da aprendizagem;
- c) Proporcionar aos professores, através de momentos de formação, subsídios para pensar em uma avaliação formativa e contextualizada;
- d) Criar novas estratégias para tornar a avaliação eficaz na construção do conhecimento.

A temática da pesquisa apresenta sua relevância tendo como base a Meta 7, estratégia 2 do Plano Municipal de Educação (PME) que destaca a necessidade de “[...] criar e aprimorar relatórios diagnósticos de acompanhamento individual da aprendizagem para qualificar o processo, criando estratégias para sanar as dificuldades” (JAGUARÃO, 2015). A partir desses objetivos busquei através das palavras de Hoffmann (2013, p. 103) justificar minha proposta de pesquisa/ intervenção:

[...] para que a avaliação formativa se efetive é necessária a tomada de consciência pelo professor de que o ato de avaliar tem por base a interpretação do processo de construção do conhecimento: como o professor lê e interpreta as manifestações dos alunos ao longo de um tempo? Como os alunos estão evoluindo nesse processo e qual o papel do professor para que isso aconteça?

O Relatório Crítico-Reflexivo foi estruturado em cinco capítulos. Inicialmente apresentei a introdução com minha trajetória de vida, acadêmica e profissional contextualizando a temática da pesquisa, seus objetivos e justificativa. No segundo capítulo descrevi o contexto da educação do município onde se deu a pesquisa e a intervenção. Também trouxe dados referentes ao desempenho dos alunos dos anos finais do Ensino Fundamental no município. No terceiro capítulo o referencial teórico-conceitual constou de uma revisão de literatura e noções de avaliação propostas nos documentos oficiais até o âmbito local da escola. No quarto capítulo apresentei os resultados da pesquisa diagnóstica, caracterização dos sujeitos e análise dos questionários. No quinto capítulo apresentei o plano de intervenção, os encontros e a avaliação das ações, abordando a escolha dos caminhos da pesquisa. O penúltimo capítulo trata da avaliação das intervenções apresentando os resultados e reflexões possíveis e, para finalizar, no último capítulo as considerações finais que destacam minhas aprendizagens nesta trajetória.

2 CONTEXTO DA PESQUISA INTERVENÇÃO

2.1 A realidade educacional das escolas do município de Jaguarão

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016), o nome Jaguarão foi dado pelos índios que habitavam as margens do rio e conviviam com o jaguar, espécie de onça que habitava nesta região. Localiza-se no extremo sul do país e é fronteiro ao Uruguai, o município é visto pelo governo federal como alternativa de travessia internacional pelo rio Jaguarão, tem aproximadamente 208 km de curso, às margens do rio com 32km navegáveis. Foi elevada à vila em outubro de 1832, em 22 de maio de 1833 o município deu posse aos seus primeiros vereadores. Fundada em 1855, a Cidade Heróica, em 1865 defendeu nossa fronteira da Invasão Uruguaia, atualmente tem 28.310 mil habitantes, área - 2051, 021 km², população estimada 2015 - 28.310 hab. Densidade populacional - 13,8 hab./km (IBGE, 2016).

A economia do município baseia-se na pecuária, agricultura e no comércio. Apresenta arquitetura eclética que datam de 1876 e de 1920. Além de sua condição de fronteira a cidade caracteriza-se pelo seu acervo histórico cultural e urbanístico, destacado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como tombamento da cidade e também é conhecida por suas belas portas que estão conservadas e preservadas por seus habitantes. Hoje apresenta mais de 800 prédios catalogados, que datam do século XX, por suas fachadas que conservam vários estilos arquitetônicos.

Quanto à educação em nosso município, primeiramente os professores eram contratados para lecionar para os filhos da aristocracia rural e urbana, sendo essa a primeira forma de educação para as crianças. Em seguida, o município começou a expandir-se e essa responsabilidade foi entregue ao domínio público. Em relação à história da educação no município, é destacado no Plano Municipal de Educação que,

[...] quando se firma a aristocracia rural e urbana, esta cuida de contratar professores para as primeiras letras dos seus filhos. Por extensão, chama afillhados e filhos de capatazes para juntos melhor aproveitarem estes serviços. Geralmente essa iniciativa passava pelas esposas dos mesmos, já que se tratava de educação inicial e logo que o município passou a expandir as suas ações na criação de vagas, manutenção e contratação de professores, estas escolas rurais foram entregues ao domínio e custeio público (JAGUARÃO, 2015).

A Secretaria Municipal de Educação e Desporto é mantenedora de sete escolas municipais de ensino fundamental, uma escola de ensino fundamental e médio técnico em agropecuária, 05 escolas municipais de ensino fundamental incompleto do campo, 07 escolas de educação infantil. Temos atualmente cerca de 2400 alunos matriculados na rede, sendo 1649 no ensino fundamental, 119 nas escolas do campo, 631 na educação infantil, 31 na Educação de Jovens e Adultos (EJA), 44 no ensino médio e 107 no técnico.

Abaixo relacionamos as escolas da rede municipal de educação:

- **Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIs):** EMEI Bolinha, EMEI Casa da Criança, EMEI Cebolinha, EMEI Pato Donald, EMEI Pedacinho do Céu, EMEI Professora VerdinaRaffo e EMEI Professora Silvia Beatriz Ferreira Souza Soares.
- **Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs) - Urbanas:** EMEF Ceni Soares Dias, EMEF Dr. Fernando Corrêa Ribas, EMEF Gen. Antonio Sampaio, EMEF Mal. Castelo Branco, EMEF Manoel Pereira Vargas, EMEF Marcílio Dias, EMEF Padre Pagliani.
- **Escolas Municipais de Ensino Fundamental - Rurais:** EMEF Barão do Rio Branco, EMEF Dona Beloca Dutra Baltar, EMEF Dr. Alcides Pinto, EMEF Dr. João Azevedo, EMEF Pompílio Almeida Neves
- **Escola Municipal de Educação Básica (EMEB) - Rural:** EMEB Lauro Ribeiro.

Além das escolas acima relacionadas, o município de Jaguarão conta com oito escolas estaduais, uma escola de educação especial, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), nove escolas particulares de educação infantil e uma escola filantrópica de educação infantil e conveniada com o município.

O município também conta com um campus da UNIPAMPA e um campus do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSUL), a primeira deu início a suas atividades no município de Jaguarão/RS no ano de 2006 e o segundo - em sede própria - no ano de 2017. Além disso, o município conta com universidades como a Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), Universidade Metodista de São Paulo (METODISTA), e Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Um dado bastante importante sobre a educação de nosso município é que Jaguarão possui um Conselho Municipal de Educação (CME) desde 2007 e em 2015 foi elaborado o PME do município através da Lei nº 6.151, de 25 de junho de 2015 (JAGUARÃO, 2015), com vigência por dez (10) anos.

Outro dado bastante importante foi que na época em que realizei a pesquisa a taxa de evasão escolar era de apenas 2% enquanto que o índice de distorção idade/série girava em torno de 48%.

Quadro 1 - Índices de distorção idade-série em Jaguarão

	% Reprovação	% Aprovação
1 ao 5 ano	18,6	81
6 ao 9 ano	36	64
Ensino Médio	12,5	87,5

Fonte: Dados fornecidos pela SMED, através do sistema da Cia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS).

Destacamos os anos que possuíram as maiores médias de distorção idade - série nas escolas urbanas são as turmas de 6º a 9º ano do ensino fundamental, totalizando 60%, já nos anos iniciais a distorção gira em torno 32%. Segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), os anos finais apresentam desempenho irregular ainda não alcançando a meta projetada em nível nacional (Primeiro gráfico 4º e 5º anos, segundo gráfico 8º e 9º anos).

Figura 1 - IDEB nos anos iniciais

4ª série / 5º ano		8ª série / 9º ano									
Município	Ideb Observado						Metas Projetadas				
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2007	2009	2011	2013	2015
Jaguarão	3.1	3.5	3.6	4.0	4.4	4.5	3.2	3.5	4.0	4.2	4.5

Fonte: Dados emitidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/>>. Acesso em: 20 set. 2016.

Figura 2 - IDEB nos anos finais

4ª série / 5º ano		8ª série / 9º ano		Ideb Observado						Metas Projetadas					
Município	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021	
Jaguarão	2.4	2.5	2.4	2.5	2.3	2.8	2.4	2.7	3.1	3.6	4.1	4.3	4.6	4.9	

Fonte: Dados do INEP. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/>>. Acesso em: 20 set. 2016.

A escolha da pesquisa nas EMEFs de Anos Finais do Município de Jaguarão deu-se por objetivar uma maior abrangência da temática no município e por perceber que não aconteciam essas discussões e reflexões nas escolas sobre as avaliações da aprendizagem em consonância com as avaliações externas em larga escala, tais como a Prova Brasil.

O tema avaliação não é consensual, traz muitos questionamentos e resistências, principalmente quando nos referimos aos resultados emitidos na Prova Brasil que busca oferecer a todas as escolas públicas brasileiras uma avaliação mais detalhada de seu desempenho, em complemento à avaliação já feita pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). A Prova Brasil avalia todos os estudantes da rede pública urbana de ensino, de 5º a 9º anos do ensino fundamental (antigas 4ª e 8ª séries), com foco em Língua Portuguesa e Matemática (NETO,2015, p. 108).

Ao falar em avaliação, muitas questões vêm em minha mente acerca da escola e da aprendizagem. Nesse sentido, vale ressaltar a importância das pesquisas que vêm sendo desenvolvidas em nosso município a respeito das avaliações externas. Destaco a pesquisa de Oliveira (2016), que discute as relações históricas da avaliação com os diferentes processos em que ela está inserida, além de nos levar à reflexão enquanto educadores exigindo mudanças, tanto como profissionais quanto como instituição escolar. Para isso utilizou a avaliação institucional na educação infantil buscando qualificar a educação e buscando indicar caminhos para qualificar o processo educativo, bem como os espaços de trabalho. A intervenção foi organizada em torno das questões que envolvem a avaliação institucional e sua efetivação na escola, objetivando sensibilizar profissionais de educação e comunidade escolar sobre a importância do processo, contribuindo assim com a qualidade da Educação Infantil.

Outra importante contribuição a respeito das avaliações externas está abordada no trabalho Avaliações em Larga Escala: Impactos na escola e nas práticas docentes, escrito por

Souza (2015). A pesquisa visou propor reflexões sobre as políticas públicas, Provinha Brasil e Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA).

2.2 O contexto das escolas com ensino fundamental anos finais

As escolas em que foram feitas as intervenções fazem parte da rede municipal de ensino da cidade de Jaguarão, algumas de periferia e outras localizadas no centro da cidade, atendem alunos na faixa etária de 5 a 20 anos, dos níveis escolares de pré-escola a 9º ano, a maioria moradores do bairro ou arredores da própria escola. As instalações das escolas são pequenas, impossibilitando-as, assim, de atender a um número muito grande de alunos. Todas apresentam em sua estrutura uma biblioteca, um laboratório de informática, sala de orientação, além das salas de aula, refeitório, sala de direção e professores. Algumas têm sala de aula específica para o Programa Mais Educação e Sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Em geral as escolas apresentam uma avaliação com a utilização de instrumentos que permitem atribuir valor ao conhecimento adquirido através de provas e /ou trabalhos. No Regimento Interno da escola A¹, em um primeiro momento, no que se refere à avaliação, é apresentada a seguinte concepção:

[...] a avaliação educacional é o processo que permite resolver e fornecer informações úteis para a tomada de decisões com vistas a atingir níveis mais aprimorados de realização pessoal. A avaliação é um processo contínuo, cumulativo e cooperativo, envolvendo a todos os elementos da escola. A família participa da avaliação fornecendo informações que sirvam de base e/ou de complementação às informações obtidas na escola sobre o desempenho do aluno².

A partir desse excerto, deparei uma concepção de avaliação como um processo complexo, que não se dá em momentos específicos da prática pedagógica e sim continuamente, e que não envolve apenas a relação professor/aluno, mas sim toda a comunidade escolar, uma vez que não deverá ser avaliado apenas o desempenho dos alunos em sala de aula, mas também todo seu processo de aprendizagem que ocorre em outros espaços além do escolar. Nesse sentido, pude compreender que a concepção de avaliação proposta pela escola em seu regimento está de acordo com as propostas elaboradas pelos

¹ Indicarei as escolas por letras do alfabeto visando preservar seu anonimato.

² Parágrafo retirado do Regimento Interno de uma das escolas do município. Para preservar o anonimato, tais documentos não serão referenciados.

Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e também pelas orientações advindas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Em várias escolas percebi - através dos documentos legais - essa concepção de avaliação formativa, libertadora, emancipatória, porém na continuidade das análises observei que a avaliação é um processo sistemático de controle e verificação do rendimento escolar, em que é levado em conta o domínio dos conteúdos previstos nas listagens anuais. Dentro dessa lógica cabe ressaltar que “[...] a qualidade da aprendizagem de um aluno abrange a dimensão da coerência, da precisão e da extensão do conhecimento, para além da divisão disciplinar” (HOFFMANN, 2012, p.77) e a forma como são elaboradas as provas ou testes, a maneira como são aplicadas, o ambiente e o estado emocional da criança podem ser altamente prejudiciais, porém quando são aplicadas em caráter emancipatório, com a ideia de uma etapa vencida, serve como estímulo para novas aprendizagens, para a concretização do conhecimento.

Figura 3 - As múltiplas dimensões da aprendizagem



Fonte: Elaborado com base em Hoffmann (2012, p. 74).

A avaliação do aproveitamento, do rendimento do aluno em todas as escolas é realizada durante e ao final de cada bimestre e ao final das atividades escolares anuais, através de dados coletados sobre seu desempenho. O aproveitamento mínimo suficiente estabelecido pelas escolas é de sessenta (60) e duas escolas trazem como rendimento mínimo cinquenta (50). A frequência mínima estabelecida corresponde a 75% do total de horas de efetivo

trabalho docente (200 dias letivos e 800h), conforme estabelece a LDB(BRASIL, 1996). A aprovação do aluno é determinada pela conjugação de aproveitamento e assiduidade³.

Pude perceber uma contradição em relação à concepção de avaliação apresentada embora as escolas reconheçam- através de seus regimentos - que a avaliação é um processo contínuo e que envolve cooperação entre os diferentes sujeitos que participam da comunidade escolar. Ao apontar em sua metodologia de avaliação, resumem esse processo a um mero diagnóstico, que serve como uma ferramenta de controle e verificação do que compreendem como “aproveitamento” do aluno em cada disciplina. Diagnóstico esse que é materializado de maneira numérica em escalas de notas, desconsiderando o processo de aprendizagem e focando somente o desempenho dos alunos em exames. Conforme Hoffmann (2012, p. 55) “[...] notas e conceitos classificatórios padronizam o que é diferente, despersonalizando as dificuldades e avanços de cada aluno - não há como estabelecer a diferença das aprendizagens individuais entre vários alunos com nota 6”.

Nos regimentos das escolas são acrescentadas, ainda, algumas informações sobre a metodologia de avaliação. Conforme a leitura dos documentos oficiais das escolas percebi que a escola A adota o seguinte método:

[...] aplicação de uma prova de valor 50 ou 60 pontos, 10 pontos a critério do professor para serem distribuídos entre responsabilidade, participação, comportamento e o restante dos pontos distribuídos em trabalhos. Em algumas disciplinas, torna-se facultativo a realização de provas, podendo a avaliação ser obtida mediante a realização de trabalhos variados (REGIMENTO DA ESCOLA A, 2012, p. 07).

A partir do exposto, se detecta a verificação e recuperação apenas de conteúdos específicos. Não há uma relação direta entre avaliação e aprendizagem e sim uma mera verificação da assimilação de conteúdos específicos. Diz Demo (2000, p. 55):

[...] a aprendizagem é parceira da incerteza, da dúvida e do questionamento[...] Seria difícil explicar ao professor que a missão da escola é conseguir que o aluno duvide de tudo, sobretudo do próprio professor, que o conhecimento mais interessante é aquele que não dura e que as teorias são deitas para serem superadas.

No regimento de outra escola, sobre avaliação do rendimento escolar, observei a seguinte afirmação:

³ Esses dados foram retirados dos regimentos de cada escola.

A avaliação do desempenho do aluno é um processo contínuo que leva em consideração os aspectos formativos e informativos, pretendendo o desenvolvimento global do aluno nas áreas cognitivas, afetivas, sociais e psicomotora. [...] a avaliação subsidia o professor com elementos para uma reflexão contínua sobre a sua prática, sobre a criação de novos instrumentos de trabalho e a retomada de aspectos devem ser revistos (REGIMENTO DA ESCOLA C, 2014, p. 5).

Em relação a esse conflito de concepções sobre a avaliação apresentadas pelos documentos, podemos analisar que as escolas fazem um esforço para adequar-se à concepção de avaliação apresentada pela LDB. Contudo, ao apresentar suas metodologias de avaliação desconsideram o que os documentos formais propõem e retorna às mesmas práticas tradicionais de avaliação, instaurando uma contradição entre a teoria e as práticas pedagógicas realizadas na escola, conforme se exemplifica no regimento citado anteriormente. Hoffmann (2012, p.21) destaca que:

[...] a enorme dificuldade de avanços no sentido de aceitação, pelos educadores e pela sociedade em geral, de preceitos estabelecidos pela LDB...tal resistência parece revelar o forte arraigamento da concepção classificatória da avaliação dentre os professores, apesar dos seus discursos simularem, muitas vezes, tendências inovadoras.

O objetivo desse capítulo foi coletar dados gerais e específicos sobre o tema avaliação dentro das escolas onde foram feitas as intervenções e, a partir das análises, percebi que as orientações em relação à avaliação, apresentadas nos documentos das escolas, apontam para uma perspectiva formativa sobre a avaliação, desconstruindo o ideal quantitativo e classificatório, democratizando o processo avaliativo e enfocando o processo de aprendizagem de cada aluno. Porém, de maneira geral, as escolas ainda apresentam uma avaliação segmentada e isolada do todo, conforme indicam seus regimentos e de acordo com a concepção educacional do professor.

Tendo em vista minha trajetória como docente e como assessora da SMED e aliada às análises documentais iniciais, destaco que a prática avaliativa nas escolas consiste em quantificar a aprendizagem dos alunos e, muitas vezes, desconsidera a trajetória percorrida por eles, também como professora por muitos anos percebi que após finalizado o processo de avaliação bimestral não há uma estratégia definida para auxiliar nossos alunos na recuperação de seus conhecimentos.

Diante disso, aponto a necessidade de abrir discussões mais incisivas sobre o processo avaliativo com toda a comunidade escolar do município de Jaguarão, propondo a

consolidação de um sistema de avaliação que pressuponha um acompanhamento individualizado, evitando a evasão escolar e a repetência – sistema legitimado pela LDB, que verifique o rendimento escolar de forma contínua e formativa, considerando a realidade local e os indicadores de cada escola. Segundo Hoffmann (2012, p. 19) “[...] é fundamental frisar esse ponto: mudanças essenciais em avaliação dizem respeito à finalidade dos procedimentos avaliativos e não, em primeiro plano, à mudança de tais procedimentos”.

3 REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL

3.1 Avaliação da aprendizagem: perspectivas e contradições

Ainda é comum observar que algumas escolas de educação básica têm vivenciado uma educação que prima pelo quantitativo e descuida das questões envolvendo o qualitativo. Embasadas em Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) carentes de uma atenção que envolva esse assunto, muitas vezes desatualizados ou não condizentes com a realidade escolar, não possibilitam a concepção emancipatória do aluno. De acordo com a produção do aluno em sala de aula, devem ser observados diversos aspectos importantes, bem como o meio em que o aluno vive, suas vivências, para que sejam identificadas as dificuldades e, dessa maneira, seja possível oferecer as intervenções necessárias para o desenvolvimento de sua aprendizagem. Segundo Zabala (1998, p.38), é o professor

[...] quem dispõe as condições para que a construção que o aluno faz seja mais ampla ou mais restrita, se oriente num sentido ou noutro, através da observação dos alunos, da ajuda que lhes proporciona para que utilizem seus conhecimentos prévios, da apresentação que faz dos conteúdos, mostrando seus elementos essenciais, relacionando-os com o que os alunos sabem e vivem, proporcionando-lhes experiências para que possam explorá-los, compará-los, analisá-los conjuntamente e de forma autônoma, utilizá-los em situações diversas, avaliando a situação e seu conjunto e reconduzindo-a quando necessário.

Nesse sentido, é necessário também repensar os métodos utilizados para a construção de conhecimentos e de avaliação, não podemos continuar ensinando e impondo nosso conhecimento e com respostas prontas, precisamos ir além, precisamos, segundo Hoffmann (2012, p. 82) “[...] avaliar, questionar, formular perguntas, propor tarefas desafiadoras, disponibilizando tempo, recursos e condições aos alunos para construção de respostas [...]” e não somente avaliar através de uma prova, que na verdade não testa conhecimentos, apenas favorece a “decoreba”, “[...] não permitindo a emancipação do aluno como sujeito consciente de suas escolhas e como cidadão participante da sociedade em que está inserido”.

A educação, bem como a avaliação, deve ser entendida como um processo de construção do conhecimento, de replanejamento das aulas, de reavaliação do método utilizado pelo professor. Está dando certo? Meu aluno está aprendendo dessa maneira? De que forma posso melhorar? É necessário levar vários fatores em consideração: idade, grupo de alunos envolvidos, reprovação em uma disciplina, o quanto esse aluno poderá evoluir indo para a série seguinte sem atingir os objetivos na série em que se encontra, analisar aspectos pessoais

sobre o aluno, etc. Luckesi (2011, p. 124) declara: “O ato de planejar é a atividade intencional pela qual se projetam fins e se estabelecem meios para atingi-los. Por isso, não é neutro, mas ideologicamente comprometido”.

Lembrando ainda que a LDB, Lei 9.394/96, de 1996, em seu art. 24, inciso V, alínea a, aponta que a avaliação deve ser contínua e cumulativa do desempenho do aluno “[...] com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais” (BRASIL, 1996). A LDB assegura a avaliação numa perspectiva qualitativa, prevendo a necessidade de uma ação diagnóstica no processo avaliativo. Para Luckesi (1997, p. 174), “[...] a avaliação apresenta-se como meio constante de fornecer suporte ao educando no seu processo de assimilação dos conteúdos e no seu processo de constituição de si mesma como sujeito existencial e como cidadão”.

A escola não deve permitir que os resultados das provas sejam interpretados como simples diagnóstico, pois o professor sabe perfeitamente, no transcorrer da avaliação, da participação e produtividade de cada aluno. É necessário entender que a prova deve ser vista como uma formalidade do sistema escolar e, mesmo assim, em sua formulação; são necessários inúmeros cuidados, inclusive na sua aplicação. Em verdade, esse processo é bem mais complexo: o que existe é uma reconstrução daquele conhecimento que o aluno traz consigo como bagagem de vida, de histórias, assim, os educadores aperfeiçoam, dão mais sentido a essas aprendizagens. Segundo Freire (1996, p.16),

Pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela - saberes socialmente construídos na prática comunitária - mas também, como há mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação como ensino dos conteúdos.

Diante de tantas transformações em nossa sociedade, a educação também precisa de transformações, precisa de mudanças em sua metodologia, mudança nos conceitos de avaliação e constante aperfeiçoamento dos professores. Oportunizar uma reflexão em torno dos paradigmas da aprendizagem, os processos de avaliação escolar e sua relação com a educação docente. Essa discussão é importante, pois os professores têm cada vez mais dificuldades em avaliar os alunos de uma forma qualitativa; é necessário provocar uma reflexão em torno desse assunto.

Segundo Weis e Sanches (2006, p. 45), “[...] o conhecimento prévio é o conjunto de ideias, representações e informações que servem de sustentação para essa nova aprendizagem,

ainda que não tenham, necessariamente, uma relação direta com o conteúdo que se quer ensinar”. Diante disso, é interessante avaliar o aluno no início da aprendizagem, uma vez que descobriremos as informações e saberes que ele traz de suas vivências, de suas aprendizagens anteriores, para saber o que ele já constituiu como conhecimento. O resultado da avaliação pode, em alguns casos, determinar o sucesso ou o fracasso escolar dos alunos, uma vez que os paradigmas influenciam em nossas práticas educacionais, sendo assim importante entendermos quais são as influências e o que podemos mudar.

O paradigma é um conceito sobre algo ou determinados preconceitos estabelecidos pela sociedade que, muitas vezes, nem sabe por que os estabeleceu como um modelo a seguir. Ele pode afetar nossa vida ou a visão que temos sobre ela e sobre a sociedade em que vivemos. Houve um tempo em que o mundo era dominado, autoritário, as mulheres eram submissas, porém hoje as coisas mudaram e precisamos de novos paradigmas para serem aplicados, desenvolvidos.

Segundo Morin (1996, p.287) “[...] um paradigma é um tipo de relação muito forte, que pode ser de conjunção ou disjunção, que possui uma natureza lógica entre um conjunto de conceitos-mestres”. Os paradigmas podem determinar comportamentos diversos, nas diversas áreas do conhecimento e nos diferentes momentos de nossa história, por isso seu estudo faz-se tão necessário.

Diante de tantas transformações em nossa sociedade, há alguns anos, vem ocorrendo a transição de paradigmas e essas mudanças exigem muito mais dinâmica, autonomia e criatividade. É importante destacar que também exigem uma maior interação e criticidade entre as pessoas, e a educação tem papel primordial nesse processo.

O fato de o paradigma conservador ser meramente um transmissor de conhecimentos, deixando o aluno sem chance de demonstrar seu potencial leva-os à desmotivação, podendo o instinto de serem questionadores. A mudança de paradigma decorre da existência de um conjunto de problemas, para os quais os vigentes não conseguem soluções, fazendo surgir novas questões para as quais este paradigma começa a não ter resposta. Para Weisz e Sanches (2006, p.25):

Se não acreditarmos que os alunos podem aprender, se não estivermos convencidos de que podemos de fato ensiná-los, não teremos o empenho necessário para identificar o que sabem ou não e, a partir daí, planejar as intervenções que podem ajudá-los a avançar em sua aprendizagem. Além do mais, os alunos sentem quando não acreditamos que podem superar suas dificuldades, mesmo que digamos o contrário – esse é um território em que não é o discurso que manda, mas a crença que nos orienta.

Nesse paradigma, o aluno era apenas um expectador, nunca contribuindo em seu conhecimento, em seu aprendizado. Era um ser passivo, apenas receptivo, sem poder opinar, sem usar sua criticidade, sem questionar, apenas receptor de informações. O professor era visto como único detentor do conhecimento, mantendo-se distante de seus alunos, autoritário e rígido.

O novo ensino que se apresenta precisa formar jovens questionadores, com liberdade e acesso ao conhecimento. Conforme Demo (1995, p. 21),

[...] liberdade, autonomia, autodeterminação não são acessórios descartáveis. Ao contrário, estão no cerne do sentido da vida, a menos que a imaginemos sem sentido. Seu sentido, na linha da qualidade, é participar.

É necessário que o professor comece a compreender todas as questões que permeiam a prática pedagógica, apontando possibilidades que possam contribuir para a efetivação da aprendizagem de forma significativa, levando o aluno a vivenciar situações concretas e conduzindo-o à reflexão sobre as ações realizadas, fazendo o aluno deixar de ser mero assimilador de conteúdos e possibilitando que ele se torne criador, revelando suas potencialidades e seus avanços.

O aluno é elemento principal no processo de aprendizagem, é um ser ativo, tem iniciativa, tem opiniões formadas e é altamente questionador e crítico, ele participa do processo de formação e construção do conhecimento. O professor é visto como um facilitador e tem o papel de orientar os alunos, oportunizando sua participação e interação, dando-lhes mais autonomia, oportunizando uma aprendizagem significativa, inovadora e prazerosa. Segundo Moreira (1999, p. 26),

[...] a aprendizagem significativa é um processo por meio do qual uma nova informação relaciona-se, de maneira substantiva (não-litera) e não-arbitrária, a um aspecto relevante da estrutura de conhecimento do indivíduo, ou seja, as informações que adquirimos estão referidas ao discernimento preliminar que o estudante possui.

Para a escola, formar o aluno é prepará-lo para atuar na sociedade de maneira a explorar seus conhecimentos, habilidades, formas de pensar. É necessário deixar de lado alguns critérios e métodos previsíveis e que não estimulam nem alunos nem professores, a escola precisa mudar, inovar suas metodologias, seu currículo. Dialogar com o aluno é também uma forma de atingir o resultado desejado, para, a partir daí perceber o nível de

entusiasmo do aluno podendo ajustar sua didática, sua metodologia, levando entusiasmo, surpreendendo-o para obter bons resultados. Para isso fazem-se necessárias metodologias diferenciadas sempre.

É imprescindível partir de onde o estudante está situado, partir de seus medos, suas dúvidas, suas ansiedades, sua história, preocupar-se com o aluno, não com o conteúdo, ensinar de maneira que desperte o interesse, a curiosidade, a vontade de aprender e estar na escola. As aulas precisam ser dinâmicas, significativas e não conteudistas, expositivas. Nossos professores precisam estar preparados, atualizados e aceitar as mudanças. Moran (2008, p. 2) entende que,

[...] o sucesso pedagógico depende também da capacidade de expressar competência intelectual, de mostrar que conhecemos de forma pessoal determinada área do saber, que as relacionamos com os interesses dos alunos, que podemos aproximar a teoria da prática e a vivência da reflexão teórica.

A avaliação, como complemento da aprendizagem significativa, deve assumir novas características, um novo enfoque, uma nova perspectiva, que seja condizente com o novo tipo de aluno que temos nas escolas. Essa avaliação tem que levar o aluno a ter consciência do seu processo de aprendizagem, provocando modificações no aluno, no seu jeito de pensar e agir.

Falar sobre aprendizagem e avaliação é muito mais que verificar as diversas formas de que o professor se utiliza para avaliar seu aluno dentro da sala de aula, é verificar e refletir sobre questões como: Como o que ensino e o modo como ensino pode fazer meu aluno crescer? Qual o sentido real do que transmito a ele? Como ajudar meu aluno a tornar-se crítico perante as situações do dia-a-dia? Tais reflexões tiram o professor da rotina, de colocar a culpa do não aprendizado nas questões exteriores tais como: o meio em que o aluno vive é precário, o aluno é carente, tem dificuldades de aprendizagem, entre outras. A sala de aula – mediada pelo professor – deve ser um espaço para debate, informação, onde o aluno tenha a chance de interagir, meditar sobre sua aprendizagem e quais dificuldades precisa vencer.

Ainda encontramos a escola tecnicista, na qual o aluno perde sua autonomia e não participa da sua formação, tornando-se expectador frente à realidade, aprende através de estímulo e reforço, é condicionado, acrítico e passivo. Neste paradigma, o aluno aprende de forma fragmentada, não é estimulada a interpretação, o professor tem o papel de transmitir o conhecimento e não de produzi-lo com seus alunos, porém os professores precisam desvincular-se de conceitos e didáticas ultrapassadas e fazer sua autoavaliação, repensando sua prática pedagógica e aceitando o novo, aceitando o aluno como agente construtor do

conhecimento, percebendo que não é o único detentor do conhecimento, que as realidades precisam ser analisadas e confrontadas. Segundo Bachelard (1996, p. 24), “[...] o educador não tem o senso do fracasso justamente porque se acha um mestre”, Ainda diz: “[...] substituir o saber fechado e estático por um conhecimento aberto e dinâmico, dialetizar todas as variáveis experimentais, oferecer enfim à razão para evoluir”.

É importante que todo o processo de aprendizagem seja acompanhado minuciosamente pelo professor, pensando de forma individualizada – uma vez que nossos alunos aprendem em tempos bem distintos – a fim de observar se a aprendizagem de fato está se processando e se seu trabalho está surtindo resultados, observar se os métodos que estão sendo utilizados estão de acordo com as necessidades do discente. É necessário planejar e “replanejar” sempre, pensando sobre suas propostas apresentadas e as aprendizagens, o conhecimento que cada aluno traz consigo, fazendo com que o mesmo participe da elaboração das propostas e contribua para determinação de novas metodologias.

O professor precisa estar constantemente revendo seus conhecimentos, se autoavaliando e observando os alunos para poder detectar as dificuldades que eles vêm enfrentando e verificar se sua forma de ensinar está proporcionando a reflexão, a criatividade e a imaginação. Segundo Moraes (2000, p. 15),

[...] a missão da escola mudou, que em vez de atender a uma massa amorfa de alunos, despersonalizados, é preciso focalizar o indivíduo, aquele sujeito original, singular, diferente e único; dotado de inteligências múltiplas, que possui diferentes estilos de aprendizagem e, conseqüentemente, diferentes habilidades para resolver problemas. Mas um “sujeito coletivo”, inserido numa ecologia cognitiva da qual fazem parte outros humanos, cujo pensamento é também influenciado pelas pessoas integrantes do ambiente, a partir de uma relação contínua existente entre o pensamento e o ambiente em geral, dois aspectos inseparáveis de um único processo, cuja análise em partes distintas já não faz mais sentido.

De acordo com Bachelard (1996), na perspectiva do paradigma conservador, o aluno é avaliado sem criticidade e sem autonomia, apenas pela mera reprodução de seus conhecimentos, repetição de frases e respostas prontas, nada do que o cerca e de seus conhecimentos anteriores é levado em consideração. A avaliação não é flexível, é única, valoriza a repetição e exatidão das respostas decoradas e passadas pelo professor.

A educação nos conduz a uma vida em harmonia, nos proporcionado conhecer os indivíduos, a humanidade, a sociedade em que estamos inseridos. Dessa forma faz-se necessária uma aprendizagem e uma avaliação dinâmicas, deve se constituir em um processo

que parte da sociedade, passa pela instituição e chega à sala de aula, retornando e dando respostas às instâncias que a antecederam.

Demo (2012, p. 12) nos diz que “[...] educação de qualidade em termos instrumentais é aquela que vai além da mera transmissão, cópia, reprodução de conhecimento, para atingir, de cheio, sua construção”.

Outro fator bastante importante durante a aprendizagem dos alunos é a valorização do seu saber, quando o aluno acha que não aprende, que nunca vai aprender, sua autoestima baixa e ele levanta obstáculos “emocionais” que prejudicam a aquisição do conhecimento. Nesse sentido, o professor precisa oferecer mecanismos que o ajudem a levantar o ego, a lutar e a vencer as barreiras que surgem. Uma vez que o ensino não é linear, não podemos ensinar um conteúdo, acreditando que ele já sabe o anterior, pois aprovar em determinado assunto, em determinado conteúdo, em determinado ano, não garante que se deu aquisição completa do conhecimento.

É de suma importância avaliar o aluno diariamente, para que não ocorra de, no final do ano letivo, o aluno ser reprovado por não atingir o que a escola tem por ideal de avaliação. É preciso que o aluno seja orientado durante todo ano letivo para que consiga, dia a dia, ir recuperando os conhecimentos não aprendidos, através de mecanismos que facilitem o aprendizado, para assim, ao final, conseguir atingir o conhecimento pleno.

Segundo Freitas (2009, p.5871),

[...] a educação precisa ser observada sob uma perspectiva de teia, rede, de interconexão, de inter-relacionamento, que propõe que o homem seja visualizado como um ser indiviso, numa perspectiva de aliança e encontro, buscando uma ação pedagógica que leve a produção do conhecimento e busque formar um indivíduo sujeito de sua própria história.

Nesse sentido, a mudança de práticas pedagógicas que incentivem os novos paradigmas trarão às escolas um papel mais acolhedor e transformador para a sociedade. O aluno será visto como um ser complexo, único, cheio de potencialidades, competente e construtivo, capaz de desenvolver suas múltiplas inteligências e ter autonomia para produzir o seu conhecimento.

Nessa abordagem, entende-se que o aluno deve participar da ação educativa, na busca incessante pela produção do conhecimento, sendo um sujeito sério, ativo, criativo, crítico, questionador, investigador, participativo e autônomo, precisa saber argumentar, problematizar e buscar soluções. Conforme afirma Demo (2012, p.14), “[...] qualidade total significa, antes

de mais nada, na entrada e na saída, recursos humanos qualitativos, capazes de aprender a aprender e de saber pensar”.

Os professores precisam buscar a produção do conhecimento junto a seus alunos, não serem apenas meros reprodutores, deve estimular seus alunos para que desenvolvam suas potencialidades em todos os aspectos, proporcionando aos alunos uma relação de diálogo, essencial na produção do conhecimento. Deve ser um mediador entre o texto, o conhecimento e o seu produto.

As novas metodologias alicerçam-se nas diferentes formas de diálogo, objetivando a produção do conhecimento e provocando a reflexão crítica na e para a ação, além de reduzir as aulas expositivas e aumentar o momento de oportunizar a reflexão e o diálogo. Nesse sentido, a avaliação respeita o aluno como pessoa em suas diversas inteligências de forma que os alunos sejam avaliados durante todo o processo de aprendizagem, deve ser uma avaliação contínua, processual e transformadora, contemplando momentos de autoavaliação e de avaliação grupal, levando o aluno a compreender que o importante é o seu conhecimento e a sua mudança.

A avaliação, nessa perspectiva, deve ser contínua e processual, além de ser participativa, deve levar em conta o envolvimento, a participação, a produção do conhecimento e o progresso do aluno de forma globalizada, acompanhando dia a dia seu ritmo participativo e produtivo. Perrenoud (1999, p.105) coloca que na avaliação formativa:

Pode-se ajudar um aluno a progredir de muitas maneiras: explicando mais simplesmente, mais longa ou diferentemente; engajando-o em nova tarefa, mais mobilizadora ou mais proporcional os seus recursos; aliviando sua angústia, devolvendo-lhe a confiança, propondo-lhe outras razões de agir ou de aprender; colocando-o em outro quadro social, desdramatizando a situação, redefinindo a relação ou contrato didático, modificando o ritmo de trabalho e de progressão, a natureza das sanções e das recompensas, a parcela de autonomia e representação do aluno.

É necessário pensar na avaliação não apenas como verificação de conhecimentos, mas como norteadora de novos saberes, novos conhecimentos, proporcionando ao aluno participar dessa construção, desse processo de aquisição, auxiliar o aluno a construir o conhecimento, perceber o caminho que percorreu os problemas e as conquistas enfrentados, é importante que ele entenda o processo.

Essa avaliação continuada proporciona mudar métodos para tornar as aprendizagens mais interessantes e significativas, uma vez que quando o aluno não está conseguindo aprender, acompanhar a turma, ele vai se desmotivando, perdendo o interesse em participar,

sentindo-se impotente. Para que isso não aconteça é importante adotar meios, novas didáticas para trazer o aluno de volta, resgatá-lo, criando novas maneiras de aprendizagem, oportunizando novas situações para que o mesmo interaja e se torne participante do processo. Importante ter olhos bem atentos, pois, às vezes, nos deparamos com alunos que apresentam dificuldades pontuais e necessitam de um atendimento especializado, com uma equipe adequada que venha a nortear o trabalho do professor.

Para Luckesi (1997, p. 174), “[...] a avaliação apresenta-se como meio constante de fornecer suporte ao educando no seu processo de assimilação dos conteúdos e no seu processo de constituição de si mesma como sujeito existencial e como cidadão”.

Por que não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina? Por que não estabelecer uma necessária “intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos? (FREIRE, 1996, p.33).

O papel do educador é o de buscar caminhos alternativos para que a educação, segundo Freitas (2009, p.5873), “[...] supere a fragmentação, a linearidade e o mecanicismo e construa referenciais que justifiquem uma mudança paradigmática”, que permita a formação de seres humanos críticos, produtores do conhecimento e portadores de valores éticos, inseridos na “complexidade”. Segundo Demo (2012, p.106),

É crucial, assim, trazer para a escola a didática do aprender a aprender e do saber pensar, substituindo o currículo extensivo pelo intensivo, o professor que apenas ensina por quem constrói e faz construir conhecimento, a aula pela orientação produtiva.

A educação é o principal meio de equalizar as diferenças, oportunizando igualdade de oportunidades a todos, bem como a avaliação é um processo no qual avaliador e avaliado participam de forma equânime e transparente, precisando ser discutida e construída no cotidiano da escola, num paradigma de inovações e constantes análises de resultados, buscando assim fazer as intervenções e correções adequadas para as mudanças que ora se apresentam na sociedade moderna.

3.2 Bases legais sobre avaliação da aprendizagem

Este subcapítulo busca refletir sobre as noções de avaliação presentes nos documentos oficiais que regem a Educação Brasileira, bem como ver seus reflexos na educação do

município de Jaguarão-RS. Foram analisados os seguintes documentos: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Parâmetros Curriculares Nacionais Plano Nacional de Educação (PNE). Em âmbito local, me detive no Plano Municipal de Educação do município de Jaguarão.

3.2.1 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

A Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), aprovada em 1996, estabelece em seu inciso V do art. 24, as seguintes diretrizes para a avaliação na escola:

- V - A verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:
- a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
 - b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
 - c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
 - d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
 - e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos (BRASIL, 1996).

Na LDB já se consolida, portanto, a orientação de que o trabalho desenvolvido pelo professor deva ser embasado em uma avaliação contínua, na qual o processo é mais importante do que o resultado final, ou seja, na avaliação os aspectos qualitativos devem prevalecer, em detrimento dos aspectos quantitativos. Contudo, percebi que essa proposta de avaliação orientada pela LDB não está presente na prática pedagógica dos professores, que a utilizam, ainda, como instrumento quantitativo. A avaliação continua engessada em critérios pré-estabelecidos e condicionada a demandas burocráticas que impossibilitam o professor de exercer uma avaliação de forma significativa e a partir da interação entre os sujeitos, proporcionado assim a construção efetiva dos conhecimentos de nosso aluno de forma autônoma moral e intelectual.

Além disso, há uma resistência por parte dos professores, muitas vezes, em aceitar propostas de avaliação que fujam do sistema tradicional de provas e notas, pois esse sistema acaba servindo ao professor como um instrumento de controle dos alunos, uma maneira de exercer poder em relação a esses sujeitos. Sobre isso Conceição (2016,s./p) acrescenta:

Essa prática torna a avaliação nas mãos do professor um instrumento disciplinador de condutas sociais, utilizando-a como controle e critério para aprovação dos alunos, buscando controlar e disciplinar, retirando deles espontaneidade, criticidade e criatividade, transformando-os em “cordeiros” de um sistema autoritário e antipedagógico.

Outro aspecto importante de ser destacado é o termo “recuperação”, mencionado no inciso V alínea (e) da LDB (BRASIL, 1996). No texto da lei não fica claro o que deve ser recuperado, se conteúdo e/ou nota. Nas escolas, de modo geral, compreendi que essa recuperação diz respeito à nota, e assim, o processo de recuperação é realizado a partir da aplicação de uma outra prova que substitua a nota baixa do aluno. É comum nas escolas, inclusive a aplicação, no final do ano letivo, do “provão” na linguagem popular da comunidade escolar, porém chamado em alguns regimentos escolares de complementação especial, que avalia o aluno em uma única prova de conhecimentos específicos e deixa de lado toda bagagem que foi adquirida ao longo do ano letivo. Nessa complementação especial o aluno deverá ter 50% dos conhecimentos. Recorte do regimento que demonstrou tal afirmativa:

Ao final do ano letivo será oferecida a complementação especial (provão) ao aluno que não atingiu a média 60 ao longo dos quatro bimestres, respeitando o Calendário Escolar. A prova é elaborada com conteúdos trabalhados durante os quatro bimestres do ano e estabelecidos pelo professor, no valor de 100 (cem), sendo necessário atingir 50 (cinquenta) para aprovação (REGIMENTO DA ESCOLA D, 2012, p. 6).

A partir disso, percebi que não há, para a escola, uma relação direta entre avaliação e aprendizagem. Uma vez que, o processo de aprendizagem do aluno que apresenta um déficit em relação a algum conteúdo, nesse caso, é completamente desconsiderado. Nesse sentido, Luckesi (2008, p. 36) destaca que:

[...] as escolas, normalmente, utilizam a avaliação como instrumento de classificação, como produto final, desconsiderando se houve ou não aprendizagem. E, ao medir a capacidade do aluno por meio de uma escala de nota, impossibilita, assim, o aluno de progredir e desenvolver-se.

Segundo Antunes (2002, p. 9) “[...] o processo de avaliação da aprendizagem consiste essencialmente em determinar se os objetivos educacionais estão sendo realmente alcançados pelo programa do currículo e do ensino”.

Diante do exposto, faz-se necessário que o professor perceba que avaliar o aluno vai muito além de quantificá-lo, nesse momento o professor está refletindo sobre o desenvolvimento humano de seu aluno, uma vez que a aprendizagem se processa na medida em que o aluno é capaz de construir significados e sentido aos conteúdos ensinados. Antunes (2002, p. 17) ainda destaca “[...] que uma avaliação do rendimento escolar somente pode ser considerada eficiente quando produto de uma observação contínua ao longo do período escolar e não somente concentrada nos momentos de provas e exames”.

Para que uma avaliação se efetive é necessário que o professor identifique os progressos de seu aluno, percebendo o quanto ele progrediu em suas competências, uma vez que a prova apenas mostra um retrato pontual da aprendizagem, de algumas habilidades, de alguns conteúdos específicos.

Segundo Perrenoud (apud ANTUNES, 2002, p. 24) “[...] competência é a faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos - como as inteligências, saberes, habilidades e informações - para solucionar com pertinência e eficácia um conjunto de situações”.

3.2.2 Parâmetros Curriculares Nacionais

No volume 1 dos PCNs – Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais – há um capítulo inteiro dedicado à avaliação, no qual é apresentada uma concepção de avaliação que busca ir além da visão tradicional, a qual é pautada no controle dos alunos mediante provas e notas, promovendo a compreensão da avaliação como parte integrante e intrínseca ao processo educacional (BRASIL, 1997). Nesse documento, é perceptível uma preocupação em problematizar as metodologias utilizadas hoje na escola para avaliar os alunos, fazendo com que os profissionais da área da educação, público ao qual esse documento se destina, reflitam sobre a função da avaliação no contexto escolar e sua importância na construção da prática pedagógica. O documento define avaliação da seguinte maneira:

[...] a avaliação, ao não se restringir ao julgamento sobre sucessos ou fracassos do aluno, é compreendida como um conjunto de atuações que tem a função de alimentar, sustentar e orientar a intervenção pedagógica. Acontece contínua e sistematicamente por meio da interpretação qualitativa do conhecimento construído pelo aluno. Possibilita conhecer o quanto ele se aproxima ou não da expectativa de aprendizagem que o professor tem em determinados momentos da escolaridade, em função da intervenção pedagógica realizada (BRASIL, 1997, p.55).

De acordo com a visão proposta pelo documento, a avaliação não pode ser considerada como um mero instrumento para medir o conhecimento adquirido pelos alunos. Ela assume um papel fundamental como subsídio para que o professor reflita sobre sua prática docente e, assim, crie novos instrumentos de trabalho e de retomada de aspectos a serem revistos, ajustados ou reconhecidos como adequados para o processo de aprendizagem, tanto a nível individual ou de todo grupo.

A avaliação nessa perspectiva exerce uma função no processo educacional para o professor, para o aluno e também para a escola. Para o professor, como mencionado anteriormente, funciona como um instrumento que o mantém em constante reflexão e reorganização da sua prática docente.

Segundo Antunes (2002, p. 28-29),

[...] ao refletir sobre o tipo de avaliação que pretendemos desenvolver temos que estar conscientes de que os alunos também estão atribuindo um sentido a essa avaliação e que esta depende da maneira como a atividade é proposta, de como nos envolvemos a ela como professores e de como a avaliamos.

Para o aluno, é promotora de uma tomada de consciência de suas conquistas e dificuldades, possibilitando que o aluno reorganize seu investimento na tarefa de aprender. E, por fim, para a escola, possibilita definir prioridades e localizar quais aspectos das ações educacionais demandam maior apoio.

Contudo, para que a avaliação realmente cumpra sua função, é preciso que ela aconteça contínua e sistematicamente, através de uma interpretação qualitativa dos conhecimentos adquiridos e produzidos pelos alunos. E não reduzido a uma interpretação quantitativa como ocorre normalmente nas escolas. Nas palavras presentes no próprio documento:

Tomar a avaliação nessa perspectiva e em todas essas dimensões requer que esta ocorra sistematicamente durante todo o processo de ensino e aprendizagem e não somente após o fechamento de etapas do trabalho, como é o habitual. Isso possibilita ajustes constantes, num mecanismo de regulação do processo de ensino e aprendizagem, que contribui efetivamente para que a tarefa educativa tenha sucesso (BRASIL, 1997, p.55).

Em termos metodológicos, o documento propõe que o processo de ensino e aprendizagem inclua uma avaliação inicial, que subsidiará o planejamento do professor, e uma avaliação final a cada etapa de trabalho. A avaliação inicial parte do princípio de respeito

à subjetividade de cada aluno e características individuais de cada grupo. Para que o planejamento do professor seja adequado a cada grupo de alunos, é preciso que o professor tenha consciência do que os alunos já sabem, de que deficiências eles trazem do ciclo anterior, e a avaliação inicial funciona como um instrumento de auxílio para que o professor consiga reunir todas as informações necessárias para estruturar sua programação, definindo os conteúdos e o nível de profundidade em que devem ser abordados. A avaliação ao final de cada etapa, por sua vez, contempla a observação dos avanços e da qualidade da aprendizagem alcançada pelos alunos.

Em relação às orientações mais específicas para a avaliação, os PCNs (BRASIL, 1997, p. 57) propõe as seguintes estratégias:

- observação sistemática: acompanhamento do processo de aprendizagem dos alunos, utilizando alguns instrumentos, como registro em tabelas, listas de controle, diário de classe e outros;
- análise das produções dos alunos: considerar a variedade de produções realizadas pelos alunos, para que se possa ter um quadro real das aprendizagens conquistadas. Por exemplo: se a avaliação se dá sobre a competência dos alunos na produção de textos, deve-se considerar a totalidade dessa produção, que envolve desde os primeiros registros escritos, no caderno de lição, até os registros das atividades de outras áreas e das atividades realizadas especificamente para esse aprendizado, além do texto produzido pelo aluno para os fins específicos desta avaliação;
- atividades específicas para a avaliação: nestas, os alunos devem ter objetividade ao expor sobre um tema, ao responder um questionário. Para isso é importante, em primeiro lugar, garantir que sejam semelhantes às situações de aprendizagem comumente estruturadas em sala de aula, isto é, que não se diferenciem, em sua estrutura, das atividades que já foram realizadas; em segundo lugar, deixar claro para os alunos o que se pretende avaliar, pois, inevitavelmente, os alunos estarão mais atentos a esses aspectos.

Em relação às atividades mais formais de avaliação, elencadas no terceiro tópico são interessantes destacar a importância de esclarecer sempre, para os alunos, os objetivos de cada atividade proposta e os critérios que nortearão as avaliações. Essa estratégia é pouco utilizada na escola e, muitas vezes, a falta de conhecimento do aluno sobre o que será avaliado em suas produções colabora para o sentimento de angústia e até pânico em relação às avaliações formais.

O documento destaca, ainda, que a avaliação, ainda que seja responsabilidade do professor, não deve ser considerada uma função exclusiva dele. Em determinados momentos, delegá-la aos alunos, pode ser uma estratégia importante para que eles construam instrumentos de autorregulação para as diferentes aprendizagens, colaborando para que o aluno construa sua autonomia e transformando a avaliação em um processo mais democrático,

uma vez que, ela será construída com a coordenação de diferentes pontos de vista tanto do aluno quanto do professor.

3.2.3 Plano Nacional de Educação

O PNE, desde sua introdução, aponta a importância dos sistemas de avaliação em todos os níveis de ensino. A proposta do documento em relação à avaliação é associá-la ao desenvolvimento de sistemas de informação e de avaliação em todos os níveis e modalidades de ensino, aperfeiçoando os processos de coleta e difusão dos dados e de aprimoramento da gestão e melhoria do ensino. O principal artigo, no que se refere à avaliação, no PNE é 11, cujo texto diz:

Art. 11. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, em colaboração com os estados, o Distrito Federal e os municípios, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino (BRASIL, 2014).

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, mencionado no artigo 11, é composto por informações referentes aos indicadores nacionais de rendimento escolar que medem desempenho dos estudantes e indicadores de avaliação institucional com informações sobre o perfil de alunos e profissionais da educação, as relações entre as equipes docente e técnica e corpo discente, aspectos estruturais, recursos pedagógicos e processos de gestão. Em relação a esse sistema de avaliação, o inciso 1º do artigo 11, estabelece que:

§ 1º O sistema de avaliação a que se refere o caput produzirá, no máximo a cada dois anos:

I – indicadores de rendimento escolar, referentes ao desempenho dos(as) estudantes apurado em exames nacionais de avaliação, com participação de pelo menos oitenta por cento dos(as) alunos(as) de cada ano escolar periodicamente avaliado em cada escola, e aos dados pertinentes apurados pelo censo escolar da educação básica;

II – indicadores de avaliação institucional, relativos a características como o perfil do alunado e do corpo dos(as) profissionais da educação, as relações entre dimensão do corpo docente, do corpo técnico e do corpo discente, a infraestrutura das escolas, os recursos pedagógicos disponíveis e os processos da gestão, entre outras relevantes (BRASIL, 2014).

Bandeira (2014, p. 1), atenta para o fato de que não há um detalhamento sobre a coleta de informações institucional que compõe a avaliação, mencionada Art. 11, inciso II do § 1º: “Assim, não há informações mais precisas sobre como essa avaliação será realizada, o que há

é uma grande ênfase nos exames de rendimento escolar, na divulgação de seus resultados, na abrangência e nos responsáveis pelo cálculo e aplicação dos exames”.

Dentre as vinte metas estipuladas pelo PNE, a avaliação é tratada com mais ênfase na Meta 7, que aborda a qualidade da educação, colocando como objetivo as metas do IDEB. De acordo com o documento, alcançar tais metas tem uma relação direta com o estabelecimento de diretrizes pedagógicas e a criação de uma base curricular nacional comum com definições de objetivos de aprendizagem para cada nível/série. Para que isso ocorra os testes em larga escala teriam que dialogar com a base curricular nacional comum, ou seja, os processos teriam que ser pensados de maneira articulada e não isoladamente.

Em relação às avaliações de larga escala, diversos estudiosos da área da educação têm questionado a eficácia desses testes e suas influências na realidade das escolas públicas. Embora essa modalidade de teste tenha o intuito de gerar indicadores para a melhoria da educação brasileira, o que se percebe é que esses testes não promovem o desenvolvimento processual e integral do aluno, uma vez que desconsideram uma série de variáveis importantes para esse processo.

Além disso, a pressão que é criada sobre as escolas e os docentes para que façam com que os alunos tenham um bom desempenho nas avaliações externas, para que a instituição, assim, supere as metas no IDEB e tenha uma visibilidade positiva, acaba invertendo papéis e valores dessas avaliações. Ao invés de prepararmos nossos alunos para serem sujeitos críticos, bons leitores e escritores, e oportunizar a eles conhecimentos fundamentais para que atuem de forma ativa na sociedade, acabamos por focar o ensino em conteúdos e capacidades necessárias para que esses alunos tenham um bom desempenho nessas avaliações como Prova Brasil, Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), entre outras. Voltando à meta 7 do PNE, dentre as estratégias propostas pelo documento, para o alcance de tal meta, está:

7.4. induzir processo contínuo de autoavaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos(as) profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática (BRASIL, 2014).

Em relação à estratégia 7.4, Bandeira (2014) aponta a importância de aprofundar a discussão sobre a autoavaliação institucional e definir estratégias complementares em relação a dois aspectos, especialmente: primeiro ao estímulo, adesão e participação das unidades educacionais nos processos de constituição e utilização dos instrumentos de autoavaliação. E,

segundo, sobre os usos que se pretende fazer dos resultados de avaliações desta natureza, uma vez que a autoavaliação depende do grau de criticidade das equipes e comunidades escolares envolvidas.

Como outra estratégia, estipulada pelo PNE para alcançar a meta 7, temos ainda, o estabelecimento de “[...] políticas de estímulo às escolas que melhorarem o desempenho no IDEB, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar”(BRASIL, 2014). Em relação a isso, Bandeira (2014) destaca que propostas como essa, pautadas pela meritocracia na educação, contribuem para acirrar ainda mais as desigualdades educacionais, na medida em que classificam, comparam e hierarquizam as escolas e redes de ensino.

A análise sobre o tema da avaliação educacional no PNE evidencia a não preocupação do Plano com políticas de avaliação que sirvam para refletir os Projetos Políticos Pedagógicos das escolas e, ao mesmo tempo, a política educacional de um dado município, estado ou da nação. A ênfase se dá nas avaliações externas em larga escala, sobretudo de desempenho de estudantes com base no Ideb que pouco ou nada contribuem para uma reflexão que permita que as comunidades escolares a partir de uma análise crítica intervenham na realidade (BANDEIRA, 2014, p.3).

3.2.4 Plano Municipal de Educação de Jaguarão

Dentre os desafios para o planejamento educacional do Brasil propostos pelo PNE (BRASIL, 2014) destaca-se a determinação de que a União, os Estados e os Municípios atuarão em regime de colaboração para o alcance das metas estipuladas. Para isso o PNE art.8 estabelece que:

Art. 8º. Os estados, o Distrito Federal e os municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de um ano contado da publicação desta lei (BRASIL, 2014).

Além de estar em consonância com as metas e estratégias previstas pelo PNE, o PME deve definir metas específicas que devam ser alcançadas pelo município de maneira a garantir sua identidade e autonomia. Além disso, é incumbência do PME apresentar metas para a qualificação da gestão dos órgãos administrativos da educação, visando à formação de pessoal capacitado para suprir as necessidades dos setores de informação, planejamento e avaliação educacional.No PME do município de Jaguarão, a questão da avaliação é tratada mais especificamente nas seguintes estratégias (JAGUARÃO, 2015):

Quadro 2 - Estratégias relativas à avaliação no PME de Jaguarão

Definição	Estratégia
Estratégia 10 para o cumprimento da Meta 2, referente ao Ensino Fundamental	[...] criar Sistema Municipal de Avaliação da Aprendizagem visando avaliar periodicamente as práticas pedagógicas do professor, bem como o aprendizado dos alunos, garantindo o acompanhamento e a qualidade dos processos de ensino e aprendizagem, na forma da lei.
Estratégia 4 para o cumprimento da meta 7, referente ao IDEB e a Avaliação da Educação	[...] fomentar, sob a responsabilidade da SMED e das equipes pedagógicas das escolas a criação de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando a elaboração de planejamento participativo, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática.
Estratégia 5 para o cumprimento da meta 19, referente à Gestão Democrática	Criar e implementar processo permanente de Avaliação Institucional das escolas e da SMED com participação efetiva de todos os segmentos da comunidade educativa, com periodicidade anual.

Fonte: Plano Municipal de Jaguarão (JAGUARÃO, 2015).

A sessão 4.7, mais especificamente, é de extremo interesse para nosso trabalho, pois é nesse espaço que o referido documento relata a realidade da avaliação do IDEB, no município, nos últimos dez anos e aponta algumas projeções para os próximos anos. A partir desses dados, é construída a Meta 7 que propõe o fomento à qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades de ensino, com melhorias no fluxo escolar e da aprendizagem, apontando uma estimativa de notas a serem alcançadas nos próximos anos. Portanto, o PME aponta que é preciso: “Fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhorias no fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias municipais para o IDEB [...]” (JAGUARÃO, 2015). A seguir, apresento os dados dispostos no PME:

Quadro 3 - Médias municipais de IDEB esperadas no PME

Ensino Fundamental	2017	2019	2021	2023	2025
Anos iniciais	5,0	5,3	5,6	5,9	6,2
Anos finais	4,3	4,6	4,9	5,2	5,5
Ensino Médio	4,7	5,0	5,2	5,5	5,8

Fonte: Plano Municipal de Jaguarão (JAGUARÃO, 2015).

Para que essas estimativas sejam alcançadas, as estratégias propostas pelo documento passam: pelo fortalecimento do trabalho pedagógico nas escolas, buscando proporcionar uma aprendizagem efetiva aos alunos; a criação de relatórios de diagnósticos de acompanhamento individual, com o intuito de qualificar o processo de aprendizagem; a atualização dos regimentos escolares e dos PPPs e dos referenciais curriculares em consonância com a Base Nacional Comum; a já citada criação de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas; e a criação e manutenção de políticas de estímulo às escolas que melhorem o desempenho no IDEB.

A partir da leitura do documento, pude perceber que a avaliação é pensada como um processo, que tem como características inerentes o fato de ser diagnóstica e formativa. Além disso, a avaliação é concebida como um processo que envolve toda a comunidade escolar e gestão, não ficando a cargo apenas do professor em seu contexto de sala de aula. Nesse sentido, a proposta do documento entra em consonância com o que compreendemos como ideal.

Contudo, é importante destacar que as metas e estratégias propostas pelo PME ainda estão em fase de elaboração e aprimoramento, ainda não estão implementadas e, portanto, não refletem a realidade das escolas do município. Embora outros documentos como a LDB, PCNs e PNE, aqui analisados, há muito já venham direcionando uma concepção de avaliação formativa e mediadora, as escolas ainda adotam medidas tradicionais para avaliação do desempenho e aprendizagem dos alunos. O processo de mudança dessas concepções, infelizmente, é muito lento e demanda um contínuo diálogo e discussões com a participação de toda a comunidade escolar. Segundo Luckesi (2011, p. 71): “Romper com esse modo de agir exige consciência, atenção e cuidados permanentes, até que consigamos mudar nossos velhos hábitos”.

A avaliação da aprendizagem dentro da escola deve ser investigativa, um processo inclusivo, comprometida as aprendizagens de nossos alunos, a fim de obter resultados satisfatórios mediante nossas ações educativas.

4 REFERENCIAL METODOLÓGICO

Neste capítulo apresento a metodologia utilizada na pesquisa, às metodologias para coleta e sistematização dos dados, bem como as análises dos mesmos. O projeto de intervenção aconteceu na Rede Municipal de Ensino de Jaguarão/RS, especificamente com a participação dos supervisores das Escolas de Ensino Fundamental e professores de Língua Portuguesa - anos finais.

Por meio dele, busquei verificar de que forma os professores da rede municipal de ensino de Jaguarão estão avaliando seus alunos em sala de aula e proporcionei momentos de qualificação e reflexões sobre práticas avaliativas.

O Projeto de Intervenção objetivou contribuir no processo de construção de uma avaliação formativa e não classificatória, possibilitando avanços no planejamento das práticas pedagógicas e, por consequência, no aproveitamento dos alunos ao final do ensino fundamental.

Damiani et al., (2013) traz importantes considerações sobre o uso do termo “intervenção”. Segundo os autores, a palavra tem, entre outros sentidos, o de “interferência”, dando-nos a ideia de cerceamento de liberdade, porém concordamos com ela no que diz respeito ao uso desse termo para denominar interferências em processos educacionais, tendo o propósito de produzir avanço, que serão avaliados ao final de ações interventivas.

Damiani (2012, p.2) ainda nos traz a seguinte conceituação sobre intervenção:

As intervenções em educação, em especial as relacionadas ao processo de ensino/aprendizagem, apresentam potencial para, simultaneamente, propor novas práticas pedagógicas (ou aprimorar as já existentes), produzindo conhecimento teórico nelas baseado.

Busquei contribuir com o processo de qualificação das práticas em avaliação, visando o aperfeiçoamento do fazer pedagógico, contribuindo para melhoria das aprendizagens dos estudantes da rede municipal de ensino de Jaguarão. Este método de investigação, segundo Damiani (2012 p.8),

[...] descreve a prática pedagógica implementada, de maneira detalhada, fundamentando-a teoricamente; e [...] especifica os instrumentos de coleta e análise de dados utilizados para tal intervenção. Essa segunda parte do relato assemelha-se ao método descrito em qualquer tipo de pesquisa empírica em que há preocupação com o rigor exigido por toda a atividade científica que visa a produzir conhecimento sobre a realidade estudada.

A pesquisa utilizada foi do tipo intervenção pedagógica, uma vez que trabalhou com dados gerados pelo estudo, buscando como produto final a mudança, nascida da necessidade de dialogar com a teoria. A metodologia para coleta de dados partiu de estudos de tipo qualitativo. Segundo Oliveira (2009), a pesquisa qualitativa possui um caráter hermenêutico, pois pauta-se na tarefa de pesquisar sobre a experiência vivida dos seres humanos.

E também de acordo com Damiani et al., (2013, p. 62, grifos dos autores) é importante a avaliação dos efeitos dessas interferências, e seu relato deve contemplar dois componentes metodológicos:

O **método da intervenção** deve ser descrito pormenorizadamente, explicitando seu embasamento teórico. [...] Aqui, o foco do autor do relatório deve estar voltado somente à sua atuação como professor (agente da intervenção). O **método de avaliação da intervenção** tem o objetivo de descrever os instrumentos de coleta e análise de dados utilizados para capturar os efeitos da intervenção. [...] tendo o foco na atuação do autor como pesquisador. A avaliação da intervenção [...] é igualmente composta por dois elementos: os achados relativos aos efeitos da intervenção sobre seus participantes e os achados relativos à intervenção propriamente dita.

Através de um estudo do tipo exploratório busquei conhecer ações já adotadas pela escola em relação à prática da avaliação. Segundo Gil (2007), esse tipo pesquisa visa garantir maior familiaridade com o problema, buscando torná-lo mais explícito.

Trabalhei com o questionário, um conjunto de perguntas para serem respondidas individualmente. As vantagens do uso do questionário segundo Marconi e Lakatos (1996), é que utilizamos maior número de pessoas para ser executado nosso questionamento e proporciona economia de custo, tempo, com obtenção de uma amostra maior. Dentre as desvantagens, pode ser citado grande quantidade de perguntas em branco; dificuldade de conferir a confiabilidade das respostas; demora na devolução do questionário e a impossibilidade do respondente tirar dúvidas sobre as questões o que pode levar a respostas equivocadas.

Os dados obtidos foram analisados a partir de Moraes (1999, p. 8) quando diz que: “A categorização é um procedimento de agrupar dados considerando a parte comum existente entre eles. Classifica-se por semelhança ou analogia, segundo critérios previamente estabelecidos ou definidos no processo”.

A pesquisa também foi de cunho bibliográfico, pois busquei consultar diversos documentos formais que regem a educação em âmbito nacional e municipal, para coletar

dados gerais e específicos a respeito do tema e, assim, adquirir um maior subsídio teórico e entendimento sobre a avaliação escolar.

Foram analisados os seguintes documentos: LDB (BRASIL, 1996), PCNs (BRASIL, 1997) e PNE (BRASIL, 2014). Em âmbito local o PME do município de Jaguarão (JAGUARÃO, 2015).

Esse projeto de intervenção buscou contribuir para que fossem feitas novas reflexões acerca dos métodos de avaliação utilizados no ensino fundamental na rede municipal.

Na primeira parte trouxe o estudo diagnóstico, onde busquei momentos de diálogos, discussões e avaliação da proposta, proporcionando a todos os supervisores e professores envolvidos uma maior participação no planejamento das ações e auxiliando na proposição das temáticas abordadas.

Propus a pesquisa interventiva como uma opção metodológica para a investigação de práticas avaliativas dentro das escolas, uma vez que implica necessariamente a participação tanto do pesquisador quanto dos sujeitos que estão envolvidos na pesquisa, levando todos a serem protagonistas, a conhecerem sua história e, a partir daí, pensarem e criarem novas formas de agir e refletir, produzir e dirigir o uso do saber, mesmo que em tarefas diferentes, promovendo assim uma transformação em benefício dos participantes, portanto foi uma atividade de pesquisa educacional orientada para a ação.

A pesquisa qualitativa, segundo Oliveira (2009), pauta-se na tarefa de pesquisar sobre a experiência vivida dos seres humanos. Para esse tipo de pesquisa, a interpretação é o mais importante, uma vez que analisa a subjetividade dos sujeitos participantes e destaca que o pesquisador deve ser flexível em seus estudos e pesquisa estudo.

Para alcançar o objetivo desse projeto de intervenção foram utilizados alguns procedimentos metodológicos que serão descritos a seguir: (4.1) Resultados da Pesquisa Diagnóstica: caracterização dos participantes da pesquisa, análises dos documentos, achados da pesquisa; (5) Projeto de Intervenção: justificativa da intervenção, plano de intervenção, (6) Avaliação da Intervenção.

4.1 Resultados da Pesquisa Diagnóstica

A escolha do tema deu-se por pensar primeiramente em contemplar uma pesquisa em torno dos paradigmas de avaliação, buscando informações acerca do entendimento dos sujeitos sobre a temática em todo ensino fundamental anos finais. Porém, devido à amplitude

do tema e por se tratar de um mestrado profissional cuja proposta é realizar a pesquisa de forma a intervir em uma prática ou proposta pedagógica existente, a pesquisa foi desenvolvida apenas com os professores de Língua Portuguesa de turmas da rede municipal.

Delimitei as turmas e os sujeitos buscando afunilar a pesquisa. Em todas as escolas do município de Jaguarão percebi que os profissionais não se encontram motivados para discutir práticas que venham a mudar estratégias e discutir novas metodologias de avaliação.

Através de questionário, realizei nas escolas um levantamento de questões com o objetivo de nortear as temáticas a serem trabalhadas, bem como as concepções que cada educador tem de avaliação. A necessidade de refletir e repensar sobre avaliação na educação se faz necessária para que os professores pensem na avaliação de seus alunos de forma efetiva, constante e formativa, deixando as concepções de avaliação quantitativa e com intuito de aprovar ou reprovar o aluno.

Neste sentido esperava que a intervenção fosse uma forma de proporcionar novos diálogos e subsídios para que os professores pensassem uma nova concepção de avaliação, levando em conta toda bagagem cultural do aluno, bem como o processo que utilizou para atingir o conhecimento e objetivos esperados pelo professor.

Para isso realizei um primeiro contato com os supervisores e professores das escolas com o intuito de entregar-lhes um questionário abordando alguns aspectos importantes em relação à avaliação dos alunos com base no livro de Hoffmann (1993): “Avaliação Mediadora: Uma prática em construção da pré-escola a universidade”.

Esse questionário foi feito com a intenção de coletar informações, reunir dados para serem utilizados e explorados, de forma reflexiva, no decorrer da intervenção. De acordo com Marconi e Lakatos (2010), o questionário é um instrumento de coleta constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do pesquisador.

A técnica das questões abertas atende finalidades exploratórias, o entrevistador introduz o tema e o entrevistado tem liberdade para escrever sobre o assunto sugerido, podendo-se explorar mais amplamente uma questão.

Com base nos questionários, pretendo refletir sobre alguns fatores que, trabalhados à luz de teóricos que já desenvolveram suas pesquisas nessa área, possam servir como base para uma reflexão dos supervisores e professores e, quem sabe, tornar possíveis a elaboração de novas estratégias nos métodos de avaliação.

Neste momento da pesquisa busco conhecer as formas de avaliação adotadas pela escola. Segundo Gil (2007), a pesquisa de tipo exploratória tem por objetivo, garantir maior

familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito. Foram também analisados o regimento escolar das escolas para verificar se contemplam questões sobre avaliação.

4.1.1 Caracterização dos participantes da pesquisa

Os sujeitos que participaram da presente pesquisa foram os supervisores das escolas municipais de Jaguarão e professores de Língua Portuguesa anos finais, 8º e 9º anos.

Os mesmos, após os encontros, levaram os conhecimentos e trocas adquiridas até os professores de sua escola, atuando assim como multiplicadores, sendo mediadores das discussões realizadas numa perspectiva participativa e democrática. Os encontros aconteceram na Biblioteca Pública Municipal Oscar Furtado de Azambuja.

Quadro 4 - Participantes da pesquisa diagnóstica

Participantes	Quantidade
Professores	7
Supervisores das EMEFs	8

Fonte: Autoria da pesquisadora.

A seguir, uma breve caracterização dos sujeitos envolvidos a partir dos dados informados através de um questionário.

Quadro 5 - Caracterização dos professores envolvidos

Professores	Formação	Pós-Graduação	Tempo de atuação na escola	Tempo de atividade no magistério
P1	Letras	X	23	26 anos
P2	Letras	Psicopedagogia Clínica e Institucional	9	10 anos
P3	Letras	Gestão: Orientação e Supervisão	11	19 anos
P4	Letras	X	4	25 anos
P5	Letras	Gestão:	17	25 anos

		Orientação e Supervisão		
--	--	-------------------------	--	--

Fonte: Autoria da pesquisadora

Grande parte dos professores envolvidos na pesquisa atuam no magistério há bastante tempo, porém, sua pós-graduação não está relacionada diretamente à área de Letras e os P1 e P4, quase em fase de aposentadoria, nunca buscaram fazer uma pós-graduação. A maior parte está bem entrosada com a escola pelo tempo em que atua na instituição, porém observa-se que o P4 trabalha a pouco na escola. Acredito que quanto mais tempo atuando junto em uma instituição escolar, mas nos sentimos envolvidos e motivados a desenvolver novas estratégias e buscar uma formação continuada a fim de qualificar nossa atividade docente.

A seguir, uma breve caracterização dos sujeitos envolvidos, a partir dos dados informados através de um questionário.

Quadro 6 - Caracterização dos supervisores envolvidos

Supervisores	Formação	Pós-Graduação	Tempo de atuação na escola	Tempo de atividade no magistério
S1	Pedagogia	Psicopedagogia Institucional	16	25 anos
S2	Pedagogia	Psicopedagogia Clínica e Institucional	3	14 anos
S3	Pedagogia	Mídias em Educação	3	16 anos
S4	Pedagogia	X	2	25 anos
S5	Pedagogia	Psicopedagogia Clínica e Institucional	6	6 anos
S6	Pedagogia	Mídias em Educação	5	15 anos
S7	Magistério Pedagogia	– Mídias em Educação e Psicopedagogia Clínica e Institucional	2	2 anos

Fonte: Elaborado pela autora.

Pude observar quanto à formação dos supervisores que, embora todos tenham pós-graduação, nenhum deles possui habilitação específica para o cargo de Supervisor Escolar. Observei também que 57% atuam há pouco tempo na escola. Talvez esses indicadores

mostrem uma fragilidade no trabalho de apoio ao professor no que se refere à mudança de atitudes e metodologias. O supervisor escolar deve ser parceiro do professor trazendo sua prática para a discussão, para isso deve conhecer a realidade da sala de aula, estabelecendo relação entre a prática relacionando com as teorias, mostrando quais são os objetivos a serem desenvolvidos na turma, relacionando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sugerindo práticas inovadoras.

O supervisor é responsável pela formação dos professores, deve auxiliar orientar e apoiar na prática do dia-a-dia, ajudando a olhar a turma, incentivando a troca de saberes entre colegas e discutindo as intervenções e os encaminhamentos mais apropriados para cada atividade, tudo isso amparado pelo estudo e pela constante busca de aperfeiçoamento do coordenador.

Segundo Melchior (2001, p. 65),

[...] na atividade educacional de uma escola os professores e a equipe diretiva trabalham e reúnem-se para discutir as estratégias para alcançar os objetivos e fins comuns. E é do supervisor escolar a função específica de acompanhar o planejamento, a execução e a avaliação da ação docente.

O supervisor precisa dedicar um tempo para fazer a avaliação junto à equipe docente. Na escola estamos o tempo todo avaliando, refletindo e fazendo escolhas, mas no dia a dia faz o supervisor acaba fazendo coisas mais pontuais, resolvendo problemas do cotidiano.

4.1.2 Análise dos Documentos

Num primeiro momento, através de um questionário, realizei nas escolas um levantamento de questões com o objetivo de nortear as temáticas a serem trabalhadas, bem como as concepções que cada educador tem de avaliação. A necessidade de refletir e repensar sobre avaliação na educação se faz necessária para que os professores pensem na avaliação de seus alunos de forma efetiva, constante e formativa, mudando suas concepções de avaliação apenas quantitativa e com intuito de aprovar ou reprovar o aluno.

4.1.3 Achados da pesquisa

Para analisar os questionários as questões foram agrupadas permitindo que eu analisasse suas semelhanças e/ou diferenças, o que me possibilitou refletir em torno das

respostas que foram elaboradas. Buscando manter o nome dos participantes em sigilo utilizei a seguinte identificação para cada um que tenha respondido as entrevistas: Professores - P1, P2, P3, P4 e P5; e Supervisores - S1, S2, S3, S4, S5, S6, S7.

1 De que forma os professores e supervisores se reúnem para a discussão dos planos de aula e para a avaliação da prática pedagógica? Nessa questão, a partir das respostas dos professores e também dos supervisores pude observar que ainda seguem os padrões formais de conselhos de classe e reuniões mensais pedagógicas, ainda não foram criados momentos informais de discussão da prática pedagógica do professor. Isso fica claro a partir da fala do S4 e P1, respectivamente.

S4 - “Reuniões no início do bimestre, durante os conselhos de classe”.

P4 - “Bimestralmente, durante o conselho de classe e nas reuniões pedagógicas”.

Uma resposta que me chamou a atenção foi a professora P5 e P3, atua em duas escolas do município e relata:

P3, P5 - “Não houve reunião para essas práticas em nenhuma das escolas. Somente para organização de projetos interdisciplinares que se realizaram e se realizarão durante o ano letivo”.

As respostas destes colegas evidenciam claramente que os regimentos estão em desalinho com a metodologia utilizada pela escola, uma vez que mencionam a importância de discussões a respeito das práticas e avaliações, porém continuam no método anterior. Também é importante que num segundo momento, nas escolas, sejam discutidos os projetos políticos pedagógicos das escolas uma vez que eles trazem o plano de ação e as metodologias utilizadas pela escola para a execução dessas ações.

Segundo Luckesi (2011, p. 25) “[...] o projeto político pedagógico deve ser o plano que dirige todas as atividades numa escola, sejam elas pedagógicas ou administrativas; ele unifica e orienta todas as ações aí executadas”.

O projeto político pedagógico da escola deve definir a ação da escola e também deve deixar claros os objetivos a serem alcançados pela escola, tanto no que se refere a aspectos filosófico-político quanto a aspectos pedagógicos.

2 Como são atendidos os alunos com alguma defasagem de aprendizagem? Tem alguma atenção especial no dia-a-dia? Os professores P1, P3, P5 e P4 e também os supervisores S5, S3 relatam que quando o aluno apresenta dificuldades no aprender são encaminhados para o serviço de orientação educacional para que seja tomada uma providência e encaminhado para um auxílio. Nenhuma delas evidenciou uma mudança de postura quanto aos métodos/metodologias de ensino, em nenhum caso percebi que o professor ou supervisor se autoavaliou.

Chamou-me atenção a supervisora S2 que diz:

S2 - “São atendidos de maneira que os professores reavaliam suas metodologias, são atendidos em turno inverso (alguns casos) e acompanhamento da Orientadora Educacional”.

Nessa resposta percebi que há uma preocupação de fazer com que o professor repense sua prática pedagógica, avalie seu trabalho e os efeitos dele sobre a aprendizagem do aluno. É preciso que a escola e seus representantes voltem seu olhar para o principal objetivo do processo de aprendizagem, o sucesso do seu aluno e o seu avanço.

Ainda preocupa o relato de uma supervisora S7 que diz:

S7 - “Na realidade não são atendidos, não há nenhum projeto para recuperá-los”.

Segundo Hoffmann (2014, p. 2) “ Uma prática avaliativa direcionada ao futuro não tem por objetivo reunir informações para justificar ou explicar uma etapa de aprendizagem, mas visa acompanhar com atenção todas as etapas vividas pelo estudante para ajustar, no decorrer do processo, as estratégias pedagógicas.”

Considerando esta realidade é urgente que a escola observe a necessidade de uma educação que vise emancipar o aluno e que reveja sua concepção de educação, reelaborando o significado do aprender e ensinar, refletindo a prática de seus professores e o papel da escola na formação do indivíduo.

3 A escola desenvolve projetos de acompanhamento junto aos alunos que têm dificuldades de aprendizagem? De que forma influenciam no rendimento do aluno? Antes de apresentar algumas respostas obtidas gostaria de fazer uma reflexão entre a

questão número dois e a questão número três, há uma grande contradição. No primeiro caso elas dizem que a única medida tomada é o encaminhamento do aluno para a orientação escolar e, no segundo caso, elas relatam que trabalham projetos de acompanhamento individual de forma a aumentar o interesse do aluno e receber uma atenção especial por parte do professor.

Observe as respostas dos supervisores:

S3 - “É recomendado que o professor faça atividades diferenciadas de acordo com as necessidades do aluno, para possível acompanhamento no desenvolvimento de sua aprendizagem”.

S5 - “Sim. Por serem projetos de acompanhamento individual o aluno tem mais liberdade para expor suas dificuldades e isso acaba por facilitar o trabalho junto a ele”.

S6 - “Os projetos se realizam de forma conjunta com os supervisores e orientador, como forma de auxiliar o aluno e os professores, sempre que necessário, adaptando o currículo para melhor rendimento da mesma”.

Primeiramente é preciso que se reconheçam as dificuldades do aluno através de um diagnóstico preciso para, em seguida, conhecer suas possibilidades e potencialidades de crescimento, valorizando diariamente seu desempenho e suas peculiaridades.

Os professores P5 e P2 relatam:

P5 - “Não são desenvolvidos projetos neste sentido”.

P2 - “Sim, isto vai depender ou influenciar no rendimento ou interesse de cada um, dependendo de cada educando, do seu interesse e objetivo”.

Nessas questões me chamou muito atenção nas respostas dos supervisores dessas professoras que relataram haver projetos de acompanhamento e auxílio tanto para o aluno quanto para o professor.

Segundo Luckesi (2011, p. 338) “ No Projeto Político Pedagógico deve estar definido aonde se deseja chegar com a ação proposta. Ele é o pan de fundo do ensino numa escola e, conseqüentemente, da avaliação.” É preciso que haja um trabalho conjunto entre gestão escolar e seus professores, embasados em um projeto político pedagógico que promova o fortalecimento de todos em consonância com os documentos oficiais da escola. É necessária a

atualização profissional, a pesquisa a aquisição de novos saberes tanto para gestão quanto para os professores.

4 Em relação às concepções de avaliação da aprendizagem subjacentes à legislação, elegemos cinco questões a serem respondidas:

a. O que é avaliação?

Essa questão deixou-me bastante inquieta enquanto professora da rede municipal de ensino, uma vez que através dos regimentos escolares pude observar que as escolas ainda apresentam bem definidos a média e o valor da prova bimestral, considerando mais a parte quantitativa em detrimento da qualitativa. Percebo um distanciamento entre a prática, as respostas e os documentos legais da escola. Seguem algumas considerações dos professores:

P1 - “É uma observação “qualitativa” do que o aluno conseguiu assimilar no decorrer do bimestre”.

P3 - “Segundo os regimentos das escolas, observa-se avaliação em 60% quantitativamente e 40% subjetivamente”.

P4 - “É o registro e apreciação dos resultados obtidos durante um processo de aprendizagem”.

Na resposta de P3 observa-se claramente a parte quantitativa se sobrepondo à qualitativa e na resposta do P4 “registro e apreciação dos resultados”, ambas se contrapõem às bases legais vigentes.

Conforme destaquei anteriormente é preciso que pensemos avaliação não apenas como verificação de conhecimentos, mas como norteadora de novos saberes, novos conhecimentos, de forma que o aluno participe desse processo e perceba o caminho que percorreu e os problemas e/ou dificuldades que encontrou.

Segundo Luckesi (2011, p. 101) “ No processo de aprender e formar-se, o educando recebe dinamicamente a herança do passado, assimila-a por meio de aprendizagens ativas, recria-a em conformidade com o seu modo de ser e retransmite-a para frente. “

Nesse propósito é necessário mudar métodos para que o aluno não se desmotive e perca o interesse em participar. As supervisoras responderam na condição de professores e não me mediadores junto aos professores:

S1 - “Acreditamos ser uma forma de observar o rendimento dos alunos dentro de suas possibilidades, já que cada ser humano tem sua forma específica de aprender”.

S2 - “É a avaliação diária da aprendizagem dos alunos, de suas habilidades e competências, nas trocas de experiências, com o intuito de fazer os alunos avançarem”.

S5 - “Esse tipo de avaliação não só avalia acerca do aluno, mas também a prática docente em geral. Desse modo, adequa-se a prática e direciona-se para cada dificuldade encontrada”.

Em nenhuma das respostas o supervisor colocou-se como parte importante nesse processo, porém a S5 deixa claro a importância do professor se autoavaliar, podendo organizar sua atuação pedagógica em prol da aprendizagem e percebendo que os baixos índices dos alunos podem ser o reflexo de uma prática avaliativa que não contempla as necessidades e interesses do aluno e esse fator leva-os, muitas vezes, ao desinteresse e abandono dos estudos.

Segundo Luckesi (2011, p. 292) “O ato de avaliar subsidia o estabelecimento de uma ponte entre o que ocorre e o que se deseja. Um gestor que, por meio da avaliação, conhece a qualidade dos resultados de sua ação e, por isso, intervém para obter melhores resultados, estabelecendo uma ponte entre o que está ocorrendo e o que deve ocorrer.”

b. Quais os princípios orientadores de um programa de avaliação?

Na verdade não há na rede municipal de ensino um programa de avaliação a ser seguida pelos professores, cada um adota sua metodologia, levando em conta apenas alguns itens definidos por cada escola. A esse respeito, duas respostas de supervisoras a respeito das questões apresentadas:

S7 - “Na verdade não há um programa de avaliação. No máximo há uma divisão da nota entre provas e trabalhos”.

S1 - “Porque ainda estamos apenas ‘medindo’ o conhecimento como se o aluno fosse uma tabula rasa. Essa avaliação deve ser repensada com a finalidade de observar o aprendizado do aluno de acordo com suas capacidades”.

Percebi que mesmo as diretoras não orientam as professoras para um programa de avaliação, elas apenas reproduzem o que traz o documento da escola, sem avaliar anualmente os dados positivos e os negativos da continuidade da ação.

Luckesi (2001, p. 429) “ O objetivo da escola é a aprendizagem do educando e o seu consequente desenvolvimento; por isso, cabe-lhe essencialmente investir nisso mediante atividades didáticas, avaliação e reorientação.”

Agora a resposta de duas professoras:

P3 - “Na realidade não temos programas e/ou fórmula pronta para orientação de uma avaliação. Fazemo-la perante o momento em que começamos a trabalhar a turma e consequentemente passamos a conhecer os alunos com os quais estamos lidando e aí propor determinadas avaliações”.

P2 - “Os princípios orientadores de um programa de avaliação vêm sendo analisados há anos, acho que as escolas devem achar um meio acessível para nortear um programa comum de avaliação, compatível com todas as escolas”.

Ao buscar-se a qualificação da Educação Básica para todos, precisamos fazer um bom acompanhamento da aprendizagem e recuperação das defasagens ao longo do ano letivo, buscando todas as formas para despertar em nosso aluno o prazer em aprender. Um aspecto muito importante é como a avaliação está acontecendo, ela está punindo nosso aluno ou está servindo para que todos reflitam suas práticas e avanços? Nesse sentido, faz-se necessário uma orientação específica para avaliar? Será que levar em conta todo o processo, todo o avanço de nossos alunos não é suficiente para que ele seja “avaliado”?

A educação precisa estimular o desenvolvimento da criatividade, conduzindo os professores a novas formas de avaliar e aprender dentro de um processo de contínuas mudanças. Devemos ver a escola não apenas como um lugar onde se aprende conteúdos, mas um espaço onde se constrói relações que levem a inclusão e o desenvolvimento da autonomia dos estudantes.

Segundo Luckesi (2011, p. 59),

[...] a avaliação implica a retomada do curso de ação, se ele não tiver sido satisfatório, ou a sua reorientação, caso esteja se desviando. A avaliação é um diagnóstico da qualidade dos resultados intermediários ou finais; a verificação é uma configuração dos resultados parciais ou finais. A primeira é dinâmica, a segunda é estática.

Há muitos anos ensinamos e avaliamos de forma tradicional, caracterizando-se pela reprovação, pela desmotivação dos alunos, representando assim seu sucesso ou fracasso.

Para se repensar a avaliação conforme indicam as entrevistadas precisamos rever o significado da nota tanto para professores como para alunos, que essa nota sirva para auxiliá-los, que valorize o desempenho de ambos, que ela não seja um fim, mas sim um meio para verificar as possibilidades de crescimento do aluno e também do professor (BRASIL, 1996). É importante que se reconheça o quanto é importante avaliar, na verdade fundamental, mas que sirva de suporte e motivação para novas práticas. Afinal, como saberemos se os conhecimentos foram aprendidos? Como saberemos quem sabe e quem não sabe?

O problema vai muito mais além da prática avaliativa, envolve forma como estamos fazendo para saber se os conhecimentos foram aprendidos, que instrumentos estamos utilizando durante o processo e quais as aprendizagens que estão sendo consideradas.

C. Como você avalia seus alunos?

Várias professoras relataram que avaliam de forma similar, diariamente, conforme cito abaixo:

P4 - “Utilizando métodos variados: a expressão oral, a escrita, a interpretação, os conhecimentos são valorizados em pelo menos quatro oportunidades diferentes e no dia-a-dia”.

P2 - “Avalio meus alunos diariamente, pois todos têm suas capacidades, diferenças. Faço trabalhos, provas e a parte subjetiva (o interesse do aluno, o caderno completo) que será somado às notas, juntamente com a média e dará a nota do bimestre”.

P1 - “Trabalhos, provas, participação em sala de aula”.

Nesse sentido, Perrenoud (1999, p. 69) afirma que:

Estudar apenas para a prova é uma maneira honesta, mas simplória, de se tornar capaz de um “desempenho de um dia”. Isso não constrói uma verdadeira competência, mas permite iludir, durante uma prova escrita ou oral. Em uma noite, um aluno que não compreendeu nada, não trabalhou antes e nada sabe não pode se tornar um bom aluno, mais isso basta, às vezes, para salvar as aparências.

O professor que acompanha o progresso de seu aluno diariamente sabe o que deve retomar sobre o que foi ensinado, é muito trabalhoso, mas é a partir daí que conseguiremos fazer mudanças significativas no modo de avaliar. Estabelecer essa conexão diária proporciona relacionar a teoria e a prática, verificar a atuação dos educadores para que assim possam renovar sua prática educativa. Conforme Freire (1996, p. 43): “É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática”.

Na observação a respeito das respostas dos supervisores uma me chamou muito a atenção, transcrevo-a:

S7 - “Na verdade avalio só com provas, já tentei avaliar no dia-a-dia, 1º bimestre, mas não tive o retorno esperado, um dos motivos que contribuiu para isso foi a falta de livros didáticos [...] falta de livros didáticos...”.

Não há relação com a avaliação, uma vez que o que escrevo não necessariamente avalio. Não queremos aqui dizer que o professor vá debruçar-se todos os dias em transcrever tudo o que seus alunos fazem, trata-se de anotar acontecimentos e descobertas importantes e significativas do aluno, trata-se de marcar aquele que fez excelentes contribuições orais e que na escrita não tem domínio nenhum, elogiando quando obtiver sucesso e demonstrando interesse quando o mesmo atingir o objetivo, melhorando o relacionamento entre professor e aluno para que as dificuldades possam ser trabalhadas e o processo educacional acontecer.

Diante das respostas apresentadas percebi que a maioria ainda prefere avaliar através da prova, dos trabalhos em grupo, assiduidade e compromisso dos alunos nas respostas, sendo assim 60% ainda prefere avaliações quantitativas.

Por ser uma pesquisa de análise qualitativa, busquei analisar as respostas dos docentes ao questionário e percebi que a prova continua sendo o instrumento de avaliação preferido pela maioria deles. Ilustram tais considerações as respostas de dois professores à questão:

d. De que forma os instrumentos de avaliação da aprendizagem, utilizados no cotidiano da escola, nos permitem caracterizar a aprendizagem ou necessidades dos nossos educandos?

P4 - “Eles são de suma importância para detectar os sucessos e insucessos da aprendizagem e o ponto de partida para novos projetos que suprirão as necessidades detectadas”.

P2 - “Observamos a aprendizagem ou necessidades dos nossos educandos, no nosso cotidiano, pois eles apresentam nas aulas (o interesse ou não) de cada aluno, pois o aluno que é motivado, acompanhado em casa, ele demonstra uma excelente aprendizagem”.

S7 - “Na verdade aprendizagem se dá ao longo da vida, a avaliação é uma forma estanque de verificação da aprendizagem”.

S4 - “Servem para o professor perceber se o aluno conseguiu atingir o conhecimento através de suas técnicas de avaliação e se essas estão apropriadas para esse fim”.

S5 - “Ela nos permite observar os erros dos alunos e nos fazem rever ou até reformular a prática pedagógica”.

Interessante destacar que quase todas as respostas convergem para a percepção e necessidade de refletir sobre as avaliações a fim de observar o rendimento dos alunos e propor, se necessário, novas ações para melhorar a qualidade de ensino, porém observei que na questão número três temos respostas muito objetivas que contradizem:

P5 - “Não são desenvolvidos projetos neste sentido”.

Perguntei-me, muitas vezes, para que servem as avaliações se não tem o fim de promover a melhoria e propor meios de recuperar a defasagem dos alunos, articulando uma nova proposta educativa a partir das observações feitas e, inclusive, dessas avaliações quantitativas. Diante das avaliações positivas e/ou negativas os professores poderiam propor novas atividades que buscassem desenvolver as habilidades de seus alunos e suas competências, para que tenham condições de continuar com a aquisição dos conhecimentos de forma formativa.

e. Você acredita que o disciplinar e a submissão de nossos educandos se relacionam com avaliação? Por quê?

P1 - “Acredito ser um conjunto - é preciso que haja disciplina e a ‘capacidade’ de seguir regras para que com o bom andamento das aulas, possa ser feita uma boa avaliação”.

P2 - “Na nossa realidade e de outras escolas, são poucos os educandos que são ditos ‘submissos’, de acordo com esta pergunta proposta; pois o que acontece na nossa sala de aula (no Brasil todo), é o reflexo do desinteresse geral dos educandos”.

P4 - “Sim, onde há indisciplina a aprendizagem se torna muito mais difícil e alunos desmotivados são também resistentes a ela”.

Analisando os depoimentos das professoras trago a seguinte reflexão segundo Piaget e Luckesi (apud LUCKESI, 2011, p. 80),

[...] a prática da avaliação nas pedagogias preocupadas com a transformação deverá estar atenta aos modos de superação do autoritarismo e ao estabelecimento da autonomia do educando, pois o novo modelo social exige a participação democrática de todos. Isso significa igualdade, fato que não se dará se não se conquistar a autonomia e a reciprocidade de relações.

S6 - “Acredita-se em uma educação que seja possível alcançar objetivos que estejam caminhando juntos: como a responsabilidade, respeito, conduta, pontualidade, compromisso, pois sem estes princípios básicos a educação torna-se prejudicada”.

S5 - “Obviamente o comprometimento, o respeito e a disciplina dos alunos estão perdidas e fora do controle disciplinar, porém, apenas se restringir a dar uma prova no final, não significa ter acompanhado o ensino-aprendizagem e chegar a uma avaliação concreta”.

S7 - “Não. Acredito que a disciplina acontece quando há uma grande troca entre professor e aluno”.

Os PCN’s ajudam a esclarecer:

Necessária à disponibilidade para o envolvimento do aluno na aprendizagem, o empenho em estabelecer relações entre o que já sabe e o que está aprendendo. Essa aprendizagem exige uma ousadia para se colocar problemas, buscar soluções, e experimentar novos caminhos, de maneira diferente da aprendizagem mecânica, no qual o aluno limita seu esforço apenas em memorizar ou estabelecer relações diretas e superficiais (BRASIL, 1997, p.99).

5 Por que continuar discutindo um tema como avaliação?

Aqui trouxe várias respostas que justificaram minha pesquisa, várias colocações que tornaram importante o estudo da temática e a possibilidade de juntos fazermos muitas

transformações nas formas de olhar nossos alunos e de perceber a avaliação como um meio e não como um fim no processo de aprendizagem.

P1 - “É um tema amplo e nunca será demais a possibilidade de se encontrar novos meios para avaliações que levem a capacidade individual de cada educando”.

P2 - “Porque cada aluno é um ser “único”, cada um com suas capacidades, limites, problemas emocionais, familiares e estruturais, onde temos que adaptá-los ao meio social e real em que vivemos...”.

P3 - “Devemos discutir avaliações sempre à medida que as transformações culturais, as mudanças de leitura de mundo acontecem a todo instante e, por conseguinte as técnicas de ensino e as avaliações devem acompanhá-las”.

P4 - “Cada realidade escolar exige métodos e técnicas diferentes de avaliação, não havendo regra geral que seja eficaz, cada comunidade deve descobrir os meios que facilitam a aprendizagem de seus educandos”.

S2 - “Por que necessitamos de várias mudanças curriculares para que isto ocorra de maneira plena”.

S3 - “Não sei! Talvez a cada ano e o tempo nos apresente formas diversificadas de avaliar nossos alunos”.

S5 - “Pois é um tema que apresenta um “leque” de discussões e dúvidas acerca do tradicional e das novas práticas existentes na avaliação”.

S6 - “Porque devido às mudanças ocorridas nos tempos atuais devemos estar em constante aprendizagem e, conseqüente avaliação, uso de tecnologias como ferramenta de aprendizagem e ainda na inquietude e anseios de um educador que se pergunta como resgatar e manter esse aluno em sala de aula diante de tantos atrativos do mundo atual”.

S7 - “Porque avaliação é contínua, mas na verdade não é feita. A falta de tempo é o principal empecilho para que haja uma avaliação assim”.

Observo que todos os professores e supervisores anseiam em mudar práticas avaliativas e a simples transmissão de conhecimentos superando esse modo tradicional há anos utilizado e buscando novas maneiras de avaliar o aluno no todo, tornando-o protagonista de sua aprendizagem, superando os discursos e construindo novas práticas formativas e descobrir estratégias e metodologias diferenciadas. Porém, é preciso cuidado para que a avaliação formativa não se transforme num conjunto de pequenas avaliações somativas. Quando se observa um aluno com dificuldades de aprendizagem, a avaliação formativa deve

estar presente para ajudá-lo a melhorar, com o seu esforço e o do professor (FERNANDES, 2008).

5 PROJETO DE INTERVENÇÃO: DESCRIÇÃO E ANÁLISE DAS AÇÕES

Neste capítulo serão apresentadas as ações desenvolvidas nas intervenções, que foram planejadas a partir da análise dos questionários respondidos pelos supervisores e professores - sujeitos desse projeto, relacionando a um diálogo com os teóricos que serviram de sustentação para a elaboração do Projeto de Intervenção.

5.1 Justificativa da intervenção

O plano de ação dessa intervenção surgiu da observação do resultado da pesquisa diagnóstica feita com supervisores e professores da rede municipal de ensino com relação às questões de avaliação da aprendizagem. Os participantes sentem a necessidade de se realizar uma avaliação no município voltada para uma ação formativa e não quantitativa, propondo novas práticas pedagógicas ou aprimorando as já existentes. O planejamento das ações desse projeto baseou-se numa perspectiva definida por Damiani et al., (2013) que considera o emprego da palavra intervenção para denominar determinado tipo de pesquisa educacional no qual práticas de ensino inovadoras são planejadas, implementadas e avaliadas em seu propósito de maximizar as aprendizagens dos alunos que delas participam.

Nas intervenções foram oportunizados momentos de diálogos e reflexões sobre a temática para que conseguíssemos atingir nossos objetivos: propor uma proposta de avaliação que leve em conta os aspectos qualitativos em detrimento dos quantitativos.

Para Barbosa e Moura (2012, p. 95) “[...] o plano de ação deve ser, consistente, com clareza nas atividades e prever a realização de estudos e debates sobre o que é significativo e importante no trabalho em equipe”.

5.2 Plano de Intervenção

Neste capítulo será apresentado o plano de ações desenvolvidos durante as intervenções, através de rodas de conversa, que foram planejadas no Projeto de Intervenção e as análises dessas ações. Todas as atividades foram pensadas e dialogadas com teóricos que deram sustentação a esta proposta. As atividades foram pensadas em nove encontros com uma proposta intitulada “Rodas de Conversa”.

Segundo Warschauer (1993, p. 46),

Uma característica do que estou aqui denominando de Roda é a de reunir indivíduos com histórias de vida diferentes e maneiras próprias de pensar e sentir, de modo que os diálogos, nascidos desse encontro, não obedecem a uma mesma lógica. São às vezes, atravessados pelos diferentes significados que um tema desperta em cada participante.

Em cada Roda de Conversa procurei proporcionar momentos para uma mensagem de acolhimento, relato do que seria discutido, desenvolvimento das temáticas propostas no projeto de intervenção, um momento de confraternização (lanchinho) objetivando demonstrar que todos os encontros foram cuidadosamente organizados para proporcionar um ambiente agradável, acolhedor e descontraído e, em seguida, momentos de realizar os registros.

Os encontros ocorreram na Biblioteca Pública Municipal, das 10h às 12h e ficaram assim divididos:

Quadro 7 - Cronograma dos encontros de formação

Data e Temática
Dia 28/09 – Apresentação da proposta de intervenção e síntese da pesquisa
Dia 11/10 – Estudos e reflexões sobre avaliação formativa
Dia 19/10 - Bases legais da avaliação
Dia 31/10 - Análise dos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas do município
Dia 09/11 - Avaliação em Larga Escala – IDEB
Dia 17/11 – Avaliações externas e dúvidas a respeito da temática
Dia 21/11 - Matriz de Referência
Dia 01/12 – Avaliações Municipais
Dia 06/12 - Construção de uma proposta de avaliação

Fonte: Elaborado pela autora.

A seguir descrevo os encontros realizados. Inicialmente, são apresentados a data e o objetivo de cada encontro, denominado de Roda de Conversa dentro do que Warschauer (1993) estabelece para esta metodologia. Na segunda parte constam os momentos, onde foi detalhada a ação ou ações, desde a mensagem de acolhida, discussões sobre as temáticas e a avaliação. Por fim é feita uma reflexão sobre os elementos mais significativos debatidos no encontro.

Procurei em todos os encontros sensibilizar as participantes e despertar o interesse delas nas ações e temáticas que foram discutidas. Também busquei estratégias de mediação da aprendizagem onde é papel do mediador contribuir com a formação da autonomia dos

participantes (BELMONTE, 2003), buscando também ser parceira nas ações desenvolvidas, organizando os espaços e propondo situações de conhecimento e aprimoramento das aprendizagens. As ações buscaram promover uma reflexão crítica e reflexiva entre teoria e prática, buscando estratégias para qualificar a ação. Planejei minhas ações de forma que meus sujeitos de pesquisa pudessem refletir e indagar, além de dar suas opiniões e partilharem seus saberes e práticas.

Os encontros ocorreram com duração de duas horas cada, na Biblioteca Pública Municipal, onde foram estudados os textos sugeridos pela pesquisadora, bem como efetivada uma proposta de avaliação da aprendizagem para ser implementada na rede municipal de ensino do município de Jaguarão. Foi esta uma excelente oportunidade de contribuir com a rede municipal, bem como auxiliar as professoras na compreensão de uma avaliação formativa e que colabora para uma mudança da prática, garantindo assim a aprendizagem de nossos alunos e o aperfeiçoamento do processo. Os encontros também serviram para auxiliar as supervisoras das escolas na construção de um capítulo do regimento escolar no que diz respeito à avaliação da aprendizagem. O Mestrado Profissional em Educação tem proporcionado qualificar nossa ação enquanto profissionais de educação, bem como a qualificação dos espaços nos quais atuamos.

5.2.1 Primeira Roda de Conversa – Apresentação do Projeto e da proposta de intervenção

A primeira roda de conversa aconteceu no dia 28/09/2017, na Biblioteca Pública Municipal, às dez horas, com supervisores e professores de Língua Portuguesa das Escolas de Ensino Fundamental. Teve duração de 2h com o objetivo de apresentar meu projeto de intervenção.

1º momento: Mensagem de acolhimento

As participantes foram recebidas com uma fala acolhedora de boas-vindas e comentei sobre a importância de participarem dos momentos de reflexão propostos, além de receberem uma pastinha com material e ficha com avaliação do encontro.

Em seguida, foi entregue a cada dupla participante uma charge apresentando uma situação de avaliação dentro da sala de aula. Cada dupla teve um tempo para refletir sobre a imagem que estava visualizando para, em seguida, socializar com o grupo.

Figura 4 - Charges apresentadas (1)



Fonte: Google Imagens.

Figura 5 - Charges apresentadas (2)



Fonte: Google Imagens.

Figura 6 - Charges apresentadas (3)



Fonte: Google Imagens.

Figura 7 - Charges apresentadas (4)



Fonte: Google Imagens.

As professoras falaram o que pensavam sobre a imagem e fizeram comentários a respeito das avaliações, seus medos, suas angústias e a incerteza desse método de avaliação formativa. Foi possível observar o quanto as professoras estão insatisfeitas com o método de avaliação que utilizam, porém não sabem como mudar. Em seguida, em duplas, apresentaram suas reflexões a respeito da charge relacionando a sua prática em sala de aula.

Alguns relatos de cada dupla:

P2 e P5 em relação à figura 7 – “Na verdade quando corrigimos nossas avaliações e atividades não levamos em conta o caminho que nosso aluno percorreu para chegar aquela resposta, queremos que ele diga exatamente o que pensamos, da forma como ensinamos em sala de aula”.

S1 e P3 em relação à figura 7 – “[...] a escola deixou de ser um lugar agradável, o aluno vê como lugar de cobrança, em que não é valorizado, daí vem a evasão, a desmotivação”.

S4 e P1 em relação à figura 4 – “como queremos avaliar nossos alunos da mesma forma se todos eles são diferentes, falamos tanto em inclusão e igualdade, mas na hora de avaliar somos os mesmos de anos atrás, damos nota pela prova, pelo que está escrito”.

Esse momento foi muito importante, pois pude perceber como cada participante avalia seus alunos, como elas entendem esse processo de avaliação. Complementando essas reflexões trago a fala de Hoffmann (2012, p. 72) a respeito das provas e testes aplicados pelos professores “[...] o professor os aplica para simplesmente constatar resultados e expressar tais resultados em graus numéricos, temos aí dois procedimentos que contribuem fortemente para a concepção de avaliação sentenciva e classificatória”.

2º momento: Apresentação do Projeto de Intervenção

Apresentação do Projeto de Intervenção “Um olhar sobre a avaliação da aprendizagem nos anos finais nas escolas públicas da rede municipal de Jaguarão-RS” e apresentação do plano de ação.

Nesse momento foi apresentado todo projeto, foi explicado ser uma exigência do Mestrado Profissional da UNIPAMPA/Campus Jaguarão, suas características e que para conclusão do mestrado todos deveriam fazer um projeto de intervenção junto às escolas. Foi explicado como seria executado o plano e o porquê de terem respondido a um questionário anteriormente, que o mesmo serviu de subsídio para encaminhar a proposta de ação, uma vez que percebi que a temática avaliação inquieta e é um tema pertinente para ser discutido.

A proposta de intervenção foi apresentada através de slides mostrando a justificativa, o objetivo geral, os objetivos específicos, caminhos metodológicos e os principais autores a serem utilizados –Luckesi (1997, 1998) e Hoffmann (1993, 2012, 2013). Foi destacada a importância de analisarmos as bases legais da educação no que versa sobre a temática em estudo, a saber LDB, PNE, PME, PCNs, além dos regimentos das escolas. Todas essas etapas foram mediadas por conversas e reflexões que foram surgindo no decorrer de minha apresentação.

3º momento:

Foi apresentado o vídeo⁴ de Cipriano Luckesi que fala sobre Avaliação da Aprendizagem. Com muita concentração as professoras assistiram e, em seguida, fizeram suas reflexões.

A prática da avaliação no cotidiano é um grande desafio, o tema nos convida a refletir e também a mudar nossa forma de ver e transformar nossa ação, nos servindo da avaliação como uma aliada na busca da qualidade em nossas propostas educativas. O vídeo traz uma

⁴SM BRASIL. Avaliação da aprendizagem – Cipriano Luckesi. **Youtube.com**, 6 fev. 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=JqSRs9Hqgtc&feature=youtu.be>>. Acesso em: 20 set. 2018.

reflexão sobre os efeitos positivos que a avaliação nos traz, uma vez que sinaliza se são satisfatórios e/ou se não estamos atingindo nossos objetivos.

Quanto ao vídeo destaco algumas colocações das professoras:

P2 – “Acredito que mudar nossa prática de avaliação seja muito difícil, estamos muito condicionadas às notas, não estamos preparadas para essa nova maneira de ver nosso aluno, sempre fomos avaliadas para tudo e a vida cobrará isso de nossos alunos”.

P4 – “Sabemos que em nossas escolas estaduais os professores já adotam uma avaliação qualitativa, mas mesmo assim não se desligaram das notas porque para chegarem aos conceitos ainda usam, disfarçadamente, a nota”.

S5 – “Estamos tão distantes dessa avaliação que ainda fazemos conselhos de classe para ditar notas e tentar justificá-las, não discutimos uma maneira de melhorar o aluno, por isso tanto fracasso escolar”.

Segundo Hoffmann (2014, p. 30) “Os conselhos de classe tem por objetivo a oportunidade de reunir professores para refletirem sobre a aprendizagem dos alunos, esses momentos sofreram a influência dos modelos classificatórios e tornaram-se sessões de julgamento, muitas vezes, com réus e culpados.”

Figura 8 - Registro da primeira Roda de Conversa



Fonte: Acervo da autora.

4º momento:

Avaliar é muito mais do que aplicar um teste, uma prova, fazer uma observação, saber se um aluno merece esta ou aquela nota, este ou aquele conceito. Avaliar é um ato rigoroso de acompanhamento da aprendizagem. Segundo Luckesi (2005, p. 174): "É ela que permite tomar conhecimento do que se aprendeu e do que não se aprendeu e reorientar o educando para que supere suas dificuldades, na medida em que o que importa é aprender".

O primeiro encontro terminou com um momento de confraternização onde todas conversaram informalmente e degustarão um delicioso lanche.

Avaliação do Encontro: Consigna: “O que você compartilhou nesse encontro?”

Analisando as respostas escritas pelas professoras foi possível constatar que a avaliação da apresentação do Projeto de Intervenção foi proveitosa e positiva, uma vez que as deixou a vontade para falar de seus temores e preocupações.

P1 - “Ideias, ansiedades ‘comuns’, foi muito bom!”.

S3 - “As angústias das avaliações, comprometimento da família”.

P2 - “Compartilhei minha preocupação com o desânimo dos alunos frente às propostas apresentadas em sala”.

P3 - “As mesmas ansiedades dos educadores e perspectivas de mudanças”.

As respostas das professoras demonstraram que elas possuem preocupações semelhantes e interesse em participar desse projeto, foi um momento muito rico, pois ficou clara a aceitação da proposta e a satisfação de estar discutindo sobre avaliação, pois sentiram-se desafiadas a refletir sobre a prática que vem aplicando há muitos anos. Segundo Tardif (2012, p. 243) “[...] se quisermos que os professores sejam sujeitos do conhecimento, precisaremos dar-lhes tempo e espaço para que possam agir como atores autônomos de suas próprias práticas e como sujeitos competentes de sua profissão”.

Hoffmann (2012, p.16) nos diz:

Minhas investigações sobre avaliação sugerem fortemente que a contradição entre o discurso e a prática de alguns professores e, principalmente, a ação classificatória e autoritária exercida pela maioria encontra explicação na concepção de avaliação do professor, reflexo de sua história de vida como aluno. Nós viemos sofrendo a avaliação em nossa trajetória de escolarização.

Em minhas reflexões vejo o quanto precisamos ter consciência que trazemos muitas influências de nossa jornada como estudante para nossas aulas e que precisamos construir um novo significado para nossas práticas avaliativas, bem como deixar de reproduzir modelos que não condizem mais com nosso aluno e com aquilo que desejamos para ele como cidadão, crítico e participativo na sociedade em que está inserido.

5.2.2 Segunda Roda de Conversa – Estudos e reflexões sobre avaliação formativa

A segunda roda de conversa aconteceu no dia 11/10/2017, na Biblioteca Pública Municipal, às dez horas com supervisores e professores de Língua Portuguesa das Escolas de Ensino Fundamental. Teve duração de duas horas e objetivou trazer conceitos teóricos sobre avaliação formativa e a discussão sobre o termo avaliação da aprendizagem.

1º momento: Mensagem de acolhimento

As professoras foram recebidas com um cartãozinho que trazia conceitos de avaliação, para que num momento seguinte pudessem ler e compartilhar com seus colegas a respeito. No cartãozinho coloquei um “chocolate - BIS” justificando o quanto o ato de avaliar pode ser prazeroso e o quanto podemos nos deleitar com esse processo.

Alguns exemplos:

Quadro 8 - Conceitos apresentados aos participantes

<p>“Avaliar é o ato de diagnosticar uma experiência, tendo em vista reorientá-la para produzir o melhor resultado possível; por isso, não é classificatória, nem seletiva, ao contrário, é diagnóstica e inclusiva” (LUCKESI, 2005, p. 35).</p>

<p>“A avaliação é reflexão transformada em ação. Ação essa que nos impulsiona para novas reflexões. Reflexão permanente do educador sobre a realidade, e acompanhamento, passo a passo do educando, na sua trajetória de construção de conhecimento” (HOFFMANN, 1993, p.18).</p>
--

<p>“[...] a avaliação está comprometida com a qualidade dos resultados de nossa ação educativa [...]” (LUCKESI, 2011, p. 49).</p>

Fonte: Elaborado pela autora com base nos autores citados.

Algumas reflexões das participantes a respeito do cartão recebido:

S3 - “Me preocupa como nossos professores fariam esse acompanhamento dia a dia do aluno diante de tantas turmas, tantos trabalhos e diante da desmotivação e desvalorização do magistério”.

P1 – “Gostaria de saber como direcionar essa avaliação de forma mais produtiva e que estimulasse nosso aluno, uma vez que ele que não quer nada com nada, não participa, não copia, não estuda. Será que não haverá casos em que seremos injustos nessas avaliações diagnósticas?”.

Nesse momento falei da importância em tratar nosso aluno dentro de suas individualidades, respeitando seu tempo, entendendo suas dificuldades em realizar uma avaliação que nem sempre nos mostra sua real situação de aprendizagem. Que precisamos elevar a autoestima de nosso aluno, motivando-o a aprender, corrigindo suas dificuldades, fazendo-o sentir-se bem dentro da escola e fora dela.

Segundo Luckesi (2011, p. 37) “[...] o objetivo principal da prática educativa é oferecer ao educando condições de aprendizagem e, conseqüente, de desenvolvimento, tendo em vista sua formação como sujeito e cidadão”.

2º momento:

Nesse instante reproduzi um vídeo⁵ de Jussara Hoffmann que traz reflexões sobre avaliação mediadora.

O vídeo nos faz refletir sobre os motivos porquê avaliamos na escola, e nos traz alguns conceitos sobre avaliação mediadora. Jussara Hoffmann nos faz a pergunta “Por que avaliamos?”. O vídeo também traz o objetivo de minha pesquisa, o fato de não estar satisfeito com os procedimentos avaliativos que eu precisava cumprir enquanto professora. Utilizei seis minutos do vídeo.

Após assistirmos esse vídeo provoqueei as participantes a refletirem sobre as questões trazidas pela pesquisadora:

- Por que avaliamos?
- Avaliamos para melhorar nossas ações ou para encontrar resultados que não serão modificados posteriormente?

⁵ EDITORAMEDIAÇÃO. Jussara Hoffmann e a Avaliação Mediadora. **Youtube.com**, 5 maio 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=RWgqJVBpUQg&feature=youtu.be>>. Acesso em: 20 set. 2018.

Algumas professoras fizeram suas colocações em tom de preocupação e retratando suas dificuldades para chegar a esse entendimento de que nossas escolas poderiam sim começar a trocar da avaliação classificatória para avaliação mediadora, formativa.

S2 – “Na verdade para que possamos adotar essa avaliação precisaríamos de uma mudança curricular bem expressiva em nossas escolas”.

S5 – “O tema nos apresenta um leque de discussões e dúvidas acerca do tradicional e das novas práticas existentes na avaliação. Naverdade, ainda avaliamos para encontrar resultados no final do ano letivo e com a mera intenção de aprovar ou reprovar”.

P4 – “Até fico ansiosa em ver tantas reflexões que não condizem com nossa prática, não refletimos sobre nosso processo de avaliação, apenas objetivamos um resultado final e nos conselhos de classe ficamos ditando notas sem levar em conta nosso aluno, apenas pensamos em comportamento, pontualidade, respeito, enfim, nada do processo que o levou aquele resultado”.

P1 – “Dentro dessa análise penso que deveríamos sair do conselho de classe com uma ação para melhorar nosso aluno que não atingiu os objetivos, embora isso nunca tenha ocorrido”.

3º momento:

Após a fala das professoras fiz minhas colocações em relação às perguntas levantadas no vídeo e apresentei através de slides um referencial teórico sobre conselho de classe e avaliação mediadora, para elucidar minhas explicações.

Hoffmann (2012, p. 22) declara: “São necessárias a tomada de consciência e a reflexão a respeito dessa compreensão equivocada de avaliação como julgamento de resultados, porque ela veio se transformando numa perigosa prática educativa”.

Por meio dessa referência instiguei as participantes a pensarem em sua prática educativa e avaliativa, de forma que percebessem que muitas vezes em nossos resultados de avaliação não cruzamos a ação de educar com o ato de avaliar e que para chegarmos a um resultado final sobre nosso aluno precisamos refletir sobre todo o processo percorrido pelo nosso aluno, suas dificuldades, suas conquistas, seus momentos de angústia. Hoffmann (2012, p. 19) ainda nos traz: “Dar nota não é avaliar, fazer prova não é avaliar, registrar notas ou fazer boletins não é avaliação”. Recordo que uma das professoras nos fez o seguinte relato:

P3 – “Discutindo todas essas questões me sinto um pouco culpada quando recordo que reprovei meu aluno de 5º ano por 2 pontos. Toda vez que o vejo sinto pena de ter feito isso, porém fiz a matemática que utilizamos nas escolas, ‘na verdade não é dois pontos, são oito pontos, uma vez que multiplicamos por quatro bimestres’. Agora percebo que poderia, antes de ir para o conselho de classe, ter repensado sobre meu aluno, afinal ele era bonzinho, fazia todas as atividades, embora tivesse dificuldade nas aprendizagens”.

Luckesi (2011, p. 205) define:

[...] avaliação com um ato amoroso, no sentido de que a avaliação, por si, é um ato acolhedor, integrativo, inclusivo. Para compreender isso implica distinguir avaliação de julgamento. O julgamento é um ato que distingue o certo do errado, incluindo o primeiro e excluindo o segundo. Avaliação tem por base acolher uma situação, para, então (e só então), ajuizar a sua qualidade, tendo em vista dar-lhe suporte de mudança, se necessário.

Nesse momento também relatei ter passado por uma situação similar onde reprovei um aluno e até hoje me sinto culpado pelo fato dele ter reprovado apenas em Língua Portuguesa, repetiu todo sexto ano, em momento nenhum pensei em meu aluno em sua totalidade, levei em conta apenas o resultado do “Provão”. Pior ainda foi levar o caso para o conselho de classe e nenhum de meus colegas questionarem o fato.

Hoffmann (2012, p. 50) nos diz:

Em suma, quando discussões acerca de situações de avaliação semelhantes a essa, que ocorrem diariamente nas escolas, se reduzem à questão de notas ou à decisões de aprovação/reprovação dos alunos, percebe-se que a avaliação está atrelada à concepção classificatória, de julgamento de resultados finais, sem a preocupação com o processo de aprendizagem.

4º momento:

Fizemos muitas discussões a respeito de como ocorrem nossos conselhos de classe, de como avaliamos nossos alunos e de como estamos utilizando um processo de avaliação que persiste desde o tempo em que éramos alunos no primário. Todas queremos mudar nossas práticas e utilizar a avaliação a favor da emancipação de nosso aluno. Estamos cientes de que precisamos dar continuidade a esse estudo e, em breve, mudar nossa atitude enquanto avaliadoras de nossos alunos. Precisamos ensinar de forma a encantar nossos alunos buscando

uma conexão entre a vida deles e os processos de ensino utilizados, sem precisarmos utilizar a reprovação ao longo da vida escolar de nossos alunos.

Hoffmann (2012, p. 28) declara que “[...] a avaliação, então, deixará de ser um processo educativo (como ainda é concebida) para se transformar na busca incessante de compreensão das dificuldades do educando e na dinamização de novas oportunidades de conhecimento”.

5º momento:

Falei da importância do encontro e instiguei-as a pensarem, para o terceiro encontro, sobre as bases legais da avaliação e sua importância para o contexto educacional.

Encerrei mostrando um pequeno vídeo ressaltando a importância de construirmos juntas um novo olhar sobre a avaliação de nosso município e, em seguida, tomamos um cafezinho juntas acompanhado de biscoitinhos de chocolate.

Avaliação do Encontro: Consigna: “O que você compartilhou nesse encontro?”.

P5 – “Nesse encontro a troca de experiências foi crucial para minha carreira, saber que não estou sozinha em minhas culpas e repreensões me deram um certo alívio, uma vez que a mestrandia relatou ter passado pela mesma situação de reprovação”.

S3 – “[...] tenho aprendido muito durante os encontros e sugiro a mestrandia que dê continuidade ao projeto nos ajudando a efetivar uma nova forma de avaliar em nossas escolas e que possamos juntas rever nossos projetos políticos pedagógicos e reformular”.

Saí dessa roda de conversa bastante motivada e certa de que estava no caminho certo. Percebi que as professoras desconheciam também os documentos legais que falam de uma avaliação contínua e formativa como processo emancipação de nossos alunos. Diante disso fiquei feliz porque meu próximo encontro seria justamente refletir sobre os documentos que norteiam a avaliação e discutir a respeito, oportunizando assim a uma troca de conhecimentos e aprendizado, a fim de desmistificar o senso comum sobre os conceitos de avaliação.

5.2.3 Terceira Roda de Conversa – Bases legais da avaliação

A terceira roda de conversa aconteceu no dia 19/10/2017 e teve duração de 2h com o objetivo de analisar as bases legais da avaliação (LDB, PCNs, PNE, PME). Em todos os documentos constatou-se que a avaliação é um processo contínuo, formativo, levando em conta a individualidade do aluno, conforme veremos a seguir.

1º momento:

Foram coladas nas cadeiras palavras que representassem sentimentos, e cada professora poderia sentar-se na que melhor representasse seu estado emocional naquele instante e/ou fosse um sentimento que precisasse ainda modificar. Foi muito interessante, pois revelou a fragilidade de cada uma, sempre levando para o contexto do trabalho, da sala de aula, da avaliação. A seguir algumas palavras que foram colocadas nas cadeiras: Paz, Medo, Paciência, Esperança, Comprometimento, Renovação, Motivação, Gratidão, Mudança.

Quadro 9 - Registro de um dos momentos da intervenção



Fonte: Acervo da autora.

Trago algumas justificativas das escolhas feitas pelas professoras em relação aos sentimentos escolhidos:

P1 – “Escolhi a palavra ESPERANÇA porque espero que possamos sair desses encontros com novos olhares e na certeza de que não ficaremos sozinhas nesse processo, uma vez que a mestrandia representa a Secretaria Municipal de Educação e poderá nos ajudar a continuar esse trabalho”.

S3 – “Sentei nessa cadeira onde estava a palavra COMPROMETIMENTO, vejo que está difícil cobrar de nossos professores, uma vez que muitos estão ainda utilizando o mesmo material didático de anos atrás e não querem mudar seus hábitos. Enquanto supervisora me sinto desmotivada, pois não temos apoio para cobrar efetivamente essa mudança de nossos colegas de trabalho”.

P4 – “Escolhi a palavra MOTIVAÇÃO. Na verdade não sei que de forma motivar meus alunos, tudo que proponho acham chato, não temos uma internet com qualidade para levar uma proposta, nossos alunos não querem estudar, não querer fazer atividades em casa, querem apenas celular e não temos o apoio dos pais na hora de cobrar comprometimento e estudo”.

Aqui trago minha reflexão a respeito das escolhas feitas, percebi que cada professora escolheu em virtude de suas vivências enquanto profissionais da educação, mas acima de tudo baseada em conceitos e ou vivências que vem perpetuando-se em sua vida ao longo de sua trajetória profissional. Luckesi (2011, p. 79) nos diz que “[...] cada um de nós é resultado tanto do que herdamos biológica, psicológica e espiritualmente quanto de nossas múltiplas interações, ao longo do tempo, com o mundo interior e exterior, incluindo os diversos espaços em que tivemos oportunidade de viver”.

Enquanto mestranda escolhi a palavra MUDANÇA porque como proponente dessas rodas de conversa e sabendo da posição que ocupo dentro da gestão municipal, tenho claros meus propósitos de ajudar a mudar a realidade que hora estamos vivendo de avaliar nossos alunos apenas de forma quantitativa. Através de grupos de estudo pretendo dar continuidade a essas reflexões após o encerramento de minhas intervenções objetivando rever junto as supervisores e comunidade escolar, ao longo de 2018, os regimentos das escolas vigentes, na tentativa de levar a todos uma nova a compreensão do nosso processo de avaliação.

2º momento:

Nesse momento apresentei slides (Apêndice A) a todas as participantes que esclareciam sobre a legalidade de uma avaliação qualitativa e contínua.

Após a explanação, através de slides, sobre os documentos legais que norteiam a avaliação em nosso país, foi aberta a discussão para que os professores pudessem refletir se a prática de cada escola estava de acordo com o que a lei apresentava. Esse estudo me permitiu concluir que a nossa avaliação deve estar a serviço da aprendizagem de nossos alunos. Várias reflexões surgiram levando as professoras a pensar em novos rumos para a avaliação de nosso município.

Durante as discussões sobre a temática percebi que as professoras se manifestaram bastante, sentiram-se bem ao falar sobre a temática, embora ainda não soubessem bem como usar a avaliação formativa de forma eficaz. Elas tiveram voz e deixaram-se compartilhar, questionando e fazendo diversas considerações a respeito.

As professoras apontaram a importância de todos os professores conhecerem esses documentos e estudá-los, para que possam, em momento oportuno, trazer suas reflexões. Nesse instante disponibilizei meu material para que as participantes pudessem levar a todos de sua escola e discutissem essas questões com o grupo.

Algumas falas a respeito do material apresentado:

S5 – “Seria importante que apresentássemos esses slides a nossos professores para que conhecessem mais a respeito da avaliação formativa”.

P1 – “Para mim muitas questões são novas, sempre ouço falar da avaliação diária e me pergunto de forma faríamos isso. Creio que precisamos discutir melhor”.

S2 – “Seria mesmo interessante mostrar aos colegas esse material, enquanto supervisora parece que inventamos as coisas, assim veriam e discutiriam juntas”.

3º momento:

Foi apresentado o vídeo⁶ de Jussara Hoffmann e Cipriano Luckesi que fala sobre Avaliação da Aprendizagem, tendo como foco o acompanhamento da aprendizagem do aluno e o ato pedagógico. Com muita concentração as professoras assistiram e, em seguida, fizeram suas reflexões.

Em breves minutos Jussara Hoffmann nos fala sobre o significado da avaliação mediadora como um caminho para a aprendizagem. Uma de nossas participantes perguntou:

P2 – “Como avaliar nosso aluno de frente ao mercado de trabalho competitivo e acirrado que estamos enfrentando?”.

Algumas professoras deram suas contribuições?

⁶EDITORAMEDIAÇÃO. Jussara Hoffmann em Avaliação: caminhos para a aprendizagem Vídeo 01. **Youtube.com**, 29 abr. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ln7pcf1Th3M&feature=youtu.be>>. Acesso em: 20 set. 2017.

S4 – “Na verdade a construção do conhecimento dá-se em longo prazo e durante esse processo vamos ajudando nossos alunos a perceber seus erros e, a partir daí melhorar suas habilidades”.

P3 – “Concordo e vejo que quando eles chegarem no ENEM não saberão responder a prova e terão dificuldade em aceitar seus fracassos”.

P1 – “Na verdade essa avaliação leva nosso aluno a sua formação plena enquanto indivíduo”.

Tentei levá-las a compreender que precisamos acompanhar o processo de aprendizagem do aluno e a compreensão de suas dificuldades, planejar o que temos como objetivo final (aprendizagem) para traçar os caminhos, mediados por nós enquanto professores. O que planejei, executei está dando resultados positivos? A avaliação é um suporte de acompanhamento, de reflexão que nos leva a usar determinados recursos e metodologias para replanejar um procedimento mais adequado para nossos alunos, embora saibamos que cada um terá uma resposta diferente de aprendizagem.

Segundo Luckesi (2011, p. 56),

O ato pedagógico tem três componentes: planejamento, execução e avaliação. A ausência de um desses três componentes frustra o ato pedagógico. O planejamento é o ponto de partida e tem a ver com o projeto pedagógico, que, para produzir efeitos, necessita ser executado. [...] no âmbito da avaliação, sempre cabe perguntar: o que estamos realizando está nos conduzindo a nossos objetivos?

4º momento:

O segundo encontro terminou com um momento de confraternização onde todas conversaram informalmente e degustaram um delicioso lanche.

Avaliação do Encontro: Consigna: “O que você aprendeu hoje e o que lhe ensinaram?”

Analisando as respostas escritas pelas professoras e também pelas supervisoras foi possível constatar através da avaliação do encontro que a proposta da Roda de conversa colaborou com o aprendizado de cada uma delas, além de fortalecê-las para um novo olhar sobre avaliação, pois partilham os mesmos anseios e perspectivas. Muitas delas desconheciam as bases legais da avaliação, apenas avaliavam conforme era ditada pela escola em que atuam.

Vejam a fala de algumas professoras:

P3 - “Somos ‘parceiras’ nessa caminhada, estamos ‘carentes’ de proteção e nos ‘protegemos’ hoje. Obrigada por isso!!! Encontro humanizado. Parabéns!”.

S2 - “Na verdade sempre se aprende algo positivo, o principal é querer mudar e fazer cada um do seu jeito no seu tempo”.

S5 –“Agradeço a atenção e percebi que não estou ‘só’ nesta caminhada. Desconhecia as leis da avaliação formativa e vejo que é possível mudar nosso modo de avaliar. Beijos e obrigada”.

P2 - “Aprendizagem prazerosa, troca de experiências. Diferentes realidades em um único contexto”.

P5 - “Aprendi que sempre há esperança de mudar e que quanto à avaliação é ótimo que seja repensada e reformulada até para buscar e resgatar esse aluno com motivações de uma nova fase”.

5.2.4 Quarta Roda de Conversa – Análise dos Projetos Político-Pedagógicos das Escolas

A quarta roda de conversa aconteceu no dia 31/10/2017, na Biblioteca Pública Municipal, às dez horas com supervisores e professores de Língua Portuguesa das Escolas de Ensino Fundamental. Teve duração de duas horas e objetivou analisar os projetos políticos pedagógicos das escolas, levando em consideração as teorias já trabalhadas nos encontros anteriores.

1º momento:

Nessa roda de conversa distribuí uma mensagem de acolhimento às participantes reforçando a importância de todas no decorrer desse projeto. O senso de grupo deve ser alimentado para que possamos, ao final, chegar a uma proposta de avaliação em que todas nos sintamos participes desse processo.

2º momento:

Fiz uma atividade onde as participantes reuniram-se em grupos, ficando assim distribuídas: Grupos A, B, C e D. Cada grupo recebeu as seguintes questões:

1. Qual o objetivo do professor a ser alcançado?
2. Como pensar num acompanhamento contínuo do aluno?
3. É possível avaliar nosso aluno sem levar em conta sua vida sociocultural?
4. Como saber se nosso aluno se apropriou do conhecimento?

Trago aqui algumas respostas que me pareceram pertinentes relacionadas ao que os professores têm como certo em sua escola:

Questão 1 - Qual o objetivo do professor a ser alcançado?

Grupo A - “Ao final os professores consideram aprovados os alunos que obtiverem 75% de frequência e 60% de aproveitamento”.

“Serão aprovados os alunos que obtiverem 75% de frequência e 50% de aproveitamento”.

Questão 2 - Como pensar num acompanhamento contínuo do aluno?

Grupo B - “Acreditamos que se fizermos trabalhos semanais poderemos acompanhar o aprendizado de nossos alunos”.

Grupo D - “Sugerimos que sejam usadas fichas avaliativas de forma a tornar a tarefa do professor mais prática”.

Questão 3 - É possível avaliar nosso aluno sem levar em conta sua vida sociocultural?

Grupo B - “Acreditamos que através das atividades feitas em sala de aula conseguimos dar conta da avaliação. Não podemos nos deixar envolver pelas situações vividas por nossos alunos”.

Grupo C - “Nossos alunos, assim como nós professoras, têm suas dificuldades e problemas a enfrentar, nem sempre estamos bem para realizar nosso trabalho com competência e responsabilidade, embora façamos da melhor maneira possível. Nossos alunos, às vezes, podem estar passando por um momento difícil no dia em que realizam a prova”.

Questão 4 - Como saber se nosso aluno se apropriou do conhecimento?

Grupo D - “Às vezes pensamos que ele aprendeu e na verdade houve apenas uma decoreba dos conteúdos”.

Grupo A - “Na verdade na maioria dos casos nossos alunos aprendem para o momento da prova, infelizmente não há uma aprendizagem de conhecimentos efetiva, talvez no dia seguinte ele já não lembra mais do que estudou”.

Pude perceber nas respostas das professoras que ainda não há em suas falas a proposta de avaliação formativa e contínua, embora já tenhamos tido vários encontros em que estamos debatendo a temática, talvez por ainda estarem trabalhando baseadas em seus documentos escolares, regimento.

Quanto às respostas à questão número um, todas responderam baseadas no que traz o regimento de cada escola. O documento da escola D nos diz que “[...] deverá o aluno adquirir conhecimentos desenvolvendo aspectos intelectuais, culturais e sociais, proporcionando-lhes os meios para progredir em estudos posteriores” (REGIMENTO DA ESCOLA D, 2012, p. 7), mais adiante nos diz “[...] o aluno é avaliado como um todo, diariamente, bem como submetido à aplicação de provas (6) e trabalhos (40), escritos e orais – num total de 100 em cada bimestre [...]” (REGIMENTO DA ESCOLA D, 2012, p. 7). Observei nos excertos que em nenhum momento foi citado de que maneira o aluno que não atingiu os conhecimentos seria recuperado, como se efetivaria o processo de aquisição dos conhecimentos, além de perceber que os percentuais estipulados mostram claramente uma avaliação quantitativa.

Em relação à questão número dois fiquei contente quando percebi que já foram levadas algumas discussões para as respostas, uma vez que ambas mencionam um acompanhamento contínuo de nossos alunos, embora ainda não tenham claras as formas para que se efetive a avaliação formativa e contínua. Ainda assim, ambas estão preocupadas com questões exteriores ao aprendizado do aluno, não demonstrando nenhuma referência a aquisição e construção dos conhecimentos.

Luckesi (2011, p. 239) declara que:

[...] importa observar que, do ponto de vista técnico e científico da prática da avaliação, se desejamos saber se o educando aprendeu o que efetivamente ensinamos, devemos construir um instrumento que cubra todos os conteúdos essenciais, que o estudante efetivamente necessita de saber para o seu desenvolvimento no estágio escolar em que se encontra (idade e série).

Destaquei Paulo Freire (1996, p. 26) quando nos diz que:

O que importa, na formação docente, não é a repetição mecânica do gesto, este ou aquele, mas a compreensão do valor dos sentimentos, das emoções, do desejo, da

~~insegurança a ser superada pela segurança, do medo que, ao ser educado, vai gerando a coragem.~~

Ana Lúcia sugeriu tirar

Interessante que temos respostas opostas a questão número três, mas destaquei a importância de pensarmos nosso aluno em sua totalidade, respeitando os saberes de cada um e conhecendo a realidade na qual estão inseridos. O professor precisa relacionar os conteúdos à realidade de nossos alunos criando possibilidades para que eles possam construir seus conhecimentos aprendendo criticamente. Citando Freire (1996) não devemos deixar de lado a vivência do aluno, sua vida familiar, o meio em que está inserido.

Já referente à questão número quatro se não acompanharmos nosso aluno em sua individualidade não conseguiremos saber se de fato a aprendizagem se efetivou. Cito Luckesi (2011, p. 206) quando declara que “[...] a avaliação tem por objetivo diagnosticar e incluir o educando, pelos mais variados meios, no curso da aprendizagem satisfatória, que integre todas as suas experiências de vida”.

3º momento:

Conversei com as participantes com o objetivo de levá-las a compreender que a avaliação é um meio e não um fim, que a prática avaliativa é um diálogo construtivo do resultado. Se o resultado obtido é satisfatório ou devo seguir dialogando para chegar ao esperado. Avaliação é a dinâmica do diálogo, da conversa estimuladora.

4º momento:

Analisei junto às professoras alguns recortes sobre avaliação de suas escolas. Surpreendi-me ao constatar que algumas desconheciam o que estava escrito no regimento de sua escola e espantei-me ainda mais quando uma delas criticou o Provão de outra escola, quando na verdade o recorte era da sua.

A Escola oferece aos alunos de Ensino Fundamental de 09 anos (1º ao 9º Ano), Estudos de Recuperação no transcorrer do ano letivo.

Os estudos acima referidos vinculam-se aos objetivos não atingidos pelo aluno no transcorrer de cada bimestre, visando recuperar o conteúdo, podendo ser através de novas explicações, técnicas, etc, sem interferir na nota.

Ao final do ano letivo será oferecida a Complementação Especial (Provão) ao aluno que não atingiu a média 60 ao longo dos quatro bimestres, respeitando o Calendário Escolar. A prova é elaborada com conteúdos trabalhados durante os [...].

O aluno é avaliado como um todo, diariamente, bem como submetido a aplicação de provas (60) e trabalhos (40), escritas e orais – num total de 100 em cada bimestre, dos quatro bimestres existentes ao longo do ano letivo. Sendo 60 a média mínima exigida para aprovação.

OBS: Trabalhos e Provas Orais conforme necessidade apresentada pelo aluno (ex.: alunos que não realizaram avaliações dentro das datas estabelecidas e que não apresentam justificativa, e alunos com necessidades educacionais especiais se assim

forem orientados pela Sala de Recurso) (REGIMENTO DA ESCOLA A, 2012, p. 4).

5º momento:

O quarto encontro terminou com um momento de confraternização onde todas conversaram informalmente sobre os diferentes processos de avaliação que ocorrem dentro da rede municipal de ensino já pensando em uma unificação de forma que facilitaria a troca de saberes, troca de informações, bem como as transferências de alunos entre as escolas municipais. Em seguida, degustaram um delicioso lanche.

Avaliação do Encontro: Consigna: “O que você aprendeu hoje e o que lhe ensinaram?”.

Analisando as respostas escritas pelas professoras e supervisoras foi possível constatar através da avaliação do encontro que a proposta da Roda de conversa foi muito produtiva e proporcionou a todas conhecerem as diferentes formas de avaliar que estão sendo usadas em nosso município, como as escolas concebem avaliação e qual a quantificação adotada.

P1 - “Eu acho que podemos pensar em uma avaliação que atenda as bases legais e que deixe nossos alunos mais fortalecidos, tem tudo pra dar certo”.

P4 - “Interessante que eu uso uma prática de avaliação que está diferente do que o regimento de minha escola tem escrito, não sabia que tínhamos recuperação paralela”.

S2 - “Trabalho em duas escolas, sou supervisora de manhã e a tarde, porém percebi que cada uma delas trabalha em cima de uma média diferentes, e as estratégias de avaliação muito diferentes também”.

Percebi nesse encontro a fragilidade de nossas participantes e suas preocupações maiores ainda, juntas constatamos que além de não conhecerem sobre avaliação formativa e contínua, muitas desconheciam os documentos vigentes em sua própria escola, nunca tiveram contato com os Projetos políticos pedagógicos e só avaliam dentro dos padrões pré-estabelecidos pela equipe diretiva da escola.

5.2.5 Quinta Roda de Conversa – Avaliação em Larga Escala – IDEB

1º momento:

A quinta roda de conversa aconteceu no dia 09/11/2017, na Biblioteca Pública Municipal, com duração de 2h. A Roda teve como objetivo dialogar e apresentar a todos os presentes alguns conceitos teóricos sobre avaliação em larga escala e IDEB.

2º momento: Vídeo motivacional

Os vídeos motivacionais são uma importante ferramenta para manter os participantes motivados frente às atividades propostas. O vídeo⁷ proposto visou mexer com nossos sentimentos relacionando nossas práticas às nossas necessidades, nossos desejos e vontade de mudar, sempre respeitando o outro. A motivação age nas nossas emoções, nossos pensamentos, nossa atenção, nossos anseios e sonhos.

3º momento:

O objetivo da quinta roda de conversa foi o de apresentar a algum referencial teórico a cerca Avaliações Externas em Larga Escala e sobre o IDEB. Muitas das presentes nunca haviam lido nada a respeito da temática.

Através de slides foram sendo mostradas as principais avaliações externas Prova Brasil (Matemática e Português no 5º e 9º anos), ENEM (ensino médio e porta de entrada para universidade) ANA, SAEB (Matemática e Português no 5º e 9º anos, além do 3º ano do ensino médio), além das avaliações criadas pelos sistemas de ensino. Apresentei slides contendo dados sobre suas características: como é a avaliação, o que é avaliado, como é aplicada, quem aplica e para quem, como verificar os resultados. Durante todo o tempo as professoras escutaram o que foi explanado e, muitas, desconheciam alguns dados importantes a respeito das avaliações.

4º momento:

Após refletir e explanar sobre as diferentes avaliações todas assistiram ao vídeo a seguir que fala sobre o papel das avaliações em larga escala.

O vídeo trata do papel das avaliações em larga escala para sistemas e para gestores escolares e professores. Muito esclarecedor e oportuno para o momento.

Em seguida, foi mostrado a todas os números do IDEB e refletimos sobre o motivo de nosso município ter o menor índice de todos, os anos finais apresentam desempenho irregular ainda não alcançando a meta projetada em nível nacional.

⁷JAN OST. Pedacinhos – O pequeno príncipe. **Youtube.com**, 16 mar. 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=A2lbgot0yxo&feature=youtu.be>>. Acesso em: 20 set. 2017.

Quadro 10 - Dados do IDEB

1ª série / 5º ano		8ª série / 9º ano		Ideb Observado						Metas Projetadas				
Município	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Jaguarão	2,4	2,5	2,4	2,5	2,3	2,8	2,4	2,7	3,1	3,6	4,1	4,3	4,6	4,9

Fonte: Dados do INEP. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/>>. Acesso em: 20 set. 2016.

5º momento:

O encontro encerrou com um cafezinho onde todas discutiram os motivos que levam nosso município ter índices tão abaixo do esperado e de que forma poderíamos mudar esse quadro.

Avaliação do Encontro: Consigna: “O que você aprendeu hoje e o que lhe ensinaram?”

Analisando as respostas escritas pelas professoras e supervisoras foi possível constatar que desconheciam os resultados do IDEB e que estão preocupadas em mudar essa realidade de nosso município através de novas metodologias e de um novo olhar sobre as bases da avaliação.

P1 - “Eu acho que podemos pensar em uma avaliação que atenda as bases legais e que deixe nossos alunos mais fortalecidos, tem tudo pra dar certo”.

P5 - “Hoje o que mais me espantou não foram as tarefas propostas e discussões, fiquei pasma ao perceber que eu nem sabia que minha escola ofereci uma prova especial no ano letivo seguinte para o aluno que reprova”.

S5 - “Para que possamos mudar essa realidade é necessário que os pais participem ativamente das reuniões escolares de forma a acompanhar o rendimento de seu filho e auxiliar na melhoria”.

Nessa roda de conversa percebi que tempo foi pequeno para discussões mais aprofundadas e que, num primeiro momento as participantes estavam sem motivação com a atividade proposta, avaliações externas. Diante disso resolvi que traria a Profª Drª Ana Cristina – minha orientadora – para no próximo encontro elucidar mais a respeito da temática.

5.2.6 Sexta Roda de Conversa – Avaliações externas e dúvidas a respeito da temática

1º momento:

A sexta Roda de Conversa aconteceu no dia 17/11/2017, na Biblioteca Pública Municipal, com duração de 2h. As participantes foram recebidas com uma mensagem de acolhimento e de boas-vindas. Procurei deixá-las à vontade e na certeza de que era muito importante para mim a participação de cada uma nesses momentos de reflexão propostos. Foi apresentada a Profª Drª Ana Cristina Rodrigues – minha orientadora - que fez parte desse encontro trazendo importantes contribuições para o estudo. A temática trabalhada foi “Avaliações externas e seus impactos para a educação”.

2º momento:

Proporcionei a todas assistirem o vídeo “Soueducadora...”⁸ que mostra a importância de nosso papel na construção de uma educação de qualidade e na construção da identidade e cidadania de nossos alunos.

3º momento:

Trouxe conceitos sobre avaliações externas que são definidas, organizadas e conduzidas por quem não está no interior das escolas e que devido a sua abrangência são também denominadas de avaliações em larga escala, ressaltando sua visibilidade e sua face de política pública em educação. Trouxe os tipos de avaliações externas, a saber: ANA, SAEB (5º e 9º anos do ensino fundamental, além do 3º ano do ensino médio), Prova Brasil (5º e 9º anos do ensino fundamental), ENEM (avaliação da aprendizagem dos estudantes do ensino médio e porta de entrada para a universidade).

As avaliações externas são muito importantes por serem uma fotografia macro do sistema educacional de nosso país, uma vez que define como está o ensino, como está aprendizagem e para a partir daí serem possíveis desenvolver políticas públicas em educação. A partir desses resultados é possível que as escolas verifiquem como estão seus índices no IDEB, avaliando o que foi bom e o que precisa melhorar, refletindo se o problema é a prova, a correção de fluxo, distorção aluno idade/série possibilitando implementar um programa dentro de sua escola.

⁸JOANINHA. Sou educadora... **Youtube.com**, 17 set. 2008. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BRNqEL4-SJM&feature=youtu.be>>. Acesso em: 20 set. 2017.

“É importante a escola saber como está não para se comparar as demais, mas para saber em que ela precisa avançar, precisa autoavaliar o trabalho que vem sendo realizado”, relata a Professora Ana Cristina.

Algumas professoras fizeram algumas considerações:

P3 – “Não lembro em momento algum de nossa escola discutir os resultados das avaliações externas e muito menos de trazer os dados do IDEB para discutirmos”.

P1 – “Há uma grande distância entre o tipo de avaliações que as escolas municipais aplicam das realizadas nas avaliações externas”.

4º momento:

Nesse momento foi passado um slide mostrando o trabalho desenvolvido por duas professoras da rede sobre as avaliações: o da Professora Silvia Rozane de Souza Avila de Souza intitulado “Avaliações em larga escala: impactos na escola e nas práticas docente” e o da Professora Silvana Souza Peres de Oliveira intitulado “Avaliação Institucional na Educação Infantil”. O primeiro propunha refletir sobre as políticas públicas de avaliação desenvolvidas através dos instrumentos avaliativos externos e em larga escala e o segundo objetivou contribuir no processo de construção da Avaliação Institucional da EMEI Casa da Criança.

As professoras escutaram atentamente a explanação e no final foram convidadas a participar trazendo suas contribuições para o debate. Vários aspectos foram destacados pelas participantes a respeito das avaliações institucionais e da Prova Brasil, destacados nos trabalhos apresentados.

As participantes declararam que:

P5 - “[...] que não concorda com os resultados das Provinhas porque nem sempre a escola e/ou a turma podem participar, uma vez que precisa de um número certo de alunos”.

P3 – “[...] nunca recebemos os resultados das avaliações e acho que elas não retratam a realidade, pois não percebe nosso aluno em sua totalidade”.

P2 – “Sei que o IDEB de nosso município é o pior que há, mas não sabemos de que forma poderemos modificar essa realidade”.

As reflexões apresentadas foram muito importantes para o desenvolvimento da pesquisa, juntas fomos construindo novas formas de pensar avaliação e como melhorar o

IDEB de nosso município, favorecendo o surgimento de novas perspectivas e propostas para serem apresentadas no final das intervenções.

Avaliação do Encontro: Consigna: “O que você aprendeu hoje e o que lhe ensinaram?”

Nesse encontro percebi a grande dificuldade de nossas participantes quanto a compreensão das avaliações externas, uma vez que os resultados não chegam até suas escolas, não são discutidos.

P3 – “Fica muito chateada quando falam do IDEB de nosso município, meio que me sinto culpada, mas também percebi que vários itens fazem parte de avaliação”.

P1 – “Talvez se nas escolas trabalhássemos os resultados das Provinhas conseguíssemos ter avanços significativos nos resultados. O encontro foi excelente!”.

S5 – “Achei o encontro bastante esclarecedor e confesso que desconhecia algumas questões trazidas e que também não levamos para nossa escola os índices apontados”.

5.2.7 Sétima Roda de Conversa – Matriz de referência

1º momento:

A sétima roda de conversa aconteceu no dia 21/11/2017, na Biblioteca Pública Municipal, com duração de 2h. A roda teve como objetivo analisar as matrizes de referência da Provinha Brasil. Nesse encontro tivemos a participação das alunas do PIBID Pedagogia, Subprojeto Leituras e Escrituras nos Anos Iniciais, da UNIPAMPA.

2º momento:

Foi entregue uma mensagem de acolhimento a todos os presentes e, em seguida, a mestranda falou da importância de nosso papel na construção de uma educação de qualidade.

3º momento:

A Professora Ana Cristina Rodrigues participou desse momento trazendo importantes contribuições para a continuidade do trabalho. Explicando sobre as matrizes de referência e a importância da avaliação desde o primeiro ano até o nono. Trouxe a questão dos instrumentos de avaliação em larga escala e o impacto das mesmas em nossas escolas.

Através de slides foram mostradas as matrizes de referência da Provinha Brasil para analisar de que forma podemos usar esses descritores, para que possamos entender e avaliar os nossos alunos. Tradicionalmente usamos instrumentos de avaliação – um texto, uma interpretação e questões gramaticais, mas não apontamos claramente que descritor, que

indicador estamos querendo avaliar e de forma interpretamos os resultados. Muito disso se dá pela carga de trabalho do professor que, desse modo, corrige a prova e fecha a nota.

Mas de que forma vamos entendendo realmente o que nosso aluno sabe ou não sabe fazer? Um exemplo são os conselhos de classe onde o professor dita o nome do aluno e os professores acabam discutindo vários aspectos, porém quando perguntamos o que eles sabem fazer poucos são os professores que sabem responder essa questão.

P3 - “Em geral há dificuldade de guardar nome de tantos alunos quanto mais saber refletir cada aprendizagem e suas dificuldades. Acabamos fazendo uma conta e não discutindo os resultados se foram positivos ou negativos e que caminhos seguiremos para melhorar”.

Hoffmann (2012, p. 50) declara que:

[...] quando discussões acerca de situações de avaliação semelhantes a essa, que ocorrem diariamente nas escolas, se reduzem à questão de notas ou à decisões de aprovação/reprovação dos alunos, percebe-se que a avaliação está atrelada à concepção classificatória, de julgamento de resultados finais, sem a preocupação com o processo de aprendizagem.

Analisando a fala da professora (P3) percebo a concepção de avaliação utilizada por ela, o caminho que o aluno percorreu para a aquisição do conhecimento não é levado em consideração em grande parte dos conselhos de classe e nem são traçadas novas formas de recuperação desse aluno. Chego a concluir que, muitas vezes, não temos clareza do caminho que estamos seguindo em nossa prática educativa, bem como o caminho para onde estamos conduzindo nossos alunos.

Luckesi (2011, p. 28) nesse sentido, declara que: “Se não tivermos um posicionamento filosófico, crítico e consciente, certamente estaremos seguindo orientação filosófica predominante no nosso meio sociocultural por meio do senso comum, o qual, na maior parte das vezes, é habitual, automático e inconsciente”.

Analisar as matrizes de referência nos leva a pensar nos conhecimentos que queremos avaliar e o que esperamos que os nossos alunos tivessem construído durante o início do processo. Nessa análise é importante que se utilize os resultados para nos auxiliar na parte pedagógica e para que possamos compreender quais as fragilidades que necessitam ser

superadas, além de ver quais nossas possibilidades e limites para o nosso trabalho em sala de aula.

O termo matriz de referência é utilizado especificamente no contexto das avaliações em larga escala para indicar habilidades a serem avaliadas em cada etapa da escolarização e orientar a elaboração de itens de testes e provas, bem como a construção de escalas de proficiência que definem o que e o quanto o aluno realiza no contexto da avaliação (INEP, 2015, s./p.).

O slide utilizado para a discussão com as participantes se encontra no Apêndice C, extraído de INEP (2015).

3º momento:

As professoras foram provocadas para, a partir dos descritores e das habilidades indicadas abaixo, formularem um item (questão) de cada um para avaliação de desempenho.

DESCRITORES

1. Localizar informações explícitas em um texto.
2. Identificar o tema de um texto.
3. Distinguir um fato da opinião relativa a esse fato.
4. Reconhecer diferentes formas de tratar uma informação na comparação de textos do mesmo tema, em função das condições em que ele foi produzido.

Organizei as participantes em grupo para que cada um pudesse apresentar uma produção diferente:

GRUPO 1 - Descritor 1 – localizar uma informação explícita em um texto

“Podemos afirmar que o whatsapp é o meio de comunicação mais utilizado pelas pessoas na atualidade. É um instrumento que possibilita a interação e o diálogo com diversos públicos das mais variadas faixas etárias e lugares utilizando toda e qualquer forma de texto”.

O meio de comunicação mais utilizado na atualidade é:

() instagram () facebook (x) whatsapp () orkut

Segundo a professora, mesmo sendo um descritor explícito ainda poderemos ter respostas erradas considerando uma turma de 5º ano. Importante relacionar com a questão com o descritor três, mesmo a resposta explicita sendo ele pode não ter capacidade de distinguir um fato da opinião sobre o fato.

GRUPO 2 - Descritor 2 –identificar o tema de um texto

Identificar o tema do texto:

[...]A gente não pode ter tudo

Qual seria a graça do mundo se fosse assim?

Por isso eu prefiro sorrisos

E os presentes que a vida trouxe

Para perto de mim [...]

Baseado na letra da música de Ana Vilela TREM BALA, a que tema nos remete essa estrofe?

- a importância de ter bens materiais;
- a importância da amizade verdadeira;
- a importância de ter vários amigos;
- a importância do dinheiro.

A professora relatou que tudo depende da visão de cada um: PA/Grupo 2 - “Quando perguntei aos alunos que graça seria o mundo se tivéssemos tudo na vida: os alunos responderam ‘que maravilha, eu nem estaria aqui na escola’, por isso acreditamos que cada um responde de acordo com sua vivência, o meio em que vive”.

A professora destacou que levou os alunos a pensarem sobre as amizades das redes sociais e se questionarem de quantos amigos eles tem e quais seriam os verdadeiros.

Segundo uma das professoras, PB/Grupo 2 - “[...] eu sou responsável por aquilo que eu atraio também”.

Ainda destacou: PB/Grupo 2 - “O tema, descritor 2, será entendido conforme a vivência de cada pessoa, sua intelectualidade, seu meio, suas amizades, sua família”.

GRUPO 3 - Descritor 3 - Distinguir um fato da opinião relativa a esse fato do texto.

“O tempo muito lento para os que esperam

Muito rápido para os que têm medo

Muito longo para os que lamentam

Muito curto para os que festejam

Mas, para os que amam, o tempo é eterno”(Henry Van Dyke).

Descritor – Distinguir um fato da opinião relativa a esse fato: “Mas, para os que amam, o tempo é eterno”.

Para relacionar um fato que tivesse relação com o texto a professora traz como referência um Globo Repórter que trabalhou com a temática “o tempo”, ou melhor, como as pessoas usavam seu tempo de diferentes formas, como viviam a questão do tempo. Segundo relato da professora

PA/ Grupo 3 - “[...] no programa foi entrevistado um casal que estava casado há mais de 50 anos, então lhe perguntaram como eles não viram o tempo passar, como eles viveram todos aqueles anos, o repórter concluiu que o tempo era contado para cada um de forma diferente. Perguntaram também para diversas pessoas, de diferentes idades, e cada um deu uma resposta diferente. Diante das respostas percebi que cada pessoa vê o tempo conforme o momento em que ela está se o momento é triste vou vivê-lo contado minuto a minuto, de hora em hora, porém se estou num momento muito bom de minha vida eu conto o tempo de maneira diferente, eu não o vejo passar”.

A professora ainda destaca:

PA/ Grupo 3 - “[...] se deres um pequeno texto para um aluno e pedir para ele relacione com um fato da realidade, ele terá dificuldade, porque eles não conseguem emitir uma opinião. Falta vivência de olhar um programa, ter outras leituras, ver outras formas de enxergar o mundo, eles são muito limitados ao pequeno mundo que criaram, até mesmo em virtude da internet”.

- Interpreta de tua forma o poema acima e relaciona a um fato de tua vida?

A professora que coordenava a oficina falou da importância de estruturarmos uma questão dessa ordem, propondo alternativas que tivessem uma opinião diferente do fato. Esse é um grande desafio para o professor. A proposta é que dentro dessa estrutura de texto base apresentemos aos nossos alunos alternativas de diferentes opiniões.

Segundo a professora que escolheu o texto, PA/ Grupo 3 - “[...] a proposta era levar seus alunos a pensar mais, se eu der alternativas ele não irá preocupar-se em refletir, questionar, logo marcará uma delas sem problematizar nada”.

A coordenadora da atividade trouxe o exemplo do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) que tem 40 questões, elas são estruturadas em 10 de múltiplas

escolhas – conhecimentos gerais, e trinta de conhecimentos específicos - 27 de múltipla escolha e três são descritivas.

GRUPO 4 - Descritor 4 - Reconhecer diferentes formas de tratar uma informação na comparação de textos do mesmo tema, em função das condições em que ele foi produzido.

DORFLEX - No alívio da dor associada a contraturas musculares, incluindo cefaleia tensional. As propriedades do dorflex são o alívio das dores musculares ou nevrálgicas, proporcionando um bem-estar. O uso adulto e oral é ingerir um comprimido a cada seis horas. A medicação em gotas deve ser tomada de oito em oito horas, não ultrapassando o limite de quarenta gotas. Contraindicada para pessoas hipertensas a qualquer um dos componentes. Dorflex não deve ser administrado à pacientes com alergia aos derivados de PIRZOLONAS (EX: FENAZONA).

DORFLEX - Esse medicamento lhe proporciona um bem-estar imediato, transformando você em uma nova pessoa, pronta para o dia-a-dia, sem dores. Caso não desapareça os sintomas, procure um médico.

Segundo a professora: PA/Grupo 4 - “São dois textos com o mesmo objetivo. O primeiro divulga de uma forma científica, a bula. O segundo de uma maneira mais promocional (propaganda, sem compromisso). A importância de diferenciar os tipos de informações”.

Em relação aos remédios que utilizamos olhamos a bula ou vamos pela propaganda feita? Importante diferenciar esses dois tipos de informações.

Segundo a coordenadora da atividade o tema é o mesmo, mas os objetivos, a finalidade de cada texto é diferente. Importante observar como é difícil estruturar questões com alternativas.

Quando problematizamos os instrumentos de avaliação é importante sabermos o que estamos avaliando – o descritor –, por isso que quando chegamos ao conselho de classe não sabemos dizer o que nosso aluno sabe e o que ele não sabe. Temos dificuldades em elaborar um instrumento de avaliação baseado em uma habilidade que esperamos.

Hoffmann (2012, p. 31) declara que:

[...] professores e alunos, em conselhos de classe, tendem seriamente a explicar e justificar resultados alcançados ao longo de um tempo, muito mais do que buscar alternativas de superação. A excessiva preocupação burocrática desvia a atenção dos educadores das questões de aprendizagem.

A atividade buscou refletir sobre a matriz de referência, o que se espera sobre competência e habilidade de leitura e escrita de nossos alunos que vai desde a Prova Brasil passando por outras de igual importância. É importante refletir sobre a diversificação dos instrumentos de avaliação e da dificuldade de compreendermos o que de fato nosso aluno sabe, nos levando assim a própria revisão de estudos. Percebi que as participantes tiveram dificuldades em realizar a atividade e que não levam em conta os descritores ao avaliar seus alunos.

4º momento:

Agradei todas as contribuições feitas pelas professoras, à presença das alunas bolsistas do PIBID e da Profª Ana. Aproveitei o gancho de um dos grupos e utilizei para encerrar o encontro a Música Trem Bala de Ana Vilela⁹ e, a partir daí convidei as participantes para nos abraçarmos e assim finalizarmos esse momento tão importante para a compreensão da avaliação. Propus continuidade do trabalho com as professoras de Língua Portuguesa para que pudéssemos analisar o material recebido pelas escolas, bem como explorar mais as matrizes de referência para que possamos qualificar nosso trabalho e efetivar a avaliação de nossos alunos.

Avaliação do Encontro: Consigna: “O que você aprendeu hoje e o que lhe ensinaram?”

Trouxe aqui algumas falas das professoras em relação ao encontro de hoje:

P1 – “Percebi que em minhas avaliações nunca pensei nessas questões levantadas através da matrizes de referência, dos descritores. Na verdade quando faço uma interpretação de texto ainda continuo cobrando as mesmas coisas que eu era cobrada enquanto aluna. O encontro serviu para que possa repensar meus critérios de avaliação. Muito bom!”.

S3 – “Tenho aprendido muito com a colega mestranda, trabalhamos juntas há muito tempo e lembro das vezes que ela comentava sobre os resultados das avaliações nos conselhos de e quando o aluno reprovava em uma única matéria ela dizia: ‘e aí???’’, como que nos provocando a pensar em que atitude tomaríamos. Percebi o quanto nossas avaliações são

⁹ANA VILELA. Ana Vilela – Trem-Bala [Clipe Oficial]. **Youtube.com**, 3 jul. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=sWhy1VcsvgY&feature=youtu.be>>. Acesso em: 20 set. 2017.

feitas de forma objetiva, o aluno deve responder de acordo com nossas expectativas. Aprendi muito. Obrigada!”.

P3 – “Precisamos rever nossos instrumentos de avaliação, diversificando-os de forma a dar mais oportunidade a nossos alunos e gostaria de uma continuidade de encontros para entender melhor como fazer essa avaliação diária que tanto viemos falando. Como ver os erros de nossos alunos e a partir daí auxiliar em seu processo de estudo e desenvolvimento da aprendizagem”.

Nesse encontro as professoras trouxeram importantes reflexões em suas avaliações e pude perceber o quanto minha proposta trouxe novas reflexões e olhares para nossas avaliações.

Para que possamos efetivar a avaliação da aprendizagem de forma significativa, é importante definirmos quais as metas, os conteúdos e as práticas pedagógicas que utilizaremos para desenvolver o processo de aprendizagem de nossos educandos, tendo em vista as suas potencialidades e características. Precisamos ser cautelosos para que nossos alunos aprendam através da experimentação de novas possibilidades e novas práticas, que estejam relacionadas ao meio em que vivem, investindo em sua aprendizagem para autoconstrução individual e coletiva. Também é importante ressaltar que o processo de avaliação não pode estar desvinculado dessas práticas e da percepção da realidade em que nossos alunos estão inseridos, buscando seguir os princípios de uma educação libertadora, desvencilhando-se das práticas avaliativas tradicionais.

5.2.8 Oitava Roda de Conversa – Avaliações Municipais

1º momento:

A oitava roda de conversa aconteceu no dia 01/12/2017, na Biblioteca Pública Municipal, com duração de 2h. A Roda teve como objetivo analisar as avaliações propostas pelas escolas da rede municipal de ensino, seus problemas, seus pontos positivos.

2º momento:

Propus que as participantes se reunissem por escola e apresentassem a forma vigente de avaliação, bem como a avaliação utilizada pela professora em sala de aula, às vezes diferente do que trazem o documento da escola (regimento). Trouxe aqui alguns exemplos:

Escola C: Avaliação da escola é média ponderada, sendo que o primeiro e o segundo bimestres valem vinte pontos, o terceiro e o quarto bimestre valem trinta pontos. A média da escola é 60 pontos e, ao final do ano letivo, se o aluno for reprovado terá uma nova chance e precisa alcançar cinquenta pontos.

Percebi que a escola usa médias diferentes no decorrer do ano letivo. Embora saibamos que os documentos já não trazem a questão quantitativa ainda prevalece e, fortemente, essa avaliação nas escolas de nosso município.

As professoras da Escola C relatam que em sala de aula distribuem os valores de forma a contemplar várias habilidades, distribuindo os valores nos seguintes instrumentos: prova, trabalho de produção textual, avaliação diária e auto avaliação.

Segundo Luckesi (2011, p. 298),

[...] os instrumentos poderão variar de uma simples observação sistemática, baseada em um conjunto de indicadores intencionalmente para isso, a testes escritos, redações, papers, monografias, demonstrações práticas em laboratórios ou situações reais, além de sofisticados simuladores que orientam e registram os resultados da ação do aprendiz, entre outros instrumentos possíveis. Importa que todos sejam adequados às finalidades para as quais são utilizados.

Todos os instrumentos de coleta de dados são úteis e importantes, desde que sejam adequados para verificar os objetivos propostos e que sejam adequadas as necessidades dos alunos. Os instrumentos servem de coleta de dados para que de fato efetivemos uma avaliação, uma coleta de informações sobre o desempenho do aluno

Escola D: Avaliação da escola é feita por bimestres sendo a média cinquenta (50) pontos. Orienta seus professores a fazerem uma prova valendo sessenta e o restante distribuir em trabalhos visando auxiliar o aluno a obter um bom resultado.

A professora da Escola D relata que faz uma prova valendo sessenta pontos (Leitura e interpretação, gramática) e que faz trabalhos de produção textual, avaliando também o comportamento e o caderno de seus alunos.

Escola A: A avaliação da escola também é feita por bimestres e também tem como média sessenta (60) pontos. Os professores têm liberdade de usar a pontuação para a realização de trabalhos desde que a prova bimestral tenha valor cinquenta (50).

Uma das professoras trouxe para discussão o fato de não ter liberdade em estipular os valores de suas avaliações, o que em Língua Portuguesa é prejudicial uma vez que a disciplina possibilita diversas atividades de produção escrita, tão importantes quanto à prova do bimestre que se restringe a questões mais objetivas de gramática.

As contribuições foram muito valiosas porque pude perceber que nossas professoras gostariam de ter autonomia ao realizar as atividades e avaliações dentro de sua aula, podendo as mesmas dar maior ênfase aos conteúdos ou atividades propostas, conforme o caso e a disciplina. Às vezes, durante as aulas é possível perceber através das manifestações e argumentações dos alunos o quanto estão progredindo e aprendendo, sem que isso precise quantificado em uma folha de papel.

3º momento:

A falta de uma avaliação diária e qualitativa limita nossos alunos e proporciona a simples “decoreba” de conteúdos, impossibilitando de exercerem sua criticidade, de trazerem valiosas contribuições para a sala de aula, bem como limitando-os em suas reflexões acerca das atividades propostas pelas professoras.

Hoffmann (2012, p. 46) escreve que:

[...] para que se reconstrua o significado da ação avaliativa, é necessário revitalizá-lo no dinamismo que encerra de ação-reflexão-ação no dia a dia das salas de aula. Ou seja, concebê-la como indissociável da educação – uma ação de observação e reflexão permanentes no sentido de descobrir como favorecer e ampliar as possibilidades de cada aluno avançar na construção do conhecimento. O que significa o professor manter-se atento e curioso sobre as manifestações dos alunos para agir no sentido de oportunizar-lhe desafios significativos.

4º momento:

Nesse instante as professoras conversaram informalmente sobre a avaliação de suas escolas enquanto tomavam um lanchinho e confraternizavam.

Avaliação do Encontro: Consigna: “O que você aprendeu hoje e o que lhe ensinaram?”

Nesse encontro pude perceber o quanto as avaliações do município não possuem uma unidade, o que dificulta o trabalho nas escolas no momento de efetivar as transferências de nossos alunos.

P3 – “Hoje compartilhamos as formas que utilizamos em sala de aula para nossas avaliações e quais instrumentos utilizamos. Trocamos experiências e, o mais importante, percebemos o quanto é importante a continuação desses encontros”.

S5 – “Como supervisora pude compartilhar com as minhas colegas alguns anseios quanto as formas de avaliação da minha escola e das demais escolas. Sugiro que continuemos com essa troca de experiências até mesmo através de Messenger”.

Acredito ser esse o desafio do professor, desconstruir formas de avaliação que não contribuem para o aprendizado de nosso aluno trazendo novas maneiras de avaliar, adotando metodologias capazes de construir novos saberes auxiliando na consolidação da aprendizagem, conhecendo os mecanismos - legislação - que dão sustentação para essa avaliação contínua, para que não reduzamos a avaliação ao registro de notas finais acerca do desempenho de nossos alunos.

5.2.9 Nona Roda de Conversa – Construção de uma proposta de avaliação

A nona roda de conversa aconteceu no dia 06/12/2017, na Biblioteca Pública Municipal, com duração de 2h. A roda teve como objetivo construir uma nova proposta de avaliação para nosso município de forma que contemple diferentes instrumentos de verificação de conteúdos e alinhe para todas as escolas uma avaliação que leve em consideração a especificidade de cada uma.

1º momento:

As participantes foram recebidas com um cafezinho e agradei a participação de todas durante todo o processo de apresentação e construção do projeto. Destaquei o quanto vivemos momentos ricos de aprendizado e que gostaria de seguir promovendo nossos encontros com a finalidade de alinhar os documentos das escolas dentro de uma perspectiva de avaliação formativa, se assim desejassem. O contato com as professoras de diferentes realidades escolares levou-me a crer que todas trabalham com uma concepção de avaliação de julgamento de resultados, ampliando-se a contradição entre teoria e prática. É importante que o currículo escolar, bem como os documentos oficiais escolares, sejam mediadores do desenvolvimento do educando.

2º momento:

As participantes falaram um pouco sobre os instrumentos de avaliação que utilizam na verificação de conhecimentos de seus alunos. Uma das professoras falou da importância de ter

bolsistas de PIBID em sua sala de aula, uma vez que apresentam sempre novas metodologias e, principalmente, exploram a oralidade.

As professoras pediram para que houvesse uma maior flexibilidade na condução das aulas e dos processos de avaliação, podendo diversificar mais suas atividades, revendo planos de estudos, dividindo melhor o que será trabalhado, não se apegando tanto a lista de conteúdos e a valores preestabelecidos para as avaliações.

Trouxe aqui algumas falas que refletem essa solicitação:

P4 – “Precisamos rever os conteúdos e dividi-los para que não fique tão repetitivo nas turmas”.

P5 – “Devemos trabalhar mais a interpretação de textos, para que os alunos entendam o que estão lendo, motivando-os mais. Isso nos leva a auxiliar em todas as demais disciplinas, porque muitas vezes nosso aluno não consegue entender uma sentença matemática”.

S5 – “Sou supervisora, mas estarei retornando para sala de aula e gostaria que pudéssemos nos desligar da lista de conteúdos, trabalhar bem mais a interpretação de textos, podendo levar para nossos alunos uma maior diversidade de gêneros e atividades”.

P1 – “Acho que a gramática deve ser trabalhada nas aulas de Língua Portuguesa, mas não devo foco principal”.

S2 – “Há algum tempo fiz um trabalho de redação e produção de texto com alunos do segundo ano e que se estendeu por vários anos, houve um acompanhamento dessa turma e percebi que os alunos gostaram muito, chegaram ao 6º ano escrevendo com clareza. Hoje percebo que nossos alunos não conseguem escrever”.

P2 – “Devemos trabalhar as questões de gramática a partir do texto e não o inverso”.

Apresentei para elas várias atividades que realizei com meus alunos enquanto estava em sala de aula: criação de contos de fadas, criação de paródias, elaboração de charges, trabalho com reportagens, histórias em quadrinhos, pesquisa de temáticas para que os alunos apresentassem aos colegas, desenvolvendo assim a parte escrita, a oratória, entre outras questões. Acredito que atividades diversificadas nos proporcionam uma avaliação diferenciada.

P3 - “Falei sobre poesia na aula de português e, na disciplina de artes, trabalhei poesia concreta. Pedi a eles que fizessem um grupo para que eles recriassem no mínimo duas

poesias, de livre escolha. Após eles fizeram a apresentação! Saíram maravilhas!! Esse tipo de atividade demanda tempo, mas estamos preocupadas em vencer conteúdos”.

Após essas várias reflexões acerca das diferentes metodologias e instrumentos de avaliação chegamos a uma **primeira proposição**: *que tivéssemos maior flexibilidade para diversificar o valor de cada trabalho aplicado em sala de aula.*

Mais algumas contribuições que julguei importantes para nossa proposta:

S4 – “Acho que temos o problema da exigência de uma prova bimestral ter o valor de 50 pontos”.

P1 – “Quando nosso aluno é transferido, corre o risco de ir para outra escola onde a média é diferente, por isso sugiro que possamos ter em todas as escolas a mesma média. O que acham?”.

Após as várias reflexões feitas pelas professoras, retomei a temática de minha pesquisa trazendo a importância de nossa avaliação e da necessidade de avaliarmos numa perspectiva formativa e contínua, que essa avaliação sirva de importante instrumento de emancipação do aluno, através de situações que demonstrem preocupação diante da realidade vivida por ele nas reflexões de grupo e nos trabalhos realizados, pois é nesse momento que se consegue perceber suas capacidades, localizar seus problemas e propor estratégias para que sejam potencializadas as aprendizagens, analisando métodos e modificando-os, de forma dinâmica e transformadora que leve em conta a realidade concreta e peculiar de cada aluno. Desta forma, Freire (2005, p.79) afirma que “[...] o educador já não é mais o que educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos”.

A escola é um local de compartilhamento e trocas de conhecimentos, assim como também é considerada um mundo vivido, podendo definir seus rumos, autonomia e cidadania. Com relação à avaliação, sempre a vemos de forma coletiva, permeada de uma constante reflexão sobre o processo educativo, baseando-se no diálogo e na colaboração, culminando em um processo participativo e democrático, em busca de mudanças e uma educação de qualidade.

Conversei com professoras da importância de reavaliarmos o regimento das escolas, pois ali deve ficar claro o processo de avaliação que o professor poderá utilizar, possibilitando

propor novas estratégias para melhorar o sistema de avaliação vigente. Para a efetiva consolidação de uma nova proposta faz-se importante que todos os membros da comunidade escolar conheçam o documento, o seu significado, a sua importância e de que modo, realmente, o que está proposto pode ser alcançado coletivamente, priorizando a autonomia e democracia da instituição.

Partindo de todas as reflexões e estudos realizados ao longo das intervenções e, principalmente, das falas de nossas participantes nos dois últimos encontros, propus que levássemos a nossas colegas de trabalho todas as inquietações que trouxemos ao longo dos encontros e das trocas partilhadas e que juntas levássemos uma proposição acerca de nossas avaliações. Levando em consideração as falas das professoras e o anseio de uma proposta que leve em consideração bem mais o qualitativo, chegamos a uma proposição final para essa pesquisa que se destine à emancipação dos alunos e não à sua punição, inclusão e exclusão, ou como afirma Luckesi (1998, p. 180) “[...] à melhoria do ciclo de vida [...]”, por isso, o ato de avaliar é, por si, “[...] um ato amoroso”

3º momento:

Enquanto eu escrevia a proposta acima, minhas colegas tomaram um chá com bolo que fiz para agradá-las e como forma de reconhecimento e respeito pelo trabalho coletivo que realizamos e os encaminhamentos que surgiriam daquele encontro.

4º momento:

Retomamos as sugestões feitas e li para minhas colegas o que levaria como Proposta de avaliação para o município de Jaguarão, objeto de minha pesquisa:

[...] uma readequação do regimento das escolas levando, além de uma proposta de avaliação qualitativa, nosso desejo de rever os planos de estudos e flexibilizar os instrumentos de avaliação e seus valores. Também levar a proposta de tornar como quesito de aprovação sessenta por cento de aproveitamento de conhecimentos e que os professores ao avaliar utilizem instrumentos diversificados, sendo no mínimo três, para que possa efetivar avaliação de seu aluno.

A proposta foi bem apreciada e contemplou as colocações feitas por todas as participantes. Prometi que retomaríamos em outro momento nossas discussões e que estaria junto delas na reelaboração dos documentos, se a equipe diretiva e professores julgassem pertinentes e se a SMED autorizasse esse procedimento junto às escolas de nosso município.

Agora faço minhas reflexões a respeito da proposta: Não consegui efetivar a proposta de uma avaliação qualitativa, conforme as bases legais da educação, uma vez que vai além

dos momentos de intervenção realizados. Porém sinto-me feliz ao terminar minhas intervenções uma vez que dei voz a minhas colegas e deixei que cada uma delas concordasse, discordasse, refletisse, provocasse novos saberes e novas ideias. Encerro aqui meus comentários sobre as intervenções na certeza de ter contribuído, mesmo que um pouquinho, no aprendizado de minhas colegas e, através de todas as reflexões, ter auxiliado em meu crescimento profissional.

5º momento:

Coloquei uma música agradável para ouvirmos enquanto minhas colegas preenchiam a ficha com a avaliação do encontro e eu abraçava fortemente minhas participantes e entregava-lhes uma lembrancinha em agradecimento aos belos momentos que partilhamos juntas.

Avaliação do Encontro: Consigna: “O que você aprendeu hoje e o que lhe ensinaram?”

Ao elaborar esse projeto de intervenção busquei promover discussões acerca do tema avaliação tendo como fundamentação teórica vários autores, entre eles Jussara Hoffmann e Cipriano Luckesi, além das bases legais da educação. Procurei provocar nossas participantes a discutirem sobre a temática durante os encontros para sentirem-se desafiadas a participar das rodas de conversa e serem protagonistas da nova proposta que levaríamos até as escolas. Minhas expectativas eram que todos os sujeitos da pesquisa tivessem a oportunidade de aprendizagem, vendo em cada encontro uma possibilidade de melhoria da sua prática docente.

Trouxe também algumas contribuições finais das participantes, avaliação do encontro:

P5 – “Aqui aprendi diferentes formas de pensar avaliação e fico ansiosa para que nossa proposta seja aceita de forma a qualificar nossas aulas de Língua Portuguesa”.

S3 – “Deixo mais uma vez registrado meu desejo de que esses encontros sejam retomados no próximo ano para que possamos dividir mais aprendizagens e trocar dúvidas”.

P1 – “Não tenho palavras para falar da minha gratidão pela oportunidade de fazer parte desse grupo e, de alguma forma, ter contribuído para o desenvolvimento do projeto da mestranda, amiga de longa data”.

S4 – “Que possamos transformar nossa educação, apesar de alguns empecilhos. Os encontros proporcionaram muitas aprendizagens, trocas e o desejo de que eles continuem para seguirmos adiante com nossas discussões”.

Portanto, como declara Brandão (2003, p.68):

Quero trazer aqui algumas idéias muito simples e, por isso mesmo, não escritas nos livros em geral sobre pesquisa, de maneira mais motivada, sobre pesquisa na educação. Quero falar sobre alguns silêncios, pois desejo alargar o olhar com que nos acostumamos a pensar o que vemos. Assim, devo trabalhar também com alguns exemplos situados em territórios de fronteiras. Eles são com frequência os melhores para pensar, pois são o cenário das coisas e causas menos estabelecidas.

Após encerrar a descrição e análise do conjunto das intervenções, na seção seguinte realizo a avaliação geral das intervenções considerando alguns indicadores de avaliação para o processo de formação docente.

6 AVALIAÇÃO GERAL DA INTERVENÇÃO

Para essa avaliação foram considerados alguns indicadores retirados das intervenções realizadas: participação das professoras nos debates, frequência, profundidade e reflexões das professoras na avaliação realizada ao final de cada encontro, comprometimento de todas com a proposta, entre outros.

Fazendo uma retrospectiva do caminho percorrido ao longo desse projeto, pensando na prática que tive durante as intervenções, dos questionamentos levantados, das leituras feitas a partir do questionário, dos referenciais teóricos analisados, das experiências que foram trocadas no decorrer desse período, percebo que os instrumentos utilizados me fizeram refletir muito a respeito da avaliação e me levaram a perceber o quanto foram positivas todas as rodas de conversa.

Nesse capítulo apresento a avaliação das intervenções, porém destaco o quanto esse momento é difícil porque exige dedicação, reflexão e avaliação de toda trajetória percorrida durante os encontros. Segundo Damiani et al., (2013, p. 60),

Sendo assim, deve ser explicitado para que possa ser avaliado e, posteriormente, servir de base para dar seguimento ao processo de busca de solução para o problema inicialmente detectado, ou para gerar novas investigações. O componente investigativo das pesquisas do tipo intervenção pedagógica, ou o método de avaliação da intervenção, deve, do mesmo modo, ocupar um lugar destacado no relatório. É esse componente, como já mencionamos, que permite ao leitor ter clareza de que as intervenções são, efetivamente, investigações.

Como pesquisadora em muitos momentos deixei que minhas ideias e opiniões viessem a tona, deixando a neutralidade ao analisar todos os dados obtidos. Foi muito complexo ouvir minhas colegas falarem dos processos de avaliação presentes em suas escolas sem que meu olhar crítico surgisse “meio escondido e sem graça”, uma vez que defendi em todo o percurso uma avaliação formativa e contínua.

Brandão (2003, p. 32) declara que:

Partilhamos de algumas diversas e mesmas dúvidas. Conversamos muito a respeito e buscamos juntos não tanto soluções definitivas – pois elas não existem – mas pelo menos perguntas mais críticas e mais sábias, em busca de respostas mais claras e mais inteligentes.

Avaliar as questões apresentadas e suas possíveis mudanças não foi uma tarefa fácil, porém as rodas de conversa foram muito positivas, momentos de reflexão, troca de

experiências, de anseios, de medos, de resistências ao novo e de angústias, mas acima de tudo troca de conhecimentos e trajetórias diversas. Cortella(2014, p.24) nos diz que:

Não há ciência, inovação, crescimento sem incômodo. Não quer dizer obrigatoriamente dor, nem sofrimento, mas o desconforto de sair daquele lugar que nos acomoda, nos deixa estacionados, nos imobiliza naquela situação. A desacomodação, em vários momentos, nos provoca e nos impulsiona para um momento que pode e precisa ser melhor.

Foram encontros que nos propiciaram rever práticas educativas e avaliativas. Hoffmann (2012, p.22) escreve que: “Um professor que não avalia constantemente a ação educativa, no sentido indagativo, investigativo do termo, instala sua docência em verdade absolutas, pré-moldadas e terminais”.

Em todos os momentos busquei proporcionar um acolhimento amigável e prazeroso, bem como servir um saboroso lanche no intuito de promover a aproximação e a participação de todas. O tempo que utilizei foi bastante satisfatório uma vez que não se tornou cansativo e sempre deixou um “gostinho de quero mais”. inclusive para mim, que me envolvia em toda a construção da intervenção. Sentirei saudades.

Creio que o objetivo principal desse Projeto de Intervenção foi parcialmente atingido uma vez que ao final construímos uma nova proposta de avaliação para o município de Jaguarão, seguindo as sugestões das participantes e todas as referências teóricas utilizadas em toda pesquisa, embora não tenha conseguido que a proposta fosse apenas formativa, qualitativa. Ao longo das intervenções ficou claro que as professoras estavam envolvidas na temática bem como motivadas a mudar alguns conceitos pré-estabelecidos no decorrer da carreira como docentes. Fato relevante a ser destacado são as relações estabelecidas entre as atividades diárias das docentes e as discussões e reflexões feitas ao longo das intervenções.

Segundo Souza (2015, p. 76):

Foram momentos entre as professoras de reflexões, trocas e escutas sensíveis, foi um espaço para queixas, desabafos, mas com a certeza de estarem encaminhando as discussões para a construção de um novo pensar sobre a temática da avaliação na escola, não para achar possíveis culpados, mas reconhecendo a responsabilidade de cada uma nesse processo.

Todos os encontros foram satisfatórios uma vez que por meio das rodas de conversa, do diálogo estabelecido, refletimos sobre a realidade de nossas escolas, podendo contribuir para sua melhoria e qualificação. Ao longo do projeto de intervenção, pude constatar que as professoras refletiram sobre todo o processo de suas escolas e sobre suas práticas cotidianas.

Meu plano de ação foi desenvolvido entre os meses de setembro e dezembro e trazia objetivos a serem alcançados para cada ação. Todos foram organizados a partir dos resultados de minha investigação e dos questionários que as professoras responderam, possibilitando dar novos passos em busca de esclarecimentos e propostas concretas de avaliação no âmbito municipal. Busquei sempre estar embasada nas legislações acerca da temática, uma vez que práticas inovadoras, se não alicerçadas, não trarão bons resultados.

Percebi ao longo das intervenções que avaliação possui diferentes conceitos e práticas, marcando a trajetória de inúmeros professores e alunos. Para os professores, em alguns casos, o ato de avaliar não se relaciona a todo o processo construído ao longo das aprendizagens do aluno, tornando assim a avaliação um mero significado de provas, aprovação e reprovação, notas, enfim.

Portanto, Hoffmann (2012, p.22) nos diz que: “A dicotomia educação e avaliação é uma grande falácia. São necessárias a tomada de consciência e a reflexão dessa compreensão equivocada de avaliação como julgamento de resultados, porque ela veio se transformando numa perigosa prática educativa”.

No final de nossos encontros definimos que seria importante que propuséssemos uma avaliação que além de ter o foco na aprendizagem, nos levasse a refletir em formas e instrumentos de verificação de conhecimentos que levassem nosso aluno a emancipação, levando em consideração sua produção de significados. Uma avaliação contínua em todos os momentos, não levando em conta apenas as provas, uma avaliação diagnóstica uma vez que investigaríamos onde está o erro para buscar alternativas de melhorar as condições de aprendizagem de nossos alunos através de vários e diversificados instrumentos de avaliação.

Outro aspecto relevante das discussões foi em relação ao planejamento das atividades a serem desenvolvidas pelos professores, uma vez que avaliar perpassa pelo ato de planejar. Luckesi (2011, p. 137) nos diz “[...] enquanto o planejamento é o ato pelo qual decidimos o que construir, a avaliação é o ato crítico que nos subsidia na verificação de como estamos construindo o nosso projeto”. Ainda Luckesi (2011, p. 180) nos diz que “[...] planejamento implica o estabelecimento de metas, ações e recursos necessários à produção de resultados que sejam satisfatórios à vida pessoal e social, ou seja, a consecução dos nossos desejos”.

Combinamos que as supervisoras seriam as mediadoras do novo processo que iríamos apresentar, auxiliando os professores na elaboração dos instrumentos de avaliação e ajudando-os a compreender que nosso aluno precisa ser avaliado a todo instante, para que possamos desenvolver com clareza e respeito suas habilidades e competências.

Nossas escolas se deparam com inúmeros desafios diários, entre eles melhores condições de trabalho para atender aos diferentes alunos que recebem, falta de infraestrutura, escassez de material pedagógico e recursos humanos e sabemos que para alcançar a qualidade de ensino que tanto almejamos precisamos renovar a estrutura educacional e nossas ações de forma que envolva a comunidade escolar e que envolva nossos professores de forma mais intensa, através de diálogo, ambiente favorável e recursos pedagógicos.

Sei quantas dificuldades minhas colegas de escola passarão ao apresentar uma nova proposta, sei que haverão muitas discordâncias, rupturas da proposta que construímos ao longo desses meses, mas faz parte do percurso.

Luckesi (2011, p. 136) declara:

Claro, por vezes haverá rupturas num processo de construção da ação. Então, temos de ter clareza de compreender que na ruptura não se constrói uma ação dimensionada, mas que se redimensiona uma forma nova de agir. As rupturas existem e existirão. Precisamos saber administrá-las, para retirar delas o que há de positivo.

A partir das intervenções firmei compromisso com as participantes de dar continuidade a nossos encontros com o intuito de seguirmos estudando sobre avaliação e na busca de levar nossas ideias para a SMED.

Finalizando, ressalto o quão importantes são esses projetos oriundos dos cursos de Mestrado Profissional em Educação da UNIPAMPA/Campus Jaguarão, uma vez que eles intervêm na realidade das escolas buscando auxiliar e envolver os professores na temática das pesquisas, levando conhecimento teórico e, quase sempre, uma nova proposta para as escolas. Foram momentos riquíssimos, inesquecíveis e que me oportunizaram diversas aprendizagens.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No instante final do meu projeto, não conseguirei usar a palavra término e sim um novo começo, um novo olhar para a avaliação do município de Jaguarão. Refletindo sobre os resultados ousei dizer que foram positivos e satisfatórios, uma vez que consegui, em parte, alcançar o objetivo proposto no início de minhas intervenções.

Não posso dizer que os objetivos foram plenamente alcançados porque ainda continuaremos nos utilizando da avaliação quantitativa, mas a partir das intervenções levei as participantes a refletirem mais a respeito da avaliação qualitativa, contínua e formativa.

Percebi que a prova escrita ainda é a forma mais comum para medir os conhecimentos e que, em alguns casos, inexistia uma recuperação para verificar o domínio ou não dos conhecimentos do aluno. Isso contradiz a LDB com relação à avaliação contínua e que determina que o qualitativo deva prevalecer sobre o quantitativo.

Desde que ingressei no Mestrado Profissional em Educação da UNIPAMPA, no ano de 2016, percebi que seria uma longa caminhada e que seria complicado aplicar na íntegra minha proposta elencada no projeto de qualificação, mas tinha a certeza de que contribuiria com a educação de nosso município.

Confesso que durante o processo de construção deste projeto foram vários os momentos em que me senti desmotivada, mas sempre fui encorajada por minha orientadora, colegas e esposo a buscar novos caminhos, a criar coragem para prosseguir. Os conselhos serviram para que eu buscasse novas leituras sobre avaliação e pensasse em como esse processo seria importante para minha vida profissional. Hoje me sinto plenamente realizada e feliz com os resultados de minha pesquisa.

Ao longo das intervenções pude constatar que nossas escolas ainda trabalham com a avaliação quantitativa, sem levar em conta o caminho percorrido por nosso aluno na aquisição ou não dos conhecimentos. O trabalho deixou em aberto algumas reflexões para as participantes e que precisaremos trabalhar em momento oportuno, tais como: “Como tornar nossa avaliação da rede municipal totalmente qualitativa?”; “De que forma chegar à avaliação formativa sem ser injusta com nossos alunos?”. As respostas a essas perguntas poderão ser buscadas na continuidade dos encontros, com a implementação e aplicação da nova proposta de avaliação.

Diante das reflexões que surgiram ao longo das intervenções, não dou por concluído meu trabalho, mas sei que uma nova caminhada será construída por nossas participantes, uma vez que nos utilizaremos de diversos instrumentos de verificação de conhecimentos para

medir as aprendizagens de nossos alunos, além de tornar as questões qualitativas acima das quantitativas.

Segundo Luckesi (2011, p. 305) “[...] importa ter presente que o instrumento precisa coletar exatamente os dados necessários para descrever o desempenho do educando que estamos precisando descrever, - nem mais nem menos, somente os necessários”.

A realização do projeto não foi simples, mas extremamente significativa para minha vida acadêmica e profissional, uma vez que levou-nos refletir sobre nossas práticas docentes e, principalmente, avaliativas. Meu projeto de intervenção me instigou a pensar e repensar nosso agir e nossa responsabilidade dentro das escolas em que atuamos, nas inúmeras possibilidades que temos de melhorar e qualificar os espaços educacionais de nosso município, promovendo a melhoria na qualidade de nossa educação.

Hoffmann (2013, p.17) escreve que: “A avaliação é uma reflexão transformada em ação. Ação, essa que nos impulsiona a novas reflexões. Reflexão permanente do educador sobre sua realidade, e acompanhamento de todos os passos do educando na sua trajetória de construção do conhecimento”.

O tema não se esgotou, daremos continuidade a implementação da proposta que será apresentada, trabalharemos junto a nossos professores – tarefa que requer tempo, bem como precisaremos levar nossos alunos a perceber que toda mudança visa qualificar o que fazemos enquanto educadoras.

Para Luckesi (2000, p. 45),

A avaliação autêntica pretende dar à avaliação o seu genuíno sentido formativo para as pessoas envolvidas na ação educativa. Nesse contexto, não só os professores, mas a escola de forma geral deve entender a avaliação enquanto trabalho contínuo, sistematizado, organizado e, sendo assim envolver os alunos em um processo formativo, no qual o que é mais importante de fato é a construção do conhecimento, o faz e refaz da aprendizagem significativa que contribua de forma eficaz no seu cotidiano, tornando-se assim essa mesma avaliação um diagnóstico, uma investigação para melhorar tanto o processo de ensino, quanto o de aprendizagem.

Sei que todos os estudos sobre avaliação são periféricos, ou seja, todos tocam em pontos relevantes, porém não apresentam as condições reais de avaliar o que realmente nosso aluno sabe, para isso precisaríamos entendê-lo cognitivamente.

Destaquei todo o tempo que a avaliação deve estar a serviço da aprendizagem de nossos alunos, não devendo ter como fim a aprovação ou a reprovação. Luckesi (2000, p. 429) nos diz que: “Oferecer ensino a educandos e reprová-los são atos contraditórios. Quem

ensina tem como objetivo o aprendizado do outro. A reprovação aborta o ato de ensinar e de aprender”.

Percebi que há uma necessidade de rever a aprendizagem por meio de novas formas de avaliação, desarticulando a aprendizagem mecânica e repetitiva, em que a nota final tem papel relevante e o aprendizado de nosso aluno é coadjuvante nesse processo de construção do conhecimento. Precisamos ter uma visão na íntegra de nosso processo avaliativo onde possamos avaliar nosso aluno com novas formas, com novas cobranças no que se refere aos conteúdos, com pesos e medidas diferentes para cada aluno, assim, de forma lenta, começaremos um novo ciclo, onde a aprendizagem será o centro de nossa atenção.

Encerro minhas considerações com a frase de Antunes (2004, p. 52) quando escreve que: “Mudar é preciso, ainda que permanecer seja sempre mais fácil; avaliar plenamente é imprescindível, ainda que medir seja extremamente confortável”.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, C. **A Avaliação da Aprendizagem Escolar**: fascículo 11. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **A avaliação da aprendizagem escolar**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BACHELARD, G. **A formação do Espírito Científico**: Contribuição para uma psicanálise do conhecimento. 5. reimp. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BANDEIRA, C. **A avaliação educacional no Plano Nacional de Educação – PNE**. Depoimento coletado no seminário GEPAVE de Avaliação Educacional da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e no Seminário sobre Avaliação Educacional realizado na Fundação Carlos Chagas. 2014. Disponível em: <<http://www.deolhonosplanos.org.br/wp-content/uploads/2015/04/An%C3%A1lise-do-tema-da-avalia%C3%A7%C3%A3o-educacional-no-PNE-por-Claudia-Bandeira.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2017.

BARBOSA, E. F.; MOURA, D.G. **Trabalhando com Projetos**: Planejamento e Gestão de Projetos Educacionais. Petrópolis: Vozes, 2012.

BELMONTE, L. T. **El perfil del profesor mediador**. Madrid: Santillana, 2003.

BRANDÃO, C. R. **A pergunta a várias mãos**: a experiência da pesquisa no trabalho do educador. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. Lei 9.394 de, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 21 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> Acesso em: 15 nov. 2016.

_____. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

CONCEIÇÃO, J. L. M. **Avaliação segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.** Disponível em: <<http://educacaopublica.cederj.edu.br/revista/artigos/a-avaliacao-segundo-a-lei-de-diretrizes-e-bases-da-educacao>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

CORTELLA, M. S. **Pensatas pedagógicas - nós e a escola:** agonias e alegrias. 1. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

DAMIANI, M. F. Sobre pesquisas do tipo intervenção. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO, 16., 2012, Campinas/SP. **Anais...** Campinas/SP: Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012, p. 1-9.

_____. et al. Discutindo pesquisas do tipo intervenção pedagógica. **Cadernos de Educação FaE/PPGE/UFPel**, Pelotas, n. 45, p. 57-67, jul./ago. 2013.

DEMO, P. **Avaliação qualitativa.** 5. ed. Campinas: Autores Associados, 1995. (Coleção polêmicas do nosso tempo).

_____. **Conhecer & aprender:** sabedoria dos limites e desafios. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

_____. **Pesquisa e Construção do Conhecimento:** Metodologia científica no caminho de Habermas. 7. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2012.

_____. FERNANDES, D. Para uma teoria da avaliação no domínio das aprendizagens. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 19, n. 41, p. 347-372, jan./jun. 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** 43. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREITAS, A. D.; JUNGES, K. S.; MACHADO, M. F. R. C. Os Paradigmas Educacionais na Organização do Processo Educativo. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 9., 2009, Curitiba/PR. **Anais...** Curitiba/PR: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2009, p. 5864-5874.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HOFFMANN, J. **Avaliação Mediadora**: uma prática em construção da pré-escola à Universidade. Porto Alegre: Editora Mediação, 1993.

_____. **Avaliação e Educação Infantil**: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. 18. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.

_____. **Avaliar**: respeitar primeiro educar depois. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

IBGE. **Contagem Populacional (Jaguarão)**. 2016. Disponível em:
<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=431100>>. Acesso em: 07 jul. 2017.

INEP. **Matrizes de referência**. 20 out. 2015. Disponível em:
<<http://portal.inep.gov.br/matrizes-de-referencia1>>. Acesso em: 20 set. 2017.

JAGUARÃO. Lei nº 6151, de 25 de junho de 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação (PME) e dá outras providências. **Câmara Municipal de Vereadores**, Poder Legislativo, Jaguarão, RS, 26 jun. 2015. Disponível em:
<http://www.camarajaguarao.rs.gov.br/tec/proposicao_print_pdf.php?item=732>. Acesso em: 20 set. 2017.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem Escolar**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. O que é mesmo o ato de avaliar a aprendizagem? **Pátio**, Porto Alegre, n. 12, p. 6-11, fev./mar. 2000.

_____. **Avaliação da aprendizagem na escola**: reelaborando conceitos e recriando a prática. 2. ed. Salvador: Malabares Comunicação e Eventos, 2005.

_____. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**: estudos e proposições. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

_____. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MELCHIOR M. C. **Avaliação para qualificar a prática docente: espaço para a ação** supervisora. Porto Alegre: Premier, 2001.

MORAES, M. C. **O Paradigma educacional emergente**. 6. ed. Campinas: Papyrus, 2000.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MORAN, J. **Aprendizagem significativa**. Entrevista ao Portal Escola Conectada da Fundação Ayrton Senna, 2008. Disponível em:
<http://www.eca.usp.br/prof/moran/site/textos/educacao_inovadora/significativa.pdf>.
Acesso em: 20 jan. 2017.

MOREIRA, M. A. **Teorias da Aprendizagem**. São Paulo: EPU, 1999.

MORIN, E. **O problema epistemológico da complexidade**. São Paulo: Publicações Europa-América, 1996.

NETO, J. L. H. Um olhar retrospectivo sobre a avaliação externa no Brasil: das primeiras mediações em educação até o SAEB de 2005. In: BROOKE, N.; ALVES, M. T. G.; OLIVEIRA, L. K. M. (Orgs.). **A avaliação da Educação Básica: a experiência brasileira**. 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015, p. 102-109.

OLIVEIRA, C. L. Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas características. **Revista Travessias**, Cascavel, v. 2, n. 3, p. 1-16, 2009.

OLIVEIRA, S. S. P. **Avaliação institucional na Educação Infantil: uma ação** intervencionista na EMEI Casa da Criança-Jaguarão/RS. 2016. 158 p. Relatório Crítico-Reflexivo (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade Federal do Pampa, Jaguarão, 2016.

PERRENOUD, P. **Avaliação: Da excelência à regularização das aprendizagens - Entre duas** lógicas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

SOUZA, S. R. S. A. **Avaliações em larga escala: impactos na escola e nas práticas docentes.** 2015. 115 p. Relatório Crítico-Reflexivo (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade Federal do Pampa, Jaguarão, 2015.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

WARSCHAUER, C. **A roda e o registro: uma parceria entre professor, alunos e conhecimento.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

WEISZ, T.; SANCHES, A. **Palavra de Professor: O Diálogo entre o Ensino e a Aprendizagem.** 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 2006.

ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar.** Porto Alegre: Artmed, 1998.

APÊNDICE A – Slides apresentados na terceira roda de conversa

Bases Legais da Avaliação

▶ Leis das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)

“V – a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”.

▶ Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS)

“ A avaliação, ao não se restringir ao julgamento sobre sucessos ou fracassos do aluno, é compreendida como um conjunto de atuações que tem a função de alimentar, sustentar e orientar a intervenção pedagógica. Acontece contínua e sistematicamente por meio da interpretação qualitativa do conhecimento construído pelo aluno. Possibilita conhecer o quanto ele se aproxima ou não da expectativa de aprendizagem que o professor tem em determinados momentos da escolaridade, em função da intervenção pedagógica realizada”. (BRASIL, 1997, p.55)”

▶ Plano Nacional de Educação (PNE)

“ induzir processo contínuo de autoavaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos(as) profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática; (BRASIL, 2014, p. 62)”.

▶ Plano Municipal de Educação

[c]riar Sistema Municipal de Avaliação da Aprendizagem visando avaliar periodicamente as práticas pedagógicas do professor, bem como o aprendizado dos alunos, garantindo o acompanhamento e a qualidade dos processos de ensino e aprendizagem, na forma da lei. (JAGUARÃO, 2015, p. 31).

APÊNDICE B – Mensagem entregue às participantes na sétima roda de conversa

*“Por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota de água no mar. Mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota.”
- Madre Teresa de Calcutá*

APÊNDICE C – Slides usados na sétima roda de conversa



PROVINTHA BRASIL Matriz de Referência para Avaliação da Alfabetização e do Letramento Inicial

1º EIXO	Apropriação do sistema de escrita: habilidades relacionadas à identificação e ao reconhecimento de princípios do sistema de escrita.
Habilidade (descriptor)	Detalhamento da habilidade (descriptor)
D1: Reconhecer letras.	Diferenciar letras de outros sinais gráficos, identificar pelo nome as letras do alfabeto ou reconhecer os diferentes tipos de grafia das letras.
D2: Reconhecer sílabas.	Identificar o número de sílabas que formam uma palavra por contagem ou comparação das sílabas de palavras dadas por imagens.
D3: Estabelecer relação entre unidades sonoras e suas representações gráficas.	Identificar em palavras a representação de unidades sonoras como: <ul style="list-style-type: none"> o letras que possuem correspondência sonora única (ex.: p, b, t, d, f); o letras com mais de uma correspondência sonora (ex.: "c" e "g"); o sílabas.
2º EIXO	Leitura
Habilidade (descriptor)	Detalhamento da habilidade (descriptor)
D4: Ler palavras.	Identificar a escrita de uma palavra ditada ou ilustrada, sem que isso seja possível a partir do reconhecimento de um único fonema ou de uma única sílaba.
D5: Ler frases.	Localizar informações em enunciados curtos e de sentido completo, sem que isso seja possível a partir da estratégia de identificação de uma única palavra que liga o gabarito à frase.
D6: Localizar informação explícita em textos.	Localizar informação em diferentes gêneros textuais, com diferentes